



**ANA LAURA DA SILVA CORRÊA**

**A MULHER NO DISCURSO DA EX-MINISTRA  
DAMARES ALVES: UMA ANÁLISE DOS IMAGINÁRIOS  
SOCIODISCURSIVOS**

**LAVRAS - MG  
2023**

**ANA LAURA DA SILVA CORRÊA**

**A MULHER NO DISCURSO DA EX-MINISTRA DAMARES ALVES: UMA ANÁLISE  
DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Corrêa, Ana Laura da Silva.

A mulher no discurso da ex-ministra Damares Alves : Uma análise dos imaginários sociodiscursivos / Ana Laura da Silva Corrêa. - 2023.

128 p.

Orientador(a): Luciana Soares da Silva.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Análise do Discurso. 2. Semiologia. 3. Imaginários Sociodiscursivos. I. Silva, Luciana Soares da. II. Título.


**ANA LAURA DA SILVA CORRÊA**

**A MULHER NO DISCURSO DA EX-MINISTRA DAMARÊS ALVES: UMA ANÁLISE  
DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS**

**THE WOMAN IN THE EX-MINISTER DAMARES ALVES' SPEECH: AN  
ANALYSIS OF THE SOCIO-DISCURSIVE IMAGINARY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 24 de março de 2023  
Dra. Losana Hada de Oliveira Prado FMU  
Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano UFLA

Documento assinado digitalmente  
 LUCIANA SOARES DA SILVA  
Data: 11/05/2023 19:21:39-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Luciana Soares da Silva  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2023**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo suporte constante.

Ao meu namorado, Luís Fernando, pelo incentivo e por sempre torcer por mim.

À minha sogra, Sônia, pela gentil acolhida em Lavras para que eu pudesse fazer o Estágio em Docência.

À minha madrinha Izabel, pelo apoio incondicional e zelo.

Às minhas avós (em memória), minhas maiores incentivadoras.

À minha psicóloga Joana Darc, pelo processo terapêutico que me trouxe ao mestrado e me possibilitou chegar até aqui.

À minha orientadora, Luciana Soares da Silva, pelos valiosos ensinamentos, pela paciência, solicitude e inspiração para a trajetória acadêmica.

A todos os professores do mestrado, pelos conhecimentos compartilhados que contribuíram para a minha formação e transformação.

Às colegas de mestrado, pela parceria e divisão das preocupações.

Aos meus orientadores da graduação em Jornalismo, Janaina Visibeli Barros e Gilson Soares Raslan, pelas oportunidades e incentivo.

Aos membros da banca, pela disponibilidade, leitura do trabalho e pelas pertinentes observações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras.

À CAPES: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Esta pesquisa, que se situa na perspectiva Semiolinguística da Análise do Discurso, busca, como objetivo geral, identificar os imaginários sociodiscursivos engendrados a partir das representações sociais das mulheres presentes no discurso da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Já os objetivos específicos são: investigar como se estabelecem e se caracterizam as representações sociais das mulheres nos discursos da ex-ministra Damares Alves; analisar quais as relações estabelecidas entre essas representações sociais e os apontamentos da teoria feminista de Silvia Federici e Heleieth Saffioti; e, por fim, identificar quais imaginários sociodiscursivos são engendrados a partir das representações sociais presentes nos discursos da ex-ministra. A fim de cumprir tais objetivos, utilizamos uma abordagem qualitativa em que o aporte teórico metodológico se dá a partir da perspectiva Semiolinguística da Análise do Discurso, especialmente com Patrick Charaudeau (1999, 2007, 2011, 2017, 2018, 2019), e das noções de representações sociais e imaginários sociodiscursivos, que embasam a análise. Além disso, nos apoiamos nos fundamentos teóricos da filósofa Silvia Federici (2017, 2019), de linha feminista marxista, e da socióloga Heleieth Saffioti (1976), que trazem uma perspectiva histórica sobre a mulher, indicando os percalços presentes nessa trajetória. A análise se desenvolve sobre notícias veiculadas pelos portais Metrôpoles e R7, tendo em vista a relevância do discurso jornalístico. Inicialmente, trazemos uma análise referente ao contrato de comunicação, a fim de explicitar as condições de produção sobre as quais a análise se desenvolveu. Identificamos uma predominância da visada de captação, com a reprodução dos saberes de crença retomados pela enunciadora logo no título e no lead das matérias, de forma que o conteúdo informativo fica em um segundo plano. Na análise referente à identificação das representações sociais e dos imaginários sociodiscursivos retomados a partir do discurso da enunciadora, verificamos quatro principais imaginários, aos quais estão associados diferentes representações sociais: 1) no imaginário sexista: as representações da mulher sentimental, da mulher princesa e da mulher do lar; 2) no imaginário patriarcal: da mulher obediente, da mulher cuidada pelos homens; 3) no imaginário nacionalista, da mulher que contribui para o desenvolvimento do próprio país; e, por fim, 4) no imaginário conservador, da mulher heterossexual, da mulher contra o aborto e contra o feminismo. As considerações observadas na análise vão ao encontro das teorias trazidas por Federici (2017) e Saffioti (1976).

**Palavras-chave:** Semiolinguística. Imaginários Sociodiscursivos. Discurso Político. Discurso Midiático. Mulher.

## ABSTRACT

This research, which falls under the Semiolinguistic perspective of Discourse Analysis, aims to identify the socio-discursive imaginaries engendered from the social representations of women present in the discourse of the former Minister of Women, Family, and Human Rights, Damares Alves. The specific objectives are to investigate how social representations of women are established and characterized in the speeches of Damares Alves, to analyze the relationships established between these social representations and the feminist theories of Silvia Federici and Heleieth Saffioti, and finally, to identify which socio-discursive imaginaries are engendered from the social representations present in the speeches of the former minister. To achieve these objectives, a qualitative approach is used, drawing on the Semiolinguistic perspective of Discourse Analysis, particularly with Patrick Charaudeau (1999, 2007, 2011, 2017, 2018, 2019), and the notions of social representations and socio-discursive imaginaries that underpin the analysis. In addition, the theoretical foundations of philosopher Silvia Federici (2017, 2019), a Marxist feminist, and sociologist Heleieth Saffioti (1976), who provide a historical perspective on women, indicating the obstacles present in this trajectory, are used. The analysis focuses on news published by the Metr opoles and R7 portals, given the relevance of journalistic discourse. Initially, an analysis is carried out concerning the communication contract in order to explain the production conditions under which the analysis was developed. A predominance of the capture perspective is identified, with the reproduction of belief knowledge taken up by the enunciator in the title and lead of the articles, so that the informative content takes a back seat. In the analysis concerning the identification of social representations and socio-discursive imaginaries taken up in the enunciator's speech, four main imaginaries are identified, each associated with different social representations: 1) in the sexist imaginary: the representations of the sentimental woman, the princess woman, and the homemaker woman; 2) in the patriarchal imaginary: the obedient woman, the woman taken care of by men; 3) in the nationalist imaginary: the woman who contributes to the development of her own country; and finally, 4) in the conservative imaginary: the heterosexual woman, the woman against abortion and feminism. The observations made in the analysis are in line with the theories brought by Federici (2017) and Saffioti (1976).

**Keywords:** Semiolinguistics. Socio-discursive Imaginaries. Political Discourse. Media Discourse. Women.

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
CAPÍTULO 1 - Análise do discurso: percurso e vertentes .....	14
1.1 Análise Semiolinguística do Discurso .....	17
1.1.1 Contrato de comunicação .....	20
1.1.2 A estruturação do real: saberes e representações .....	29
1.1.3 Imaginários sociodiscursivos .....	35
CAPÍTULO 2 - Mulher: representações e imaginários .....	41
2.1 Percurso histórico.....	41
2.2 O movimento herético.....	43
2.3 Peste negra, crise do trabalho e idade de ouro do proletariado .....	45
2.4 Acumulação primitiva.....	46
2.5 A caça às bruxas no (para o) surgimento do capitalismo.....	49
2.6 A história das mulheres no Brasil .....	51
2.7 A caça às bruxas no neoliberalismo .....	54
CAPÍTULO 3 - Metodologia .....	58
CAPÍTULO 4 - Análise.....	64
4.1 Análise do <i>corpus</i> : o contrato midiático e as instâncias .....	64
4.2 Análise do <i>corpus</i> : o contrato político e as instâncias.....	66
4.3 Análise do <i>corpus</i> : as visadas de credibilidade e de captação.....	68
4.4 Imaginários e representações - Mulheres e política .....	76
4.4.1 A mulher “feminina” .....	76
4.2.2 A mulher submissa.....	83
4.2.4 A mulher nacionalista.....	87
4.2.5 A mulher conservadora .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS .....	97
ANEXOS .....	100
ANEXO A - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES .....	100
ANEXO B - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES .....	104
ANEXO C - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES .....	107
ANEXO D - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES .....	108
ANEXO E - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES .....	110
ANEXO F - MATÉRIA ANALISADA DO SITE R7 .....	113



<b>ANEXO G - MATÉRIA ANALISADA DO SITE R7 .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO H - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES.....</b>	<b>119</b>

## Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil, que se deu sob o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, trouxe consigo, a convite do ex-chefe do Executivo nacional, a nomeação de uma pastora evangélica, Damares Alves, para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), em janeiro de 2019 – função na qual permaneceu até março de 2022, quando concorreu, e se elegeu, para o Senado Federal.

Cabe, a princípio, destacar as diferentes nomenclaturas que a pasta chefiada pela ex-ministra recebeu desde sua criação. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu, em 17 de abril de 1997, a Secretaria de Direitos Humanos. Anos depois, em 2015, ela foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, formando, então, no governo de Dilma Rousseff, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Após o golpe sofrido pela presidenta, a primeira mulher a governar o Brasil, a pasta foi extinta em 2016, depois que Michel Temer assumiu a Presidência, e recriada no ano seguinte com o nome, somente, de Ministério dos Direitos Humanos. Jair Bolsonaro, no entanto, alterou, em 2019, a nomenclatura do órgão para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – ressalta-se, portanto, a mudança do termo no plural "mulheres", utilizado no governo de Dilma Rousseff, para o singular, "Mulher", em 2019, além da inclusão "da Família"<sup>1</sup> na denominação.

O antropólogo Lucas Bulgarelli (2020) defende que a mudança na nomenclatura da pasta expressou o papel importante do órgão na implementação de um projeto conservador no Brasil. Ainda conforme o pesquisador, o órgão tornou-se, assim, responsável pela articulação das demandas relacionadas a essa proposta conservadora em um nível institucional, legitimando-a, portanto, ao torná-la parte das estruturas do estado.

A pauta conservadora implementada por meio de Damares Alves, conforme Bulgarelli (2020), faz parte do mesmo projeto proposto pelo então ministro da Economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes. Segundo o pesquisador, não há, no campo conservador, uma divisão entre pautas morais e pautas econômicas, classificação que se vê comumente na ala progressista – ao contrário, nesse cenário, observado nesta pesquisa, elas se alimentam mutuamente.

Isso se dá porque, nesse cenário, "o conservadorismo funciona como uma espécie de repositório moral da ética desse sujeito neoliberal estimulado a uma hiper individualização, à

---

<sup>1</sup> O presidente Lula, em 2023, desmembrou a antiga pasta e criou o Ministério das Mulheres, Ministério dos Direitos Humanos e Ministério da Igualdade Racial.

competição, a valorizar o mérito por meio da narrativa da superação pessoal" (BULGARELLI, 2020). Além disso, o conservadorismo, que conta com forte influência cristã, tem, assim, interferência das teologias do corpo e da prosperidade, que se associam à lógica neoliberal.

O neoliberalismo, por sua vez, propicia a articulação conservadora, que atua no sentido de ampliar a exploração do trabalho e dar fim a garantias sociais para grupos vulneráveis. Nesse sentido, as campanhas antigênero e contra o aborto, por exemplo, incluem aspectos fundamentais do neoliberalismo, como a mercantilização das atividades do estado (educação, saúde, assistência social), além de retirar do estado a responsabilidade sobre essas searas.

Desse modo, tanto o projeto neoliberal quanto o conservador atuam de modo a atacar os direitos sociais e a atuação do estado sobre assuntos que passam a ser considerados privados – é terceirizada para a família a gestão dos âmbitos reprodutivos e domésticos da vida.

Nos poucos mais de três anos em que Damares Alves esteve à frente do MMFDH, houve a priorização, segundo levantamento<sup>2</sup> desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), de pautas ideológicas e moralistas. A mesma pesquisa aponta, ainda, o déficit no investimento em políticas públicas pelo MMFDH: os valores gastos em execução ficaram abaixo dos autorizados em 2019 e 2020.

Enquanto isso, no mesmo ano em que teve início a pandemia de covid-19, o país registrou um aumento da violência contra as mulheres<sup>3</sup>, conforme relatório desenvolvido pelo Observatório da Mulher Contra a Violência em parceria com o DataSenado. Em 2021, o cenário se manteve, novamente com alta<sup>4</sup> desse tipo de indicador.

Após a vitória de Lula, a ONU pediu que o novo governo revertesse medidas adotadas pelo MMFDH para as mulheres, como cortes no orçamento para combate à violência e a lei da alienação parental. Isso porque, conforme a ONU, tais medidas iam de encontro aos direitos das mulheres e, de forma mais ampla, aos direitos humanos.

Tendo em vista esse cenário, interessou-nos saber: o que a ex-ministra da Mulher, diante de tudo isso, falou sobre a mulher? Quais os imaginários sobre a mulher associados ao seu discurso? Assim, considerando o comando de um ministério que inclui em seus objetivos a defesa dos direitos das mulheres por uma sacerdote evangélica que se intitula “terrivelmente cristã”, a qual já se mostrou em diferentes oportunidades contrária à conquista de determinados

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/11f48b5768c8ef2e28d74dd3763946b5.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/03/23/estuda-revela-aumento-da-violencia-contr-a-mulher-durante-a-pandemia>. Acesso em: 27 jun. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/06/04/noticia-diversidade,1370965/violencia-contr-a-mulher-cresce-203-em-2021-conheca-abrigos-na-rmbh.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2022.

direitos pelas mulheres, este trabalho, que se situa no âmbito da Análise Semiociológica do Discurso, buscou problematizar as construções simbólicas sobre as mulheres feitas pela ex-ministra Damares Alves por meio da linguagem.

Em estudo que objetivou discutir a maneira pela qual a mulher política é representada no discurso jornalístico, e de que forma essa representação indica uma violência simbólica contra a mulher, Silva (2013) identificou que a instância jornalística não traz, de modo explícito, preconceitos contra a mulher. No entanto, esse comportamento misógino pode ser visto por meio da maneira pela qual essa instância de produção organiza seu discurso. Isso porque a instância jornalística está envolvida no processo de significar o mundo, o que resulta na reprodução das relações sociais de gênero com seus estereótipos, os quais são, então, manifestados discursivamente.

Essa violência simbólica contra a mulher, conforme a autora, baseia-se especialmente na tensão entre os espaços público e privado. Os imaginários reproduzidos pelo discurso jornalístico incluem os de dona de casa e mãe – às mulheres são destinadas as funções sociais associadas ao cuidado com a família e a casa, de modo que o governo se transforma, assim, também em uma casa e família das quais a mulher deve zelar. Por outro lado, quando não é associada a esse âmbito familiar, as representações femininas são relacionadas à mulher como objeto sexual – ela é tida, então, como uma musa, que é avaliada de acordo com o estereótipo de beleza.

Em outros momentos, o discurso jornalístico utiliza o humor com o objetivo de satirizar a mulher que está em um cargo de poder. Dessa maneira, ela se transforma em um objeto risível, que é retirado da posição de destaque que ocupa. Desse modo, segundo Silva (2013), embora as mulheres estejam aumentando sua participação na vida política, ainda encontram como obstáculo as representações sociais veiculadas por meio do discurso jornalístico.

Em uma outra análise Semiociológica, desenvolvida por Albuquerque e Melo (2017), sobre a matéria "Bela, recatada e do lar", publicada pela revista *Veja*, as autoras identificaram a predominância, no material analisado, dos saberes de crença. Dessa forma, o mundo comentado no discurso foi construído a partir do olhar subjetivo da instância de produção.

A reportagem traz a informação, por exemplo, de que Marcela Temer, na maior parte da semana, morava longe do marido Michel Temer – que assumiu o poder após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff –, mas estava sempre acompanhada da mãe, que também esteve presente no primeiro encontro dela com o ex-presidente. Desse modo, de acordo com Albuquerque e Melo (2017), a revista enaltece os comportamentos da mulher que está sempre perto da família, quando não está com o marido; e o da mulher que, solteira, deve estar sob a

vigilância da família.

Conforme as autoras, a publicação explicitou um posicionamento político e se constituiu, ainda, como uma tentativa de regulação do comportamento das mulheres – tentativa essa disfarçada em uma matéria de perfil da ex-primeira dama, em que "bela, recatada e do lar" são o ideal esperado dos comportamentos de uma mulher.

Esta pesquisa, por sua vez, buscou, como objetivo geral, analisar quais são os imaginários sociodiscursivos das mulheres engendrados a partir de discursos da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Além de ex-ministra do MMFDH, Damares Alves já foi pastora, é também advogada e pedagoga, e, antes de ser nomeada, foi uma das fundadoras do Movimento Brasil Sem Aborto e atuava ainda em movimentos contra a descriminalização das drogas, além de outros ligados ao combate à pedofilia e ao infanticídio de indígenas.

Já os objetivos específicos desta pesquisa foram: investigar como se estabelecem e se caracterizam as representações sociais das mulheres nos discursos da ex-ministra Damares Alves; analisar quais as relações estabelecidas entre essas representações sociais e os apontamentos da teoria feminista de Silvia Federici e da socióloga marxista Heleieth Saffioti; e, por fim, identificar quais imaginários sociodiscursivos são engendrados a partir das representações sociais presentes nos discursos da ex-ministra.

Nossa análise se dará sobre o discurso político da ex-ministra Damares Alves, enquanto um representante do discurso conservador. No entanto, só teremos acesso a ele, nesta pesquisa, por meio do discurso jornalístico. Desse modo, retomamos, já a princípio, do conceito de interdiscursividade, o qual pontua que todo discurso estabelece relação com outros discursos. Assim sendo, cabe destacar que o discurso político aqui analisado está, por princípio, em permanente relação com outros discursos, como o jornalístico e o conservador.

A fim de cumprir os objetivos propostos a esta pesquisa, utilizamos como aporte teórico metodológico a perspectiva Semiolinguística da Análise do Discurso, especialmente com Patrick Charaudeau, fundador dessa vertente, que traz para o campo da AD as noções de representações sociais e também de imaginários sociodiscursivos.

Além disso, nos apoiaremos nos fundamentos teóricos da socióloga marxista Heleieth Iara Bongiovani Saffioti e da filósofa Silvia Federici, de linha feminista marxista, em uma perspectiva que se alinha, portanto, à Análise do Discurso em seu princípio, que se deu a partir de uma convergência entre marxismo, linguística e psicanálise. É também tendo em vista esse alinhamento que mobilizamos, nesta pesquisa, a teoria marxista do jornalismo proposta por Adelmo Genro Filho.

O percurso deste trabalho assim se desenvolve: no primeiro capítulo, trazemos inicialmente um breve panorama histórico da Análise do Discurso e, em seguida, uma pequena apresentação referente às diferentes vertentes da disciplina. Na sequência, nos fixamos à Análise Semiolinguística do Discurso, com a abordagem das categorias do contrato midiático, contrato político, representações sociais e também dos imaginários sociodiscursivos.

No capítulo seguinte, abordamos alguns pontos importantes, para esta pesquisa, da teoria marxista feminista de Silvia Federici e também de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, que trazem um panorama histórico sobre as mulheres tanto em nível mundial quanto especificamente no Brasil. Depois, voltamo-nos à apresentação da metodologia de desenvolvimento da pesquisa, incluindo a constituição do *corpus*. Por fim, trazemos uma análise do material selecionado, com as considerações acerca do que foi observado.

## **CAPÍTULO 1 - Análise do discurso: percurso e vertentes**

A Análise do Discurso teve seu início nos anos 60 do século XX, principalmente nos Estados Unidos, França e Inglaterra. No entanto, os estudos relacionados ao seu objeto apareceram ainda em épocas anteriores, conforme Eni Orlandi (2020). Já no século XX, por exemplo, entre os anos 20 e 30, os formalistas russos, embora com uma abordagem voltada à literatura, buscavam uma análise para além da frase, escapando dos estudos que se concentravam, até então, em uma análise de conteúdo. Os objetivos, no entanto, se restringem a uma análise do texto em si, sem trazer apontamentos relacionados à sua exterioridade.

O marco inicial da disciplina é considerado a partir do trabalho “Discourse Analysis”, o qual também introduziu a expressão “análise do discurso”, publicado pelo linguista Zellig Harris, em 1952, que buscava “analisar a estrutura de um texto, fundamentando-se na recorrência de alguns de seus elementos, particularmente dos pronomes e de alguns grupos de palavras” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16). O linguista ainda objetivava relacionar essas regularidades textuais a fenômenos sociais: “postulava ser necessário começar por uma análise “imaneente” do texto, e depois, fazer corresponder a “estrutura” assim extraída a uma realidade sociohistórica situada fora do texto” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16). Dessa forma, seu estudo ia além de uma análise que se concentrasse somente na frase, estendendo os procedimentos de verificação também aos enunciados.

Dominique Maingueneau (2015) afirma, contudo, que a análise desenvolvida por Harris, que situa uma oposição entre um interior e um exterior dos textos, se distancia da análise do discurso contemporânea, que recusa essa separação. Já de acordo com Brandão (2012), a obra considerada inicial se coloca como uma simples extensão da linguística, “na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sociohistóricas” (BRANDÃO, 2012, p. 14).

A problemática da Análise do Discurso – embora com surgimento ocorrido por volta de 1960, de destaque principalmente nos EUA, França e Inglaterra, como já citado – obteve alcance mundial a partir dos anos 1980, conforme Maingueneau (2015). Essa ampliação se deu com a integração de diferentes correntes teóricas, também em diferentes disciplinas e países. Assim, “não se tratava, de forma alguma, de um projeto unificado” (MAINGUENEAU, 2015, p. 17). Nos Estados Unidos, por exemplo, os estudos relacionados ao discurso partiram de correntes distintas, como a etnografia da comunicação, teorias sociológicas e análise conversacional.

Em relação às diferentes vertentes, uma classificação em três diferentes gerações dos estudos do discurso é proposta por Wander Emediato (2020): a primeira geração é denominada representacional; a segunda, enunciativa e pragmática; e a terceira, sociocognitiva. Não se trata, porém, conforme o autor, de uma perspectiva evolutiva, mas somente de abordagens diferentes, com objetos, epistemes, categorias de conceitos e modalidades de análise também diversas.

A primeira geração definida por Emediato, a tendência representacional,

busca estudar o valor representacional de um texto ou de um conjunto de textos, correlacionar um conjunto de textos (ou de formas textuais) a sistemas de valores, à ideologia, ao problema das formações discursivas e imaginárias, ao exercício do poder pelo discurso através da imposição de representações hegemônicas (ideológicas) (EMEDIATO, 2020, p. 23).

Trata-se da geração da escola de Pêcheux, da AD materialista, que se desenvolveu na França, a partir de 1960, no espaço de questões formuladas a partir da relação entre três disciplinas diferentes: a linguística estrutural, o marxismo de Althusser e a psicanálise de Lacan. Precursora da Análise do Discurso, dela vem conceitos ainda hoje fundamentais à disciplina e que foram retrabalhados pelas distintas correntes posteriores segundo os diversos pontos de vista.

Uma dessas noções é a de sujeito, o qual, no caso desta vertente, é ideológico e com uma autonomia relativa ou inexistente. Desse modo, o sujeito só o é devido à ideologia, que é o que lhe permite ser e conhecer o mundo. Assim, a ideologia, que também aparece como um conceito central para esta corrente, é ressignificada pela AD materialista a partir da interação que se estabelece com a linguagem.

A ideologia é, neste caso, uma “relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI, 2020, p. 45). Isso porque os sujeitos não têm acesso ao real, “pois o vivido pelos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (ORLANDI, 2020, p. 47). Desse modo, o acesso ao mundo pelo sujeito sempre se dá por meio de uma interpretação pré-constituída, pelo “filtro” de significações estabelecido pela ideologia.

O funcionamento da ideologia, então, se dá associado ao que Michel Pêcheux chama de esquecimentos, que são de dois tipos: o de número dois é da ordem da enunciação e é semiconsciente: “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2020, p. 33). Esse esquecimento faz crer que há uma relação direta entre a linguagem e o mundo, que o que é dito só poderia sê-lo daquela maneira.



O esquecimento de número um, por sua vez, é nomeado de esquecimento ideológico e funciona na instância do inconsciente: “Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (ORLANDI, 2020, p. 33). Assim, compreendemos que os sentidos não surgem a partir do que dizemos, da nossa vontade, mas já estão determinados na língua e na história, e dependem da forma pela qual nelas nos inscrevemos.

Os discursos podem, portanto, ser compreendidos como efeitos de sentido produzidos em condições determinadas, que deixam rastros na forma como se diz, vestígios esses que cabe ao analista apreender. Assim, as condições de produção também são um conceito central dessa corrente e se constituem, de modo estrito, pelas circunstâncias de enunciação, isto é, o contexto imediato. Já se forem consideradas em sentido amplo, incluem também o contexto sócio-histórico e ideológico.

Se o sentido não é dado a priori, também o sujeito não é – não é o “senhor” de sua subjetividade, mas, ao contrário, filia-se a uma formação ideológica a qual orienta sua constituição no discurso. Também o sentido de um discurso não é dado a princípio – não é evidente, transparente ou literal, pois depende da posição (formação ideológica) em que o sujeito que se manifesta se inscreve.

Cada formação ideológica define aquilo que pode ou não ser dito sob a sua configuração: são as diferentes formações discursivas possíveis. Desse modo, embora o sujeito se considere centro e origem do seu dizer, ele ainda se encontra determinado pela ideologia na qual se inscreve. Há, no entanto, um apagamento que se desenvolve por meio dos “esquecimentos” propostos por Pêcheux.

Além desse atravessamento pela ideologia, o sujeito se encontra determinado, na AD materialista, pelo inconsciente, elementos que “estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido. O sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 1986, p. 119 apud BRANDÃO, 2012, p. 78). Desse modo, tem-se uma teoria materialista, que se apoia sobre uma abordagem não subjetivista dos processos discursivos.

A tendência enunciativa e pragmática, que constitui a segunda geração da divisão estabelecida por Emediato (2020), se manifesta de forma mais evidente a partir dos anos 1980. Essas problemáticas enunciativas e pragmáticas “colocam no centro de suas questões a noção de um sujeito genérico, vinculado a papéis sociais, possuindo um projeto de fala e interagindo estrategicamente em situações de comunicação” (EMEDIATO, 2020, p. 27).

Assim, não se tem mais um sujeito ideológico, mas ele também não é desconsiderado por completo. O sujeito tem um papel social que gera expectativa sobre seus papéis discursivos. No entanto, nesse caso, os fatores de determinação desse sujeito não são somente ideológicos, mas associado à complexidade do funcionamento das estruturas sociais, com suas diversas tecnologias, situações comunicacionais e relações entre sujeitos.

Segundo Emediato (2020), a segunda tendência é mais integrada à linguística do que a geração representacional e prioritariamente não se desenvolve tendo como ponto de partida teorias sociais e políticas. Há uma variedade de autores e perspectivas teóricas associados a essa problemática do discurso e é nessa vertente que se localiza a Análise Semiolinguística do Discurso de Charaudeau, a qual, por se constituir como principal aporte teórico-metodológico deste trabalho, será apresentada com maior detalhamento em tópicos posteriores.

A terceira geração da classificação de Emediato, da tendência sociocognitiva, se caracteriza pelo "seu interesse menor pela descrição interna da cognição cerebral em proveito da tese da externalidade da mente (Auroux), ou seja, de uma cognição externa operando no funcionamento psicossocial da interação comunicativa e da configuração do discurso" (EMEDIATO, 2020, p. 31).

Emediato (2020) aponta que a Teoria Semiolinguística do Discurso desenvolvida por Charaudeau, que classifica sua própria perspectiva como psicossociocomunicativa, tem componentes de ordem sociocognitiva, embora a cognição não seja a problemática central em sua abordagem. O conceito de contrato de comunicação elaborado pelo linguista francês é classificado por Emediato (2020) como uma metáfora jurídica, mas também cognitiva, cujos parâmetros incluem esquemas de pré-compreensão do mundo e que foi desenvolvido a partir do diálogo de Charaudeau com psicólogos sociais.

### **1.1 Análise Semiolinguística do Discurso**

Neste trabalho, nosso alicerce teórico se dá sobre a vertente Semiolinguística da Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau, que se apoiou sobre a AD francesa, já abordada nesta pesquisa, para desenvolver sua teoria. A escolha de seu embasamento teórico se dá devido à abordagem relativa à problemática da linguagem: de acordo com Charaudeau (2019, p. 20), "o objeto do conhecimento é o do que fala a linguagem, através do como fala a linguagem, um constituindo o outro (e não um após o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação". Desse modo, sua teoria fornece os aportes teóricos

necessários para que se estude os imaginários sobre a mulher nos discursos da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves.

Ao buscar definir as diferentes problemáticas do discurso a partir de três parâmetros (objeto, sujeito e *corpus*), Charaudeau estabelece a definição de três grandes problemáticas: cognitiva, comunicativa e representacional.

Em síntese, de acordo com a primeira delas, o objeto é um conjunto de mecanismos discursivos, o sujeito é cognitivo e o *corpus* é aleatório. Já na abordagem comunicativa, o objeto é empírico e relacionado a uma situação de comunicação, enquanto o sujeito é definido por sua identidade psicológica e social e se encontra em uma relação intersubjetiva em relação ao outro.

Na problemática representacional, por sua vez, o objeto são as representações sociodiscursivas, as quais são interpretativas. O sujeito é considerado ativo, por estar no centro das práticas discursivas, e também passivo, devido ao compartilhamento de representações. Por fim, a constituição do *corpus* se dá de forma transversal, podendo ser instituído a partir de textos-arquivos ou signos-sintomas.

Buscando situar seu próprio trabalho em relação a essas três distintas abordagens, Charaudeau afirma que se serve de noções trabalhadas por cada uma delas:

em primeiro lugar, da problemática comunicativa, já que eu abordo sempre os fatos de discurso menos por suas marcas linguísticas que por suas condições situacionais de produção (é aqui onde eu situo meu contrato de comunicação); em seguida, sirvo-me da problemática representacional, já que meu trabalho sobre o reconhecimento das estratégias discursivas deve resultar na descrição do que eu denomino os imaginários sociodiscursivos de base; enfim, é importante que isto seja descrito com as categorias que eu chamo de semiolinguísticas, o que implica que eu considere o que me propõem os estudos que se situam na problemática cognitiva (CHARAUDEAU, 1999, p. 40-41).

Em sua abordagem, o linguista se opõe à concepção de um ato de comunicação que é resultado simplesmente da troca de mensagens entre um emissor e um receptor. Ao contrário, compreende o ato de linguagem como uma encenação, que se desenvolve em uma determinada situação de comunicação: os seres humanos representam papéis previstos e outros improvisados em diferentes cenas. Essas cenas podem estar associadas, por exemplo, ao campo político ou ao midiático. Conforme o lugar em que a cena é desenvolvida, há características específicas que regem a interação e que possibilitam uma relativa margem de manobra.

Na perspectiva Semiolinguística, o ato de linguagem não pode ser compreendido a não ser como "um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão" (CHARAUDEAU, 2019, p. 20). Desse modo, seu objeto

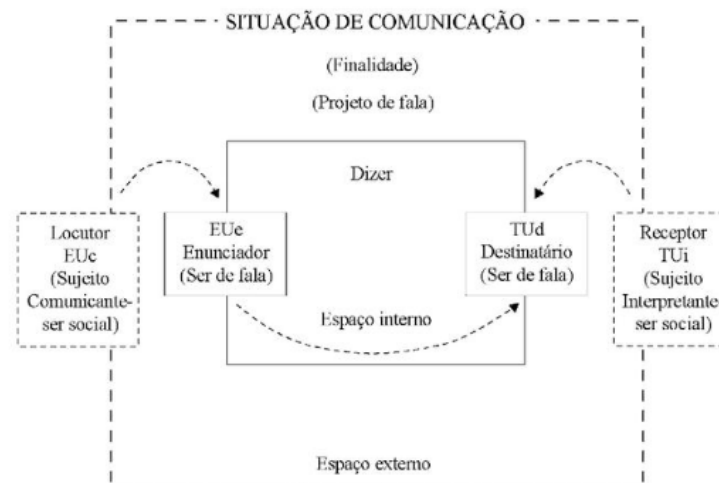
de conhecimento é aquele do qual a linguagem fala, mas também do como a linguagem fala, de forma que um constitui o outro – sem prevalências entre esses aspectos.

O nome da teoria indica, por um lado (semio), que seu objeto de análise apenas é constituído por meio da intertextualidade, da relação que se estabelece entre a forma e o sentido. A abordagem é também linguística porque sua análise parte da conceituação dos fatos linguageiros, que são a forma de ação do sujeito comunicante. Trata-se, ainda, de uma Análise Semiolinguística que se dá sobre o Discurso, o que evidencia que a análise deve se dar em seu contexto discursivo, considerando seu sujeito enquanto histórico.

Nessa perspectiva, a semiotização do mundo se dá através de um duplo processo: o de transformação, em que o mundo a significar passa a um mundo significado por meio de um sujeito falante; e de um processo de transação, no qual o mundo significado se torna um objeto de troca do sujeito falante com o sujeito falante destinatário.

Charaudeau postula que o processo de transformação é dependente do processo de transação, o que marca uma alteração nos estudos da linguagem, uma vez que não é possível se resumir ao primeiro, mas é necessário considerar o quadro situacional imposto pelo segundo. A seguir, trazemos uma representação esquemática da situação de comunicação, elaborada por Charaudeau (2019) e detalhada na sequência.

Figura 1 - A situação de comunicação segundo Charaudeau



Fonte: CHARAUDEAU, 2019, p. 52.

Conforme ilustra a imagem anterior, todo ato de linguagem é composto por dois circuitos. Um deles é o espaço interno, no qual estão os seres de fala, “oriundos de um saber intimamente ligado às representações linguageiras das práticas sociais” (CHARAUDEAU,

2019, p. 53). Já no espaço externo estão os seres agentes, testemunhas do real, que são instituídos “conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do “real” (psicossocial) que sobredetermina estes sujeitos” (CHARAUDEAU, 2019, p. 53). O mundo sobre o qual falam esses sujeitos pode ser uma representação discursiva, quando na esfera do circuito de fala; ou uma representação da situação de comunicação, quando considerado no circuito externo.

Ainda segundo o autor, os sentidos produzidos por um discurso são, simultaneamente, determinados pelas restrições estabelecidas pela situação de comunicação e pela sua finalidade, mas também singulares, tendo-se em vista o projeto de fala, o que leva os sujeitos a adotar diferentes estratégias, considerando-se o objetivo pretendido. Embora haja, então, um espaço de restrição, que indica as condições mínimas para que o ato de linguagem seja válido, há também um espaço de estratégias, que possibilita uma margem de manobra aos sujeitos.

### **1.1.1 Contrato de comunicação**

Como visto, a situação de comunicação traz consigo restrições estruturais, a partir das quais os atores envolvidos desenvolverão as estratégias discursivas a serem utilizadas. Essas restrições estruturais, com condições específicas, formam um quadro de referência que constitui aquilo que Charaudeau define como contrato de comunicação.

Todo indivíduo que queria se comunicar, tanto locutor quanto interlocutor, deve considerar esse acordo prévio estabelecido pelo contrato de comunicação e se submeter às restrições impostas. Ele pode até mesmo transgredir as regras impostas, no entanto, isso mostra que identifica a existência de um quadro de referência à situação.

O contrato de comunicação, segundo Charaudeau (2007, p. 68), “resulta das características próprias à situação de troca, os dados externos, e das características discursivas decorrentes, os dados internos”. O primeiro tipo não é essencialmente linguageiro e pode ser agrupado em quatro diferentes categorias, que englobam: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A condição de identidade do contrato de comunicação indica que qualquer ato de linguagem depende da identidade dos sujeitos participantes. Essa identidade pode ser descrita de acordo com diferentes traços (por exemplo, em termos de natureza social ou psicológica, status social econômico e cultural etc.), que sejam pertinentes em relação ao ato de linguagem – ou seja, o destaque se dá somente aos traços que se mostram importantes para o ato de comunicação.

Por sua vez, a condição de finalidade do contrato de comunicação “requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo” (CHARAUDEAU, 2007, p. 69). Essa finalidade pode corresponder principalmente a quatro tipos de visadas, que podem inclusive serem combinadas no ato de linguagem: prescritiva, relacionada a um “fazer fazer”; informativa, ligada a um “fazer saber”; incitativa, de “fazer crer”; e do pathos, de “fazer sentir”.

Já a condição de propósito do contrato de comunicação “requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em “universos de discurso tematizados”” (CHARAUDEAU, 2007, p. 69). Essa condição se constitui como um universo, um macrotema ao qual locutor e interlocutor participantes do ato de comunicação devem se reportar – o que não impossibilita, entretanto, que outros temas sejam acrescentados ao longo da interação.

A condição de dispositivo, por sua vez, “requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve” (CHARAUDEAU, 2007, p. 70). Ela se estabelece por meio de um ambiente, lugar físico ou canal de transmissão em que o ato de comunicação se inscreve e pode ter uma montagem estratégica, como na televisão, em debates, por exemplo, ou pode ainda ter uma interferência pequena, como nos casos de conversas espontâneas.

Além dos dados externos mencionados e descritos, o contrato de comunicação se constitui a partir de dados internos, os quais são propriamente discursivos e determinam os comportamentos do locutor e do interlocutor na troca, estabelecendo ainda os papéis linguageiros que cada um deve assumir e as formas verbais ou icônicas que devem utilizar.

Os dados internos podem ser subdivididos em três: o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização. Sobre eles, afirma Charaudeau (2007, p. 71):

O espaço de locução é aquele no qual o sujeito falante deve resolver o problema da “tomada da palavra”. Nesse sentido, deve justificar por que tomou a palavra (em nome de quê), impor-se como sujeito falante, e identificar ao mesmo tempo o interlocutor (ou destinatário) ao qual ele se dirige. Ele deve, de algum modo, conquistar seu direito de poder comunicar. O espaço de relação é aquele no qual o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor. O espaço de tematização é onde é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema (ou temas) da troca, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições comunicacionais ou introduzidos pelos participantes da troca. O sujeito falante deve não somente tomar posição com relação ao tema imposto pelo contrato (aceitando-o, rejeitando-o deslocando-o, propondo um outro), escolhendo um modo de intervenção (diretivo, de retomada, de continuidade etc.), mas também

escolher um modo de organização discursivo particular (descritivo, narrativo, argumentativo) para esse campo temático.

Embora o contrato seja regido por esses dados internos e externos explicitados, nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Nesse sentido, o contrato de comunicação e o projeto de fala do indivíduo se complementam. O contrato traz condições prévias à comunicação, no entanto, o sujeito tem a possibilidade de selecionar modos de expressão correspondentes ao seu projeto pessoal de fala. Desse modo, todo ato de linguagem, segundo Charaudeau (2007), se constitui como um ato de liberdade, mas uma liberdade vigiada.

### **1.1.1.1 Contrato midiático**

Como esta pesquisa teve o objetivo de investigar os imaginários da mulher presentes no discurso da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, veiculado pelo discurso midiático, neste tópico abordaremos o contrato de informação midiático, conforme o aporte teórico fornecido por Patrick Charaudeau. Traremos também, a este diálogo, considerações do campo do jornalismo, desenvolvidas pelo teórico Adelmo Genro Filho, que propôs uma teoria marxista do jornalismo.

Nessa abordagem, Genro Filho (1987) recorre às categorias estabelecidas por Lukács, de singular, particular e universal, para argumentar que o jornalismo, a fim de se constituir, efetivamente, como uma forma de conhecimento do mundo, deve partir do singular, isto é, dos fatos noticiados, do lead – que, no vocabulário jornalístico indica a resposta, trazida nos primeiros parágrafos de uma notícia, às perguntas quem, o que, quando, onde e por que –, e caminhar para a apresentação, também, do contexto particular e universal do acontecimento, estabelecendo uma relação dos fatos imediatos narrados com um cenário mais amplo de forma a evidenciar as contradições existentes no sistema capitalista.

O autor compreende que a atividade jornalística é atravessada pela ideologia burguesa, de modo que é "o econômico que pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação em geral e, em particular, do jornalismo" (GENRO FILHO, 1987, p. 114). No entanto, também reconhece que as potencialidades do jornalismo vão além, permitindo uma compreensão crítica da realidade social – nesse sentido, se aproxima da compreensão de Charaudeau (2007), em que a mídia funciona segundo uma dupla lógica: democrática-informativa e também comercial.

É, portanto, por reconhecer as possibilidades do jornalismo que Genro Filho (1987) propõe sua teoria marxista, opondo-se a uma abordagem que associa o jornalismo à

imparcialidade, objetividade ou a uma "verdade" dos fatos: "Um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito" (GENRO FILHO, 1987, p. 126).

Em sua abordagem referente ao discurso das mídias, o linguista Patrick Charaudeau (2007), assim como Genro Filho (1987), também se afasta do entendimento de uma informação neutra, transparente e fiel aos fatos. O autor elabora a teoria do contrato de comunicação, referente ao discurso das mídias, que indica as condições sob as quais esse discurso é produzido. Nesse contexto, o acontecimento bruto, já interpretado pela percepção, passa por um processo de transformação, desenvolvido pela instância de produção midiática, e se torna a notícia, um acontecimento construído. Ainda nesse quadro, a notícia sofre um processo de interpretação, por parte da instância de recepção midiática, o que resulta em um acontecimento interpretado. A seguir trazemos uma representação esquemática desse contrato.

Figura 2 - Contrato de comunicação midiática



Fonte: CHARAUDEAU, 2007, p. 114.

Percebe-se, então, que, conforme Charaudeau (2007), a comunicação midiática relaciona duas instâncias. Por meio dessa nomenclatura, evidencia-se que trata-se de entidades compósitas, e não simplesmente indivíduos, como usualmente se imagina. De um lado, está a instância de produção e, do outro, a de recepção.

A instância de produção não se refere, então, somente ao jornalista responsável por transmitir a informação. Há, além dele, diversos tipos de atores envolvidos, como a direção da empresa jornalística e os operadores técnicos de câmeras ou redação. A compreensão de Genro Filho (1987) em relação à constituição do "sujeito" que produz as informações é semelhante. Conforme o autor, "não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos" (GENRO FILHO, 1987, p. 245). Desse modo, a personalização do indivíduo que



efetivamente elabora a informação divulgada é considerada algo secundário, pois não retrata, na verdade, quem realmente está “falando” por meio da notícia.

O desvendamento desse sujeito que emite os discursos pode ser feito, conforme Genro Filho (1987), por meio do que ele classifica como uma participação na luta de classes, o que permite identificar os interesses em disputa e a origem dos discursos, ou através de uma comparação entre as abordagens desenvolvidas por diferentes veículos. Esse desvelamento ainda pode se dar por meio do explícito posicionamento editorial de cada meio de comunicação, ou também por uma consciência política que compreenda que a informação jornalística não é puramente neutra.

Assim como a instância de produção, também a instância de recepção é uma entidade compósita, que de início já se distingue conforme o suporte utilizado – por exemplo, para as rádios, são os ouvintes; para a televisão, os telespectadores –, cada uma com suas particularidades. Além disso, a identidade social da instância de recepção não pode ser totalmente reconhecida pela instância de produção.

Isso porque com frequência este público não está presente fisicamente na relação com a instância midiática. Obviamente, há pesquisas que buscam traçar o perfil de leitores, telespectadores etc., no entanto, segundo Charaudeau (2007), esse público é heterogêneo e instável. Além disso, não se pode afirmar se os dados sociais clássicos seriam suficientes para o conhecimento do público, pois, conforme o autor, o maior problema envolvido se refere às categorias mentais que se relacionam à apreensão, compreensão e interpretação dos acontecimentos reportados.

Embora haja, efetivamente, uma instância de recepção, formada pelo público, a instância midiática, como não consegue determinar com exatidão qual é esse público, imagina, supõe qual é o seu alvo. A partir disso, essa instância de recepção pode ser abordada pela mídia como alvo intelectual ou como alvo afetivo, que se misturam e interagem no processo de construção, pela instância midiática, da instância alvo.

O primeiro, o alvo intelectual, “é considerado capaz de avaliar seu interesse com relação àquilo que lhe é proposto, à credibilidade que confere ao organismo que informa, a sua própria aptidão para compreender a notícia” (CHARAUDEAU, 2007, p. 80). Para conquistar a credibilidade desse alvo intelectual, a mídia pode se apoiar em imaginários do desempenho (relacionado ao “furo” jornalístico) ou da revelação (associado à investigação).

O alvo afetivo, por sua vez, diferenciando-se do alvo intelectual, é compreendido pela instância de produção midiática como aquele que nada avalia de forma racional, mas que tem reações de ordem emocional, de modo inconsciente. Desse modo, a instância midiática busca

maneiras de atingir a afetividade do alvo e, para isso, se apoia em categorias como o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito, o enorme e o trágico.

Uma vez abordadas as diferentes instâncias que participam do contrato midiático, prosseguimos com outra noção relativa a esse quadro de referência: a condição de finalidade, a qual estabelece que todo ato de linguagem seja guiado conforme um objetivo, principalmente de acordo com quatro visadas. Para o contrato de informação midiático, prevalecem, segundo Charaudeau (2007), as visadas de fazer saber e fazer sentir.

A visada de fazer saber corresponde à visada de informação e “consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social” (CHARAUDEAU, 2007, p. 87). A mídia busca realizar essa visada por meio de duas atividades linguageiras: a descrição narração e a explicação.

A visada de fazer sentir, por sua vez, ou visada de captação, tem o desafio da dramatização. Isso porque as mídias estão engajadas a fim de obter o maior número de consumidores da informação que transmitem e, por isso, encontram-se “condenadas” a mobilizar as emoções do público, com um efeito que se encontra no extremo oposto da visada de informação.

Com o objetivo de atingir a emoção da instância de recepção, a instância midiática deve promover uma encenação do discurso de informação, baseando-se, para isso, “nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as informações não são um infável aleatório” (CHARAUDEAU, 2007, p. 92), mas estruturadas pelos imaginários sociodiscursivos.

As mídias se localizam, portanto, em uma tensão entre o fazer saber e o fazer sentir, e deve, ao mesmo tempo, “buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade” (CHARAUDEAU, 2007, p. 92) e, ainda, desenvolver a encenação da informação para atender ao princípio da emoção. Quanto mais as mídias tendem ao fazer saber, segundo Charaudeau (2007), menos alcance têm com o grande público. Por outro lado, quanto mais se engajam no fazer sentir, menos credibilidade alcançam. O jogo midiático compreende, então, navegar entre esses dois extremos.

Em sua teoria, Genro Filho (1987) aponta que o apelo irrestrito às sensações, no jornalismo, resulta em singularização radical dos fatos, sem a retomada da particularidade e da universalidade correspondentes. Isso ocasiona, conforme o autor, o que ele denomina como um jornalismo sensacionalista, que se resume à simples descrição dos fatos imediatos.

Busca-se, desse modo, transmitir uma “sensação da experiência imediata” ao leitor, o que é de fato importante ao jornalismo para trabalhar a singularidade que lhe é própria. É necessário, porém, se atentar, no processo de produção da notícia, também ao singular e ao particular. Isso porque:

na singularização extrema, isto é, no sensacionalismo, ocorre uma distorção do concreto através de seus aspectos sensíveis no contexto da percepção e da apropriação subjetiva. A sensação assume um papel destacado na reprodução da realidade e o fundamento histórico e dialético do fenômeno, ao invés de ser sugerido, é diluído na superfície do sensível. A singularidade transforma-se no conteúdo que, dessa forma, afirma a reprodução, o mundo como algo dado. Ao propor a singularidade radical, ou seja, o aspecto sensível do fenômeno como conteúdo, a universalidade que se reforça é mesma subjacente ao senso comum, que vê o mundo preponderantemente como positividade (GENRO FILHO, 1987, p. 223).

O autor afirma, ainda, que essa singularização radical tem um caráter conservador e que os jornais que se utilizam com frequência desse recurso trazem, aliado a isso, um discurso de reforço dos valores, mobilizando, assim, não somente as sensações, mas também os preconceitos morais do público alvo.

A noção de propósito, em relação ao contrato de informação midiático, é compreendida como uma tematização realizada sobre o mundo-objeto, que é construído em objeto-sentido. Dessa maneira, o mundo é recortado de uma forma mais ou menos racional e reconstruído em categorias de sentido.

Observa-se, então, que o mundo não é transmitido tal qual existe, como uma cópia fiel ou em seu estado bruto, à instância de recepção. Nesse processo, por consequência, o acontecimento é sempre construído, de forma que “para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (CHARAUDEAU, 2007, p. 95). A construção do acontecimento se dá por meio de um processo evenemencial, o qual envolve uma mimese tripla: de percepção, captura e sistematização/estruturação.

O dispositivo, para o contrato de informação midiático, constitui o suporte no qual se dá o ato de comunicação e que impõe restrições a esse ato. Esse quadro, no entanto, não é indiferente em relação ao que veicula, mas formata a mensagem e, dessa forma, também contribui para a atribuição de sentido.

Cada dispositivo apresenta características específicas em relação a tempo – ou seja, o intervalo que indica a distância entre o acontecimento e a sua transmissão –, espaço entre as

duas instâncias envolvidas e condições de recepção. Para a comunicação midiática, é possível considerar que há quatro grandes suportes: o rádio, a televisão, a imprensa escrita e a internet.

O contrato de informação midiático estabelece uma série de restrições à apresentação do discurso de informação. Nesse sentido, o jornalista encontra-se parcialmente livre, de modo que, apesar das limitações impostas pelo contrato, ainda tem uma margem para escolher as estratégias que usará na descrição e explicação dos acontecimentos.

Esse acontecimento nunca é repassado pela instância midiática sem um filtro, mas depende do olhar que se lança sobre ele. Assim sendo, de acordo com Charaudeau (2007, p. 131), “o acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso”. Desse modo, o significado de um acontecimento se dá a partir de um processo evenemencial, ao fim de uma mimese tripla, como já mencionado.

A partir daí, surge, então, a notícia. Para Genro Filho (1987), a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo, cujo objeto são os fatos jornalísticos, as menores unidades de significação, que não existem previamente como tais, mas são recortados e reconstruídos a partir da realidade. Já segundo a definição proposta por Charaudeau, a notícia é “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2007, p. 132).

Para a primeira questão imposta, relacionada à seleção da notícia, esta se dará conforme os critérios de tempo (proximidade temporal, atualidade), espaço (é noticiado o que está próximo e também o distante) e hierarquia (com fatores que podem ser externos, quando os acontecimentos surgem na factualidade, ou quando são programados ou suscitados; ou internos, relacionados ao princípio de saliência, abarcando os *fait divers*, o insólito, o enorme, o misterioso, o repetitivo, o acaso, o horror, o trágico, a desordem e o triunfo, por exemplo.

### **1.1.1.2 O contrato político**

Uma vez abordado o contrato de informação das mídias, trataremos, neste tópico, sobre o contrato de comunicação política, o qual também integra o objeto de análise do nosso trabalho – tendo em vista que a análise se dará sobre o discurso político da ex-ministra Damares Alves veiculado por meio do discurso das mídias. Inicialmente, abordaremos as condições do contrato do discurso político, tendo por base o aporte teórico fornecido por Charaudeau (2018).

Segundo o autor, os dispositivos do discurso político compreendem macrodispositivos conceituais e ainda os microdispositivos materiais. Os primeiros correspondem às situações de

informação, como comícios eleitorais, declarações televisivas, discursos no Congresso Nacional, entrevistas no rádio etc. Já os microdispositivos dizem respeito à televisão, ao rádio e ao jornal impresso, por exemplo.

Por meio desses dispositivos, podem interagir três diferentes instâncias em relação ao discurso político: a instância política e a instância adversária, que são lugares de governança; a instância cidadã, um lugar de opinião; e, por fim, a instância midiática, que se encontra em uma posição de mediação.

A instância política e a adversária têm o “poder de fazer”, ou seja, o poder de decisão e de ação, e também o “poder de fazer pensar”, o qual é, segundo Charaudeau (2018), de manipulação. Essas instâncias buscam legitimidade, para alcançar o lugar de poder, e ainda autoridade e credibilidade, para gerir e se manter nele.

Não podem, porém, as instâncias política e adversária afirmarem que são movidas pela vontade de conquistar o poder e nele se manter. Diante disso, o discurso dessas instâncias pode se voltar somente a quatro ações:

propor programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, a justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade, a criticar as ideias dos partidos adversários para melhor reforçar sua posição e conclamar o consenso social para obter o apoio dos cidadãos, tudo com a ajuda de diversas estratégias de persuasão e sedução (CHARAUDEAU, 2018, p. 56).

A instância cidadã, por sua vez, é definida como aquela em que a construção da opinião se dá fora do governo e é constituída pela sociedade civil e pela sociedade cidadã, e envolve situações diversas, como protestos. Os atores procuram um conhecimento que possa lhes auxiliar no julgamento e análise dos programas e ações que lhes são propostos/impostos. O seu poder é de ordem indireta: é o de questionar a legitimidade e a credibilidade da instância política. Já os discursos produzidos pela instância cidadã podem ser de reivindicação, de interpelação ou de sanção.

Em relação à instância midiática, além da apresentação desenvolvida anteriormente neste trabalho, cabe destacar que ela se vale de diferentes formas de mediação com a finalidade de unir as instâncias política e cidadã. Seu discurso, como já dissemos, se encontra entre a cooptação, a fim de atrair o público, e a credibilidade, o que faz com que sejam divulgadas denúncias, leva a interpelar políticos etc.

### 1.1.2 A estruturação do real: saberes e representações

Na sequência deste trabalho, abordamos noções centrais a esta pesquisa: representações sociais e imaginários sociodiscursivos, que foram trazidas ao campo da AD pelo linguista Patrick Charaudeau. Inicialmente, é preciso considerar que, assim como descrevemos ao abordar a teoria materialista do discurso de Pêcheux, Charaudeau (2007) compreende que o sentido nunca é dado a priori. Para o linguista, o sentido se constitui por um duplo processo de semiotização, que se dá a partir da transformação e também da transação.

A transformação ocorre do “mundo a significar/descrever/comentar” ao “mundo significado/interpretado”, por meio de processos como nomear, qualificar, narrar, argumentar e modalizar. Já a transação consiste, para o sujeito, na atribuição de um significado psicossocial para o seu ato, em função da identidade do outro, do efeito que pretende produzir, da relação que pretende estabelecer com o outro e com a regulação existente – e se estabelece, portanto, entre a instância de produção e a instância de recepção/interpretação.

Charaudeau (2007) afirma que o processo de transação é o que comanda o de transformação, e não o oposto. Isso porque o ser humano, ao falar, não busca recortar ou descrever o mundo, e sim se relacionar com o outro. “Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação” (CHARAUDEAU, 2007, p. 42). Desse modo, conforme o autor, nenhuma informação pode se configurar como neutra, factual ou transparente. Isso porque, sendo o informar um ato de transação, depende de diversas escolhas feitas pelo informador.

A estruturação do mundo pela instância de produção se dá conforme algumas categorias, que são os chamados “saberes de crença” e “saberes de conhecimento” por Charaudeau (2007). Inicialmente, é preciso considerar que um saber compartilhado é necessário para que ocorra a produção ou a interpretação de todo e qualquer ato de linguagem. Em outras palavras, os interlocutores devem compartilhar um mesmo saber para comunicar ou interpretar, enfim, para que haja uma intercompreensão.

Em relação a esse aspecto, na psicologia cognitiva e depois na semântica linguística, foi desenvolvida uma teoria que propõe que há um conhecimento prototípico dos seres do mundo. Esse conhecimento se refere a uma caracterização com traços universais, como o fato de um pássaro indicar um animal, com asas, que pode voar e outras características gerais semelhantes.

Para além desses traços iniciais, no entanto, há dois outros eixos, os quais trazem uma base mínima de conhecimento, e que se dividem conforme as propriedades atribuídas. O primeiro deles é um saber estereotípico, o qual reúne “propriedades que, ao mesmo tempo, são

reconhecidas e amplamente partilhadas, mas apenas no interior de um grupo social ou de uma cultura dados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 123). Ele se dá sobre propriedades que são, concomitantemente, relativas e universais.

O segundo eixo, por sua vez, é o saber enciclopédico e traz características muito específicas. São conhecimentos técnicos, restritos a um pequeno grupo de indivíduos. Retomando o exemplo do pássaro, seria o equivalente a apontar características como o fato de que ele é vertebrado e possui sangue quente.

Na Análise do Discurso, Patrick Charaudeau (2007) propôs uma divisão dos saberes compartilhados pelos indivíduos em um ato de linguagem em dois diferentes grupos: os saberes de crença e os saberes de conhecimento.

Os saberes de crença são aqueles que resultam da atividade humana de comentar o mundo. Assim, tendo em vista essa definição, concebe-se que o mundo não existe mais “por si mesmo”, mas devido ao olhar subjetivo humano lançado sobre ele. Não se trata, portanto, de uma atividade de inteligibilidade do mundo, mas, sim, de avaliação e apreciação.

As crenças regulam as práticas sociais, ao criar normas efetivas de comportamento e normas ideais. Estas estão relacionadas aos discursos de representação elaborados em um grupo social com a finalidade de avaliar comportamentos. Dessa maneira, essas normas ideais apontam para os imaginários de referência dos comportamentos, regulando aquilo que se deveria ou não fazer, e ainda indicando os imaginários que justificam tais comportamentos.

Segundo Charaudeau (2007), as crenças dependem dos sistemas de interpretação e podem avaliar diferentes aspectos, como o possível e o provável dos comportamentos ou apreciar os comportamentos – como positivos ou negativos de acordo com diversos pontos de vista, como ético, estético, hedônico, pragmático etc.

Quando as crenças aparecem em uma enunciação informativa, elas podem fazer com que se compartilhe julgamentos sobre o mundo, criando uma relação de cumplicidade. A partir disso, a crença funciona também como uma interpelação do outro, pois exige que ele tome uma posição quanto à avaliação que lhe é colocada, o que não ocorre, necessariamente, em relação aos saberes de conhecimento.

Os saberes de conhecimento, por sua vez, buscam estabelecer uma verdade sobre os fenômenos. Eles se constituem, portanto, em uma representação racionalizada do mundo. Essa verdade está na explicação desses fatos, em uma relação objetiva, com um sujeito que se coloca como neutro, sem subjetividade, impessoal e sem julgamento.

Os saberes de conhecimento podem ser adquiridos por meio da experiência: pelo sentir, ver ou ouvir, o sujeito pode “depreender recorrências no interior desses fenômenos, e construir

assim uma explicação empírica do mundo fenomenal” (CHARAUDEAU, 2007, p. 44). Além disso, os saberes de conhecimento podem ser construídos através de um saber técnico, científico ou erudito.

Esses saberes, conforme Charaudeau (2007), são suficientes para compreender o mundo da maneira mais objetiva possível – apesar de eles, obviamente, passarem por alguns filtros. Desse modo, contam com um estereótipo de serem mais objetivos e reais, em contraposição às crenças.

Segundo Charaudeau (2017), o saber de conhecimento se constitui a partir de outros dois tipos de saberes: o científico e o de experiência. O primeiro, da ordem da razão científica, do provado, "constrói explicações sobre o mundo que se aplicam ao conhecimento do mundo tal como ele é e funciona" (CHARAUDEAU, 2017, p. 581). Esse saber de conhecimento científico se baseia no método científico, com a observação, experimentação e cálculo, e inclui, por exemplo, as teorias. Trata-se, então, de um saber que pode ser comprovado.

Já o saber de experiência também elabora explicações sobre o mundo, mas, desta vez, sem que haja comprovação. Como é da ordem da experiência, não necessita do conhecimento acerca do saber científico – isso significa que não é preciso conhecer, por exemplo, a fórmula da lei da gravidade para saber que ao soltar um objeto, na Terra, ele vai em direção ao chão. Logo, o saber de experiência reúne os saberes empíricos relativos ao mundo.

A fronteira entre os saberes de crença e os saberes de conhecimento é difícil de ser determinada, conforme Charaudeau (2007). O autor cita, como exemplo, que a interpretação do enunciado “essa mulher é poderosa” depende de variadas relações estabelecidas, em uma determinada sociedade, entre os discursos de representações tanto da mulher quanto do poder.

O linguista afirma ainda, no entanto, que, embora seja uma fronteira difícil se ser definida, é fundamental que seja estabelecida, em virtude dos diferentes efeitos interpretativos produzidos a partir de cada um dos diferentes saberes presentes nas representações, o que pode ser visto de forma bem explícita em manchetes de jornais que se inclinam aos saberes de crença em vez dos de conhecimento.

As representações do mundo se estruturam a partir de saberes de crença ou dos saberes de conhecimento. Nas palavras de Charaudeau (2018, p. 190), “o homem tem tanta necessidade da realidade para significá-la quanto a realidade tem necessidade do homem para ser significada”. Isso indica que, se por um lado uma realidade que precisa ser significada se impõe ao ser humano, é por meio dos sistemas de representação simbólicos que ele constrói que essa mesma realidade obtém significado. Dessa maneira, o indivíduo é, simultaneamente, sujeito,



que age sobre essa realidade, e ainda objeto, que faz parte desse mundo e sobre o qual também se dá o conhecimento.

A representação do mundo feita pelos indivíduos é estudada pelas ciências sociais e tem diferentes nomes, conforme as disciplinas, como sistemas de conhecimento, doutrinas, teorias, ideologias etc., com distinções e hierarquias nem sempre claras e às vezes até mesmo controversas.

Charaudeau (2018) afirma que poderia se ater ao estudo da noção de ideologia, tendo em vista o sucesso que o conceito teve até a década de 80 na filosofia, ciência política, sociologia e mesmo na análise do discurso político. No entanto, ainda conforme o autor, procedendo dessa maneira se depararia com o problema da validade de sua definição, cuja proposta marxista foi dominante por determinado período, depois criticada e ainda hoje questionada.

No que se refere à relação do ser humano com o real, duas posições se enfrentam. Uma delas entende que os indivíduos vivem no mundo da vida social com uma coerência dissimulada e inconsciente. “Mas, ao mesmo tempo, esses indivíduos sentem a necessidade de produzir discursos de racionalização para explicar as razões de ser desse real e de seu funcionamento” (CHARAUDEAU, 2018, p. 192). Dessa maneira, se institui uma ideologia dominante.

Essa ideologia se constitui a partir de uma “consciência social” que os indivíduos constroem para si próprios mas que é alienada por discursos dominantes provenientes de setores sociais como a religião, a política etc. Assim sendo, a ideologia se institui como um “modo de articulação entre significação e poder” (CHARAUDEAU, 2018, p. 192), com quatro funções: de legitimação, dissimulação, fragmentação e retificação.

A outra posição relacionada à ideologia critica a divisão entre uma construção discursiva racionalizada e um real único, com sua própria verdade. Nessa perspectiva, compreende-se que o conhecimento social obrigatoriamente se utiliza de sistemas de representação os quais se apresentam como o próprio real. Diante disso, propõe-se o estudo dos processos de ideologização, que elabora uma simbolização do social.

Nesse sentido, Charaudeau aborda essa simbolização a partir da noção de representação social. Para tanto, o autor retoma, inicialmente, a hipótese do signo linguístico para diferenciar real e realidade. A tríade sógnica engloba as dimensões do objeto, do signo e do interpretante. A partir dessa definição, é possível apreender que "o significado não é a própria realidade, mas uma construção significativa do mundo" (CHARAUDEAU, 2017, p. 574).

A realidade se constitui, então, como o mundo empírico, ainda sem significado, que se impõe ao ser humano em "estado bruto" para obter significado. O real, por sua vez, diz respeito

ao mundo já significado pelo indivíduo por meio da linguagem. Constatase, a partir disso, que o discurso constrói o real.

Para a Teoria Semiolinguística de Charaudeau, esse contato com o real, através de uma operação de percepção-construção, se dá por meio das representações sociais, que são “um modo de tomar conhecimento do mundo socialmente compartilhado” (CHARAUDEAU, 2017, p. 575), em uma relação que envolve a significação, a realidade e a imagem. Trata-se de um conceito composto por uma tripla dimensão: a primeira delas cognitiva, tendo em vista que se relaciona à organização mental da percepção; também simbólica, já que abarca a interpretação do real; e ainda ideológica, uma vez que atribui valores, os quais desempenham a função de normas societárias.

Desenvolvido inicialmente no campo da sociologia, com Durkheim, por meio da denominação de “representação coletiva”, o conceito de representação social é muito debatido nas ciências sociais e humanas. Ele foi apreendido e reformulado, por exemplo, pela psicologia social. Nesse campo, o teórico que inicialmente desenvolveu o estudo relativo às representações sociais, foi Moscovici (2007).

Segundo o autor, as representações possuem duas funções: a primeira delas é a de convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos: “elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (MOSCOVICI, 2007, p. 34). Desse modo, cada experiência, com objetos, pessoas ou acontecimentos, é associada a uma realidade predeterminada por convenções.

Se há, portanto, essa relação com um sistema já condicionado, “nós vemos apenas o que as nossas convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções” (MOSCOVICI, 2007, p. 35). É possível, no entanto, de acordo com o autor, tornar-nos conscientes dessas convenções e escapar de algumas influências impostas às nossas percepções e julgamentos. Essa “libertação”, porém, não pode ocorrer de todas as convenções e todos os preconceitos.

Isso porque Moscovici (2007) aponta que as representações são prescritivas, ou seja, se impõem por meio de uma “estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que descreva o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2007, p. 36). Assim sendo, as representações, partilhadas por tantas pessoas e grupos, não são pensadas por eles, mas repensadas e rerepresentadas. Em síntese, já estão postas, têm uma “vida própria” e são transformadas, permitindo a criação de novas representações.

A ruptura proposta por Moscovici (2007), em relação às representações coletivas trabalhadas por Durkheim, envolve a consideração das representações sociais como um fenômeno, e não somente como um conceito. Para a sociologia, as representações sociais eram, tal como o átomo para a mecânica tradicional, irredutíveis a uma análise posterior. Contudo, para Moscovici (2007), as representações devem ser vistas "como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos" (MOSCOVICI, 2007, p. 46), estabelecendo uma ordem no mundo, dando-lhe significado. Elas possuem, então, duas faces: uma icônica e outra simbólica.

Nessa atuação dinâmica, a finalidade de todas as representações, segundo o autor, "é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade" (MOSCOVICI, 2007, p. 54). O autor compreende que as relações se desenvolvem em um processo sempre de familiarização, no qual os objetos, pessoas e acontecimentos somente podem ser entendidos somente em relação a um conhecimento anterior adquirido. Desse modo, conforme Moscovici (2007), a memória e o passado prevalecem sobre a dedução e o presente, respectivamente. É por meio, então, das representações que integramos o mundo mental e o físico (dito "real").

Na Análise do Discurso, o conceito de representação social é associado à interdiscursividade e ao dialogismo. A AD se apoia nas proposições do semiólogo Louis Marin, para quem as representações têm três funções sociais:

de "representação coletiva", que organiza os esquemas de classificação, de ações e de julgamentos; de "exibição" do ser social por meio dos rituais, estilizações de vida e signos simbólicos que os tornam visíveis; de "presentificação", que é uma forma de encarnação, em um representante, de uma identidade coletiva (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 433).

Segundo os autores, essa abordagem das representações sociais gera três consequências. A primeira delas é que, por organizarem o real por meio das imagens mentais presentes em um discurso, as representações estão incluídas no real. Por isso, elas indicam os saberes de conhecimento sobre o mundo ou também os saberes de crença que os indivíduos utilizam para julgar essa realidade.

Em segundo lugar, o discurso social das representações pode se estabelecer de forma explícita, por meio de bandeiras ou palavras, por exemplo, ou ainda de modo implícito (como no discurso publicitário). Por fim, há de se considerar que esses saberes de crença e conhecimento têm um papel identitário, em outras palavras, estabelecem uma mediação que permite aos integrantes de um grupo terem uma consciência de si e se reconhecerem também como parte de uma identidade coletiva.

Segundo Charaudeau (2007), as representações surgem a partir da observação empírica das trocas sociais e produzem um discurso de justificativa dessas trocas. Elas elaboram também um sistema de valores que se constitui como norma de referência. Dessa maneira, as representações sociais elaboram uma categorização social do real, “a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza” (CHARAUDEAU, 2007, p. 47).

As representações constituídas pelos grupos, aos quais um sujeito pertence ou deseja pertencer, fazem com que ele seja sobredeterminado por elas. Diante disso, segundo Charaudeau (2018), não é possível então separar as representações sociais de uma teoria do sujeito, seja ele individual ou coletivo. Essas representações, por sua vez, estão incluídas nos imaginários sociodiscursivos.

### **1.1.3 Imaginários sociodiscursivos**

O conceito de imaginário sociodiscursivo é proposto por Charaudeau frente à noção de estereótipo. Em sua obra "Opinião Pública", Lippmann traz a concepção de estereótipo apontando que, em virtude da impossibilidade de conhecer tudo em todo o mundo o tempo todo, "pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura" (LIPPMANN, 2008, p. 85). O autor argumenta que esses estereótipos funcionam como uma economia de esforço e ainda como uma defesa de posição na sociedade. Isso porque, conforme Lippmann (2008), criamos uma imagem do mundo ordenada e qualquer discrepância se torna um indicativo de insegurança.

Dessa maneira, segundo o autor, quando um estereótipo é bem fixado, voltamos nossa atenção aos fatos que o sustentam e nos afastamos daquilo que o contradiz. Além disso, os estereótipos vêm carregados de um julgamento por parte do sujeito e que sempre precede a evidência, de tal modo que se espera que essa evidência seja confirmada. É também em uma perspectiva crítica a essa concepção em relação aos julgamentos dos estereótipos que Patrick Charaudeau propõe o conceito de imaginário sociodiscursivo.

Conforme o autor, o estereótipo é "dependente do julgamento de um sujeito, e [...] sendo este julgamento negativo, oculta a possibilidade de que o que é dito contenha uma parte de verdade, a despeito de tudo" (CHARAUDEAU, 2017, p. 572). Ainda de acordo com o linguista, é preciso oferecer à noção de estereótipo a possibilidade de dizer algo de falso e também algo de verdadeiro, ao mesmo tempo, sendo, por isso, da ordem do verossímil. Isso porque todo

juízo, embora possa dizer algo de falso sobre o outro, revela algo de verdadeiro sobre aquele que diz.

Charaudeau afirma também que o uso do termo estereótipo, inclusive em artigos científicos dedicados ao conceito, é ambíguo. Em alguns, defende o linguista, o estereótipo é considerado um elo social necessário, que possibilita a aprendizagem social. Por outro lado, o estereótipo também é rejeitado, ao ser considerado como algo que deforma ou mascara a realidade.

Devido a essas diferentes problemáticas apresentadas, Charaudeau considera que a noção de estereótipo é difícil de ser trabalhada como um conceito central para a análise do discurso. Diante disso, o autor propõe que se utilize a expressão "imaginários sociodiscursivos". O termo imaginário, frequentemente, é tomado como aquilo que existe somente na imaginação, que não corresponde à realidade, uma ilusão, e de forma recorrente tem um juízo negativo.

No campo das disciplinas das ciências sociais e humanas, mais especificamente em história, por exemplo, o imaginário também adquire um sentido pejorativo, de modo que a história muitas vezes se propõe contrária ao imaginário, trabalhando para apontar uma suposta verdade dos fatos. Diante dessas ponderações, Charaudeau (2017) aponta que a noção de imaginário também deveria ser rejeitada, bem como a de estereótipo, pelos mesmos motivos.

No entanto, o autor propõe uma utilização do conceito de imaginário não como um adjetivo, tal como frequentemente é tratado, mas como um substantivo. Segundo ele, procedendo dessa maneira, tem-se uma noção que tem tradição na filosofia, na psicologia e na antropologia social.

Charaudeau define os imaginários como "uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, [...], transformando a realidade em real significante" (CHARAUDEAU, 2017, p. 578). Os imaginários surgem a partir da simbolização do mundo e se depositam na memória coletiva. Desse modo, são resultado de uma dupla interação, que se dá a partir do sujeito com o mundo e também do sujeito com o sujeito. Já sua dupla função engloba a criação de valores e também a justificação da ação.

Os imaginários podem ser classificados como sociais porque essa simbolização que desenvolvem sobre o mundo se dá em um domínio da prática social (como o político, religioso etc.). Além disso, os imaginários não são sempre conscientes. Parte deles pode ser racionalizada por meio de discursos-textos presentes em instituições, lugares de ensino desses imaginários, como escolas e religiões.

Já outros imaginários não circulam de forma consciente nas sociedades. Estes “estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural como uma evidência partilhada por todos” (CHARAUDEAU, 2018, p. 205) e são encontrados em julgamentos implícitos presentes em enunciados. Há ainda imaginários que se depositam no chamado inconsciente coletivo, que funciona como uma memória coletiva identificável somente por meio de uma abordagem antropológica e histórica.

A qualificação proposta por Charaudeau, de imaginários sociodiscursivos, frente à noção de imaginários sociais, ocorre devido à hipótese de que a fala é o sintoma de um imaginário. Os imaginários se materializam por meio de comportamentos, atividades coletivas, produção de objetos e tecnologias, e valores identitários. No entanto, essa materialização precisa ser sustentada por meio de uma racionalização discursiva, seja em textos escritos (ou pela tradição oral) ou ainda como provérbios e ditados. Assim, através da denominação de imaginários sociodiscursivos, integra-se o conceito de imaginário ao quadro teórico disciplinar da análise do discurso.

Os imaginários sociodiscursivos "são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva" (CHARAUDEAU, 2017, p. 579). Pode-se perceber, então, que os imaginários indicam identidades coletivas e apontam ainda a percepção sobre acontecimentos e julgamentos por parte de sujeitos e de grupos.

Desse modo, os imaginários são elementos centrais nas relações estabelecidas entre indivíduos. Eles se constituem como um “background” fundamental para essa interação e influenciam a tematização estabelecida sobre um determinado assunto a partir de um sujeito. Assim, os indivíduos não são totalmente livres para tematizar seu discurso, mas, por exemplo, “a religião, o machismo, a política, a ciência fornecem macrotemas e conhecimentos pré-estabelecidos que, em muitas vezes, os sujeitos usam para justificar suas posições dentro do ato discursivo” (GOSMÃO; SANTOS; SILVA, 2020, p. 200), de forma que os imaginários fornecem, então, normas de referência aos membros de um grupo.

Além disso, como os imaginários nem sempre são conscientes, se faz necessário “retomar repetições, circunstâncias históricas, culturais e sociais para analisar o que perpassa nas práticas cotidianas” (GOSMÃO; SANTOS; SILVA, 2020, p. 202), buscando, assim, uma maior compreensão acerca do funcionamento social sobre a posição assumida pelo sujeito – o que será retomado posteriormente neste trabalho, buscando verificar as circunstâncias históricas e culturais acerca da representação da mulher.

Os discursos geradores de imaginários se constroem dentro de um domínio de uma prática social. Desse modo, um imaginário pode ter diferentes significados conforme a prática social na qual é abordado. Tal aspecto pode ser verificado, por exemplo, quanto ao imaginário de tradição, que com frequência é visto positivamente na prática religiosa e, por outro lado, considerado negativo em relação à tecnologia.

Por fim, de forma esquemática, com o objetivo de integrar os conceitos apresentados, é possível pensar que as representações sociais se constituem a partir dos saberes de conhecimento e de crença. Essas representações sociais, por sua vez, estão presentes nos imaginários sociodiscursivos.

### **1.1.2.1 Imaginários do discurso político**

Em sua abordagem referente ao discurso político, Charaudeau (2018) apresenta os principais imaginários sociodiscursivos relacionados a esse âmbito. Conforme o autor, qualquer que seja o tema sobre o qual trata o discurso político, é necessária a referência a valores da vida em comunidade. É preciso, ainda, que esses valores contem com uma força de verdade, para que possam se sobrepôr aos valores apresentados pelos adversários ou ao contraditório.

Tal posição suscita um debate acerca da verdade. Para a análise do discurso, no entanto, o que se mensura é a produção de efeitos de verdade, os quais “dependem eles próprios das representações construídas por cada grupo social, portanto, dos imaginários que estruturam” (CHARAUDEAU, 2018, p. 210). Diante do exposto, retomaremos, neste ponto, três dos principais imaginários presentes no discurso político.

O primeiro deles é o imaginário de tradição, o qual é “sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza” (CHARAUDEAU, 2018, p. 211). Ele se apresenta como uma volta necessária a esse estado de origem, de forma também a estabelecer uma relação dos descendentes (que têm um dever de voltar ao princípio) com os ancestrais, com um determinado território ou também com uma língua.

Esse imaginário, conforme Charaudeau (2018), é composto por discursos relacionados à busca de uma purificação, com ações violentas de eliminação do outro, como discursos fóbicos contra um outro considerado inferior, e que assim tentam justificar, por exemplo, guerras e genocídios. Também a esse imaginário estão relacionados valores associados ao desenvolvimento de uma comunidade e pelos quais os integrantes deveriam se responsabilizar.

Em síntese, é possível afirmar que o recurso ao imaginário da tradição tem o objetivo de tranquilizar uma sociedade frente à ameaça que pode lhe representar um outro imaginário de modernidade, o qual faria com que as populações dessem as costas às suas origens, gerando uma subversão dos modos e fazendo com que as pessoas perdessem suas identidades. Por outro lado, no entanto, esse imaginário também permite uma ponderação diante de um progressismo cego.

O segundo imaginário que com recorrência é retomado pelo discurso político é o imaginário de modernidade. Nesse contexto, engloba o “conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam” (CHARAUDEAU, 2018, p. 215). Os grupos, diante disso, buscam se legitimar tendo por base uma época anterior e se colocam como detentores de um saber superior, em relação ao precedente.

Este imaginário se opõe ao da tradição e inclui discursos que buscam justificar e valorizar as novidades. Além disso, indica que o afastamento da dominação religiosa ou mágica traz um controle maior sobre a natureza e sobre o próprio destino do ser humano. Dessa maneira, tal imaginário celebra a eficiência da ação humana e é constituído a partir de dois tipos de discursos: um deles centrado na economia e o outro na tecnologia.

Por fim, o terceiro imaginário frequentemente engendrado pelo discurso político é o da soberania popular, que se apoia sobre os variados discursos em que o povo é o responsável pelo seu bem-estar. Trata-se, segundo Charaudeau (2018), do mito da democracia, em que se impõe uma opinião supostamente majoritária. Ao contrário do imaginário da tradição, que estabelecia uma luz espiritual guia, neste caso a direção se dá por meio da vontade de um grupo.

Três discursos participam desse imaginário: o do direito à identidade, o da solidariedade e também o do igualitarismo. Em relação ao primeiro deles, trata-se do engendramento de dois pontos de vista antagônicos: o de fusão das diferenças e o outro que se opõe a qualquer integração entre diferentes grupos (países, forças econômicas).

Já o discurso da solidariedade parte da constatação que a igualdade entre os cidadãos está longe de ser alcançada. Posto isso, é preciso contribuir para que ela seja promovida e também torna-se um dever a partilha com o outro. Isso é utilizado para justificar, por exemplo, o engajamento em guerras em territórios estrangeiros ou o discurso ecologista de preservação da natureza. Também é em nome desse imaginário que são criadas ações de defesa de grupos vulneráveis.



Se levado ao extremo, o imaginário da soberania popular pode trazer desvios como da exclusão, em que se procede à eliminação das diferenças por meio da violência, em função de uma suposta pureza étnica ou religiosa. Assim, em vez de trazer uma vontade coletiva de viver junto, tem-se uma negação do outro a partir de sua diferença.

Segundo Charaudeau (2018), é a partir de uma suposta ameaça ao direito da soberania dominante que tentam se justificar os totalitarismos modernos, os quais se apoiam sobre uma negação da diferença e que estão, portanto, relacionados a esse imaginário.

Uma vez apresentado, neste capítulo, o aporte teórico-metodológico referente à Análise do Discurso que embasa a pesquisa, voltamo-nos, na próxima seção deste trabalho, à abordagem teórica e também histórica relativa às mulheres desenvolvida por Federici (2017, 2019), Bandeira (2019) e Saffioti (1976).

## **CAPÍTULO 2 - Mulher: representações e imaginários**

A fim de retomar em uma perspectiva histórica as representações e imaginários associados às mulheres, utilizaremos, como abordagem teórica, os apontamentos trazidos pela filósofa italiana Silvia Federici e pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti. A escolha desse suporte teórico se deu porque as estudiosas seguem uma linha de abordagem marxista, de modo que se alinham, portanto, em certa medida, à perspectiva da Análise do Discurso em sua origem, que teve início por meio de uma confluência entre marxismo, psicanálise e linguística.

Neste trabalho, no entanto, nos apoiamos sobre a Análise Semiociológica do Discurso de Patrick Charaudeau. Tal escolha se deu devido às contribuições, ao enfoque que Charaudeau traz à discussão relativa especialmente aos discursos jornalístico e político, que serão objeto de análise desta pesquisa. Além disso, acreditamos que o diálogo que aqui será estabelecido, entre a teoria de Federici e Charaudeau, pode contribuir para pensar a abordagem semiociológica de maneira mais ampla, trazendo questões que às vezes não são tomadas como prioridade pelo teórico, como raça, gênero e classe.

### **2.1 Percurso histórico**

Em sua teoria, Federici (2017) explicita as relações entre o surgimento do capitalismo e o desenvolvimento de uma guerra contra as mulheres, que se deu, em seu princípio, com a execução de centenas de milhares de “bruxas”. Desse modo, a autora mostra que há uma necessária relação entre o capitalismo e o racismo e o sexismo:

o capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (FEDERICI, 2017, p. 37).

Inicialmente, a autora retoma as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no período da Idade Média. A aldeia medieval não era uma comunidade de iguais: havia muitas diferenças entre camponeses livres e camponeses com estatuto servil, entre camponeses ricos e camponeses pobres, bem como entre mulheres e homens.

Com frequência, a terra era entregue aos homens e passada ao longo das gerações pela linhagem masculina. Além disso, as mulheres eram excluídas dos cargos designados a camponeses mais abastados, porém, conforme a autora, elas estavam menos dependentes de

seus parentes do sexo masculino e se diferenciavam menos deles – física, social e psicologicamente – do que as mulheres “livres” da sociedade capitalista posterior.

Essa autoridade limitada dos servos homens sobre suas parentas se dava em virtude da prevalência da autoridade do senhor feudal, que era quem mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres, e pelo fato de que “a terra era entregue geralmente à unidade familiar, e as mulheres não somente trabalhavam nela, mas também podiam dispor dos produtos de seu trabalho e não precisavam depender de seus maridos para se manter” (FEDERICI, 2017, p. 52). Além disso, como o trabalho no feudo estava voltado à subsistência, a divisão sexual do trabalho era menos exigente do que no capitalismo. Segundo Federici (2017), as atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres não eram desvalorizadas e não estabeleciam relações sociais diferentes das dos homens. Essas atividades eram, ainda, realizadas em cooperação com outras mulheres, gerando uma rede de poder e proteção a elas.

Embora muitas vezes se veja o período feudal como um tempo estático, essa foi uma época, segundo Federici (2017) de uma luta de classes incansável, especialmente contra os impostos e encargos cobrados pela nobreza. Entre as formas de resistência, houve uma “deserção massiva”, em meados do século XIII, quando muitos deixaram de ir trabalhar ou chegavam tarde demais aos campos, num período em que a colheita já estava estragada, e outros muitos fugiam para cidades ou vilarejos vizinhos.

No fim do século XIII, as lutas feudais resultaram em uma proletarização do campesinato, que passou a receber um pagamento em dinheiro. Isso, conforme Federici (2017), contribuiu para uma divisão social e desintegração da aldeia feudal: passaram a existir camponeses abastados, que podiam empregar outros trabalhadores, e camponeses mais pobres e mesmo sem-terra, que ofereciam seus serviços aos mais ricos ou à aristocracia proprietária. Assim,

a monetização da vida econômica não beneficiou, portanto, a todos, contrariamente do que é afirmado pelos partidários da economia de mercado, que lhe dão as boas-vindas como se tivesse sido a criação de um novo “bem comum” que substitui a sujeição à terra e que introduz na vida social critérios de objetividade, racionalidade e, inclusive, de liberdade pessoal (FEDERICI, 2017, p. 62).

Para as mulheres, o efeito dessa monetização foi muito negativo: seu acesso à propriedade e à renda foi reduzido e elas encabeçaram, assim, ainda no fim do século XIII, o movimento de êxodo do campo, se tornando uma alta porcentagem da população das cidades. Nesses locais, a maioria vivia em condições de pobreza, atuando como ambulantes, comerciantes, fiandeiras e prostitutas. Apesar disso, nas cidades, a subordinação aos homens

era menor, “pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 64).

Além disso, com o tempo, as mulheres ganharam o acesso a muitas profissões posteriormente consideradas masculinas, como de açougueiras, ferreiras, padeiras, chapeleiras, cervejeiras e comerciantes. No século XIV, as mulheres estavam se tornando professoras escolares, médicas e cirurgiãs, competindo com homens em universidades. Em resposta a essa nova independência feminina, começou a aparecer uma reação misógina.

## 2.2 O movimento herético

Nesse cenário, erigiu um movimento herético popular, buscando “uma alternativa concreta às relações feudais por parte do proletariado medieval e sua resistência à crescente economia monetária” (FEDERICI, 2017, p. 68). Esses movimentos se desenvolveram ao longo de três séculos entre as classes baixas de países da Europa e são considerados os movimentos de oposição mais importantes da Idade Média. Isso porque foram ferozmente perseguidos pela Igreja, que inclusive convocou cruzadas contra os hereges – eles foram queimados aos milhares em fogueiras e, para persegui-los, foi criada a Santa Inquisição.

Federici (2017) compara a heresia à “teologia da libertação”<sup>5</sup> para a classe proletária medieval. O movimento, que trazia entre suas demandas a renovação espiritual e a justiça social,

denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefiniam todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais (FEDERICI, 2017, p. 57).

A autora afirma que não é exagero classificar o movimento herético como a primeira “internacional proletária”. Havia uma estrutura comunitária de dimensão internacional, que permitia aos integrantes viverem suas vidas com maior autonomia e, ao mesmo tempo, contando com uma rede de apoio para ajuda nos momentos de necessidade.

---

<sup>5</sup> Trata-se de uma teologia cujo início data de 1971, a partir da publicação, no Peru, do livro fundador “Teologia da Libertação. Perspectivas”, de Gustavo Gutiérrez. O nome da corrente vem da libertação que se faz necessária a partir da opressão que sofrem os pobres. No Brasil, os principais teóricos/teólogos da vertente são Frei Betto e Leonardo Boff, para quem a marca registrada da teologia da libertação é “a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade”. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em 18 ago. 2022.

O movimento herético designava uma elevada posição social às mulheres, que eram consideradas como iguais: “tinham os mesmos direitos que os homens e desfrutavam de uma vida social e de uma mobilidade (perambulando, pregando) que durante a Idade Média não se encontravam em nenhum lugar” (FEDERICI, 2017, p. 83). Elas também formavam suas próprias comunidades apenas de mulheres, sem subordinação ao controle masculino, e podiam viver na mesma moradia com homens, como irmãos e irmãs.

Além de uma crítica às hierarquias sociais e à exploração econômica, o movimento herético atuava na denúncia da corrupção do clero: de que Deus não falava por meio de um clero corrupto, que vendia absolvições, indulgências e fazia dos sacramentos um mercado. Assim, embora fosse um desafio religioso, era também político, visto que as igrejas eram o pilar ideológico do poder feudal, “uma das instituições que mais contribuía com a exploração cotidiana do campesinato” (FEDERICI, 2017, p. 72).

Muitos dos heréticos seguiam o ideal da pobreza apostólica e obtinham renda de esmolas ou trabalho manual. Outros vivenciavam experiências de um “comunismo”, em que a propriedade era comunal. Nessa oposição à igreja, os hereges pregavam que Cristo não tinha posses e que, então, também a igreja deveria se desfazer de suas propriedades. Ainda defendiam o não pagamento de dízimo e a não existência do purgatório, que era considerado uma invenção que serviu ao clero como uma fonte de lucro, para angariar dinheiro por meio das missas e indulgências pagas.

A igreja, por sua vez, utilizava a acusação de heresia para “atacar toda forma de insubordinação social e política” (FEDERICI, 2017, p. 73), o que ocorria, por exemplo, quando trabalhadores se voltavam contra seus empregadores ou quando arrendatários se negavam a pagar os dízimos.

Em relação ao sexo, havia tanto seitas hereges que praticavam a abstinência quanto outros que atribuíam a ele um valor místico, um sacramento, “pregando que praticar sexo, em vez de abster-se, era a melhor forma de alcançar um estado de inocência” (FEDERICI, 2017, p. 78). Assim, conforme a autora, os movimentos heréticos eram perseguidos tanto por serem supostamente “libertinos” quanto por sua renúncia extrema ao sexo.

Na Idade Média, devido às restrições impostas aos camponeses, não era possível ou desejável ter muitos filhos. Assim, havia uma postergação do casamento, de tal modo que jovens tinham que praticar a abstinência ou desafiar a proibição ao sexo fora do casamento. Por isso, é possível verificar uma influência dessa tentativa medieval de controle da natalidade nas definições acerca da reprodução presentes entre os hereges.

Quando, no fim do século XIV, a falta de trabalhadores se tornou uma preocupação, associada à crise demográfica, os hereges passaram a ser associados aos crimes reprodutivos, principalmente o aborto e o infanticídio – o que não indica que as definições reprodutivas dos hereges tenham tido um impacto significativo, mas, ainda assim, qualquer tipo de contracepção passou a ser associado à heresia.

As mulheres hereges tentavam regular sua função reprodutiva, por meio do aborto e do uso de contraceptivos. Antes, na Alta Idade Média (do fim do século V ou início do século VI ao século X), a Igreja via até com certa indulgência as práticas contraceptivas por reconhecer que, devido a razões econômicas, as mulheres precisavam limitar suas gestações. No entanto, após a Peste Negra, que matou entre 30% e 40% da população europeia, o controle de natalidade passou a ser percebido como uma ameaça à economia.

A tentativa da igreja de controlar o comportamento sexual, no entanto, vem de tempos antes. No século IV, “o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo” (FEDERICI, 2017, p. 80). Isso se deu, por exemplo, por meio da expulsão das mulheres da liturgia e da transformação da sexualidade em um objeto de vergonha.

Segundo a autora, a igreja estabeleceu um verdadeiro catecismo sexual, indicando, inclusive, as posições permitidas, os dias em que era permitido fazer sexo, com quem se podia e com quem não. Essa supervisão aumentou no século XII, com os concílios de Latrão de 1123 e 1139, quando foi proibido o casamento a membros do clero. Mais tarde, em 1179, a igreja condenou pela primeira vez a homossexualidade e o sexo não procriador. Desse modo, com tais legislações, afirma Federici (2017), a sexualidade foi politizada.

### **2.3 Peste negra, crise do trabalho e idade de ouro do proletariado**

A Peste Negra (1346-1352) gerou um colapso demográfico que transformou a vida social e política do continente europeu. Segundo Federici (2017), a proximidade com a morte alterou a disciplina social, fazendo com que as pessoas já não se preocupassem com trabalho ou regulações sociais e sexuais, buscando ao máximo se divertir e festejar. Houve, ainda, uma crise do trabalho, gerada pela escassez de mão de obra, o que favoreceu as classes baixas.

Desse modo, até o fim do século XIV, a recusa a pagar aluguel e a realizar serviços tornaram-se comuns. Os senhores até ameaçavam de expulsão, mas havia abundância de terras e os camponeses podiam simplesmente se mudar e encontrar novas áreas para cultivar. Desse

modo, conforme Federici (2017), as hierarquias foram viradas de cabeça para baixo. Como resposta, houve diversas tentativas de elevar a exploração do trabalho e até mesmo de restabelecimento da escravidão. No entanto, essas ações aprofundaram os conflitos de classe e tiveram efeito oposto, de forma que foram deflagradas várias revoltas camponesas ainda no fim do século XIV.

Esse período, portanto, conforme descrito por Federici (2017), foi de grande poder para o campesinato. A escassez de mão de obra deu a eles poder de decisão, com empregadores competindo por serviços, e, desse modo, reforçou sua valorização: os camponeses podiam recusar o trabalho após satisfazer suas necessidades ou se oferecer apenas para tarefas limitadas e demandar benefícios além do salário.

Esse cenário, no entanto, foi alvo de uma contrarrevolução no fim do século XV. Para tanto, buscou-se, além do massacre de camponeses, uma política sexual com o objetivo de dissolver o protesto dos trabalhadores. O que se teve foi, no caso da França, por exemplo, foi, praticamente, a descriminalização do estupro – portanto, com consentimento estatal – em casos nos quais as vítimas eram mulheres de classe baixa<sup>6</sup>. Além disso, a prostituição foi institucionalizada, gerida pelo Estado, com bordéis financiados por impostos, e paga com altos salários. Até mesmo a Igreja chegou a considerar a prostituição uma atividade legítima.

Todas essas ações, de acordo com Federici (2017), fizeram parte de um processo mais amplo que preservou as relações de classe – foram criadas, por exemplo, leis que limitaram o custo do trabalho. Esse antagonismo de classes foi transformado, ainda, em hostilidade contra as mulheres proletárias. Segundo Federici (2017), isso debilitou a solidariedade de classe verificada na luta antifeudal, criou um clima altamente misógino contra todas as mulheres, dessensibilizar a população em relação à violência contra as mulheres e preparou o terreno para a caça às bruxas.

## **2.4 Acumulação primitiva**

Aliado a isso, houve uma crise de acumulação da economia feudal, com aumentos de salários, queda nos preços, aluguéis e nas jornadas de trabalho. Alguns historiadores, conforme Federici (2017), falam então de uma transição ao capitalismo, que ocorreu ao longo de três séculos, entre 1450 e 1650. No entanto, segundo a autora, o conceito sugere um processo gradual, algo bem diferente do que ocorreu de fato, visto que “o período a que o termo se refere

---

<sup>6</sup> Segundo a autora, que se baseou em Jacques Rossiaud em *Medieval Prostitution* (1988), a consequência do estupro coletivo às mulheres proletárias solteiras, que se tornou uma prática comum, era, geralmente, apenas um “puxão de orelhas”.

foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial” (FEDERICI, 2017, p. 116). Isso porque o capitalismo exigiu uma imensa acumulação da força de trabalho, impondo escravidão e trabalho forçado em seus três primeiros séculos.

Inicialmente, houve um processo de privatização das terras, por meio dos cercamentos, destituindo os trabalhadores de sua riqueza coletiva e passando as terras para as mãos dos ricos. Essas terras comunais eram importantes principalmente para as mulheres, que, com o direito às terras, tinham mais autonomia e sociabilidade. Os cercamentos trouxeram ainda outros efeitos sociais, como a redução da coesão social, com a desintegração de famílias – filhos iam para as cidades onde se tornavam “vagabundos” e idosos eram abandonados.

Outro prejuízo dos cercamentos para as mulheres consistia no fato de que uma vida nômade as colocava mais expostas à violência masculina. E, além disso, elas tinham mobilidade reduzida, em função da gravidez e do cuidado com os filhos. Os cercamentos ainda trouxeram redefinições quanto à produção e reprodução: “apenas a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor” (FEDERICI, 2017, p. 145).

O trabalho de reprodução continuou a ser pago quando realizado fora da residência ou para os senhores, mas, ainda assim, com valores inferiores. Quando feito em âmbito doméstico, tornou-se invisível e compreendido como uma vocação natural para as mulheres, as quais foram ainda excluídas de postos de trabalho assalariados, quando não remuneradas com salários inferiores aos dos homens. Isso reduziu a independência das mulheres, “permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 146). Desse modo, as mulheres se encontraram submetidas à pobreza ou à dependência e à invisibilidade.

Novos ataques ao controle das mulheres vieram após uma outra crise demográfica que atingiu a Europa após a chegada ao continente americano: eles esperavam mão de obra infinita, mas trouxeram a morte à América, dizimando cerca de 75 milhões de pessoas somente na América do Sul, o que faz com que especialistas falem, segundo Federici (2017), em um holocausto americano. A população também caiu no continente europeu: principalmente os pobres morreram com a chegada de doenças e tinham relutância em se reproduzir. A crise demográfica gerou uma crise econômica, a primeira de alcance internacional, entre 1620 e 1630.

Com o mercantilismo, veio também um grande apoio ao crescimento populacional, visto que o ser humano era tido como um recurso natural que trabalhava para o Estado. Assim, foram adotadas medidas pró-natalistas, como a família ganhar importância como um local de



reprodução da força de trabalho. Mas, segundo Federici (2017, p. 174), “a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres”.

Essa guerra foi empreendida principalmente por meio da caça às bruxas, “que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (FEDERICI, 2017, p. 174). Além disso, houve uma redefinição acerca de crimes reprodutivos, de tal modo que governos passaram a impor penas mais fortes à contracepção, ao aborto e ao infanticídio, o qual era castigado com a pena de morte.

Foram instauradas ainda formas de vigilância para que as mulheres não interrompessem a gravidez, como a entrada de médicos homens na sala de partos, por medo da prática de infanticídio. Com isso, ainda, em caso de emergência, era priorizada a vida do feto em detrimento da sobrevivência da mãe.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178).

Esse processo veio acompanhado de imposição da maternidade à condição de um trabalho forçado, ao mesmo tempo em que perdiam espaço em postos de emprego que haviam ocupado anteriormente. As proletárias tinham dificuldade para encontrar trabalhos além daqueles com status tido como inferior, como de trabalhadoras domésticas, rurais, bordadeiras e vendedoras ambulantes.

Nesse cenário, a prostituição se tornou a principal maneira de sobrevivência para grande parte das mulheres. E, se antes, na Idade Média, essa era uma atividade até aceita, o cenário se inverteu. A prostituição passou a ser criminalizada. Todas as mulheres se tornaram, então, bens comuns, “pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos” (FEDERICI, 2017, p. 191). Assim, conforme a autora, a pobreza foi feminilizada, visto que elas se tornaram dependentes de empregadores e dos homens.

Isso porque, ainda que estivessem dentro de casa, as mulheres ainda não eram “donas de casa em período integral”, já que precisavam ganhar algum dinheiro, remuneração que

muitas vezes o homem adquiria direito sobre. A figura da “dona de casa em período integral”, segundo Federici (2017), só surgiu após um acordo entre trabalhadores e empregadores, que estabeleceu a garantia de maiores salários capazes de sustentar uma esposa “não trabalhadora” em troca de uma exploração mais intensiva dos trabalhadores.

Essa desvalorização do trabalho feminino veio acompanhada de outros processos, como a construção de novos cânones culturais que ressaltavam as diferenças entre homens e mulheres:

Foi estabelecido que mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais, luxuriosas, incapazes de governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. [...] As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas (FEDERICI, 2017, p. 202).

Segundo a autora, essa depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação, em que o ataque às mulheres justificou a criminalização do seu controle reprodutivo e a apropriação de seus postos de trabalho pelos homens. A resistência por parte das mulheres era punida com o extermínio. Nesse processo, a caça às bruxas desenvolveu um papel fundamental no estabelecimento das novas funções sociais das mulheres e na degradação de suas identidades sociais.

## **2.5 A caça às bruxas no (para o) surgimento do capitalismo**

As bruxas eram aquelas que dominavam uma perspectiva mágica do mundo, com a quiromancia, a adivinhação, feitiços para se tornar invisível ou conquistar o amor de alguém, por exemplo. Essas práticas mágicas iam de encontro à racionalização capitalista de trabalho, visto que a magia aparecia como um instrumento de se obter o desejado sem trabalhar, como um rechaço ao trabalho.

Mas as vítimas não se limitaram a essas mulheres. As bruxas também eram aquelas que exerciam o controle reprodutivo, as parteiras, as mendigas, as mulheres libertinas, promíscuas, prostitutas e adúlteras, além das rebeldes que atuaram nos movimentos heréticos na luta contra o poder feudal. Eram levadas a juízo, ainda, as mulheres de classes inferiores, mesmo que não tivessem cometido algum “crime”. A execução era um evento público, que envolvia uma tortura na qual se manifestava um sadismo sexual e que deveria ser acompanhada pela comunidade, incluindo os filhos e principalmente as filhas das bruxas.

Essa caça às bruxas, conforme Federici (2017), não foi um processo espontâneo ou que surgiu a partir das classes mais baixas. Ao contrário, foi institucionalizado, contando com ampla organização e administração oficial. Na Inglaterra, por exemplo, três atos do parlamento legalizaram a perseguição. Além disso, autoridades visitavam aldeias a fim de ensinar as pessoas a reconhecer as bruxas – às vezes levavam até mesmo listas com suspeitas e ameaçavam castigar quem lhes desse abrigo.

A imprensa também participou da divulgação, especialmente por meio de panfletos, com o objetivo de alertar as pessoas a respeito dos riscos que as bruxas causavam. A igreja católica, conforme Federici (2017), forneceu o aparato metafísico e ideológico para que se desenvolvesse a perseguição. No entanto, ainda de acordo com a autora, a maior contribuição para a perseguição às bruxas foi dada por juristas, magistrados e demonólogos, que sistematizaram a maquinaria legal para promover o julgamento das mulheres. Nessa tarefa, eles contavam com a ajuda de teóricos de prestígio, como Thomas Hobbes.

Assim, a caça às bruxas, nos séculos XVI e XVII – cujo ápice ocorreu entre 1580 e 1630 -, representou um meio de atacar a “resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura” (FEDERICI, 2017, p. 305). Esse processo deixou marcas indeléveis na psique coletiva e no senso de responsabilidade das mulheres, segundo Federici (2017). Isso porque as fogueiras destruíram práticas, relações coletivas e conhecimentos que haviam sido o suporte do poder das mulheres na Europa antes do capitalismo. Além disso, entre os efeitos desse processo, a autora ainda cita:

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução estatal. Neste sentido, de um modo similar ao ataque contemporâneo à cultura popular e ao “Grande Internamento” de pobres e vagabundos em hospícios e workhouses [casas de trabalho], a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 294).

Foi, então, a partir dessa derrota com a caça às bruxas que surgiu um novo modelo de feminilidade, domesticada, que começou no fim do século XVII, depois de quase dois séculos de terrorismo de Estado cometido contra as mulheres. Nas palavras de Federici (2017, p. 334), “foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade”. Apareceu, assim, a figura da

mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre preocupada com suas tarefas [...] A imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. Até mesmo sua irracionalidade podia ser valorizada, como constatou o filósofo holandês Pierre Bayle em seu *Dictionnaire historique et critique* (1740) [Dicionário histórico e crítico], no qual elogiou o poder do “instinto materno” feminino, defendendo que devia ser visto como um mecanismo providencial que assegurava que as mulheres continuassem se reproduzindo, apesar das desvantagens do parto e da criação de filhos (FEDERICI, 2017, p. 205).

Esse genocídio promovido pela caça às bruxas contra centenas de milhares de mulheres é, então, segundo a autora, um “fenômeno ao qual devemos retornar de forma reiterada se quisermos compreender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 292). Pois é um acontecimento que marca a instauração de uma nova ordem patriarcal, que criminalizou qualquer atividade sexual que não se voltasse à procriação, e que fez com que os corpos, os trabalhos e poderes sexuais das mulheres fossem colocados sob o controle do Estado e se transformassem em recursos econômicos.

## **2.6 A história das mulheres no Brasil**

Como a teoria desenvolvida por Silvia Federici se dedica, em grande parte, a contar a história das mulheres especialmente na Europa, trazemos, neste tópico, uma abordagem específica da história das mulheres no Brasil. Para tanto, utilizamos por base a teoria da socióloga marxista brasileira Heleieth Iara Bongiovani Saffioti.

A autora aborda, na obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, a problemática do alijamento da mulher na sociedade capitalista. Segundo a socióloga, enquanto, no feudalismo, homens e mulheres estavam submetidos à servidão, o que se verifica, no capitalismo, além da permanência dos costumes que inferiorizam as mulheres, há, para elas, somente a liberdade de vender sua força de trabalho.

No Brasil, conforme Saffioti (1976), a colonização ocorreu por meio não da vinda de grupos familiares, mas de indivíduos isolados, que deixavam na Europa a família à espera – que podia se prolongar devido às “facilidades sexuais” que aqui os colonos encontravam, proporcionadas por mulheres submissas e de condição social inferior.

A existência dessa classe era necessária em função da socialização da mulher branca para o cumprimento dos papéis de mãe de família e dona de casa. Desse modo, os jovens brancos poderiam descobrir o sexo antes do casamento. A prostituição de filhas de brancos pobres e a exploração sexual das escravas era, portanto, necessária para que se mantivesse a castidade das mulheres da camada senhorial. Assim, a escravidão era não somente uma necessidade do sistema produtivo, mas também da família branca, na qual a mulher branca tinha o papel de mãe dos filhos legítimos.

Essas mulheres, ainda de acordo com a autora, tinham as condições para se submeter ao poder patriarcal sem contestação, devido à ignorância e imaturidade. Aos 15 anos, elas normalmente já estavam casadas e com um filho, o que também podia acontecer aos 13 anos. Desse modo, se, por um lado, deixavam o ambiente patriarcal da casa da família, estariam, agora, submetidas ao domínio do marido. As mulheres dessas camadas dominantes, ainda, raramente saíam às ruas – o que ocorria, com frequência, somente para irem à igreja, mas nunca sozinhas.

O casamento era, praticamente, a única carreira disponível para essas mulheres. Havia a possibilidade também de serem reclusas em um convento, a fim de evitarem a submissão ao pai ou ao marido. No entanto, isso ocorria frequentemente por iniciativa dos pais, quando suspeitavam das condutas das filhas, ou dos maridos, devido a esposas "inconvenientes". Desse modo, a ida para um convento significava uma ameaça às mulheres.

As mulheres brancas da casa senhorial comandavam e supervisionavam as tarefas desenvolvidas no lar: cozinha, fição, tecelagem, costura, jardinagem, cuidado das crianças e dos animais. Havia outras, no entanto, que levavam uma vida ociosa. No entanto, conforme Saffioti (1976), não se pode dizer que grande parte das mulheres mães eram indolentes e passivas. Coexistiam, naquela sociedade, o desempenho de papéis no lar e a vida ociosa, sendo comum, para ambas, a submissão da mulher ao homem na família e na sociedade em geral.

Em virtude de suas limitações, a mulher não chegava a ter consciência de suas possibilidades de ação a fim de gerar transformações na família patriarcal. As mulheres tinham uma imobilidade geográfica, além de um universo sociocultural restrito. Eram os filhos homens os enviados para estudar na Europa e que realizam as inovações políticas e sociais, inclusive na moda. Assim, a mulher foi deliberadamente afastada das transformações sociais e políticas.

Conforme Saffioti, "esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente

a vida e a mentalidade da mulher brasileira" (1976, n.p.<sup>7</sup>). À medida, no entanto, que se desenvolveu o processo de urbanização, a mulher já não mais vivia reclusa em casa. Ela passava a ter contatos sociais nos teatros, festas e igrejas. De acordo com a autora, porém, não havia, ainda, preocupação com sua instrução. À educação doméstica, nesse cenário, acrescentava-se apenas o cultivo da conversação, para que a mulher fosse agradável nas reuniões.

Com a abolição da escravidão no país – que, para Saffioti representava uma possibilidade de enfoque crítico para as mulheres, mas elas permaneceram alheias à discussão –, a mulher negra ganhou a liberdade formal. No entanto, tanto a mulher negra quanto a branca, na estratificação em castas, permaneceram abaixo do ex-escravo. Ele fora considerado cidadão para efeitos eleitorais, e elas continuavam marginalizadas nesse processo decisório.

Também com a urbanização, a mulher passou a ocupar novos papéis no mundo econômico, trabalhando em fábricas ou escritórios. Além disso, os casamentos não eram mais definidos pelos pais. A educação doméstica para as mulheres permanecia, mas apontava-se como crescente a necessidade de uma educação escolarizada. Todavia, com grande parte da população ligada à Igreja Católica, permanecia o ideal da virgindade para as mulheres, de modo que "o desvirginamento prévio ao casamento importaria, deste ângulo, em diminuição da virilidade do marido" (SAFFIOTI, 1976, n.p.).

A instrução passou a ganhar sentido no país com a chegada dos jesuítas, que aqui estabeleceram colégios desde o primeiro século de colonização. Segundo Saffioti, se, por um lado, a educação dos meninos se dava nas escolas, para as mulheres ocorria nas capelas e igrejas. Assim, a atuação deles para as mulheres foi negativa, pois não ofereceu a elas nenhuma ferramenta de libertação, apenas ensinando-as a se submeter à Igreja e ao marido.

Isso, conforme a autora, pesou na formação da personalidade feminina, tornando a mulher um ser submisso, religioso e de restrita participação cultural. Essa falta de instrução e de participação na vida social gerava, às mulheres, uma "timidez e reserva habituais, que as faziam corar diante de hóspedes e forasteiros. Durante todo o período colonial, a timidez e a ignorância constituíam, como registram os viajantes estrangeiros, traços essencialmente femininos" (SAFFIOTI, 1976, n.p.).

Foi com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil que surgiram algumas raras possibilidades de instrução laica para as mulheres. Isso se deu com a chegada de senhoras portuguesas e francesas, as quais ensinavam, além de costura, bordado e religião, também

---

<sup>7</sup> Utilizamos a sigla "n.p" quando referenciamos documentos não paginados.

fundamentos de aritmética e de língua nacional, o que ampliou o horizonte intelectual da mulher brasileira.

Nas décadas que antecederam a proclamação da república, houve um movimento em favor da necessidade de instrução das mulheres, ao qual a Igreja Católica se opunha. Isso porque, argumentava, tal possibilidade ia de encontro à preservação da família. A autora segue apontando ainda, por meio da apresentação de diversos números, como foi longo e dificultoso, no país, o processo de inserção das mulheres no ensino formal.

## **2.7 A caça às bruxas no neoliberalismo**

Em sua abordagem referente à problemática da violência contra as mulheres nos dias atuais, Federici (2019) reconhece que essa nova onda ainda tem suas raízes “nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas” (FEDERICI, 2019, p. 91), o que também foi verificado conforme a descrição de Saffioti em relação ao cenário brasileiro.

A caça às bruxas contribuiu para a estruturação, conforme Federici (2019), de uma ordem capitalista e patriarcal que permanece até hoje, embora tenha passado por ajustes devido à resistência das mulheres e às próprias necessidades de mudanças no mercado de trabalho. No entanto, para consolidar seu poder frente a esses movimentos de insurreição, a ordem capitalista contra-ataca, tendo como alvo “os meios de reprodução da população e instituindo um regime de guerra permanente” (FEDERICI, 2019, p. 94). É nesse sentido que se verifica, então, uma escalada de violência contra as mulheres, que são as responsáveis diretas pela reprodução das comunidades:

É essencial enfatizar que a violência contra as mulheres é um elemento-chave nessa nova guerra global não apenas pelo horror que evoca ou pelas mensagens que transmite, mas pelo que as mulheres representam em termos de capacidade de manter comunidades coesas e, o que é igualmente relevante, de defender noções não comerciais de segurança e abundância (FEDERICI, 2019, p. 96).

Há ainda outras maneiras por meio das quais as novas formas de acumulação de capital promovem a violência contra as mulheres. De acordo com a autora, entre essas estão o desemprego, a precarização do trabalho e a queda da renda familiar. Isso porque, sem dinheiro, os homens, geralmente associados ao imaginário de responsáveis pela manutenção financeira de uma família, “descarregam suas frustrações nas mulheres ou tentam recuperar o dinheiro

perdido e o poder social explorando o corpo e o trabalho delas” (FEDERICI, 2019, p. 98), o que é visto, por exemplo, em casos de tráfico sexual.

Nesse caso, segundo a autora, a micropolítica individual repete a macropolítica, tendo em vista que, para ambas, o valor da mulher é tido somente na mão de obra barata que ela pode ofertar ao mercado pela venda do corpo e do trabalho – senão, seria necessário um salário masculino que pudesse suprir todas as necessidades sem o trabalho da mulher, mas isso, conforme Federici (2019), o capitalismo tem eliminado paulatinamente. Além disso, o trabalho doméstico não tem sido suficiente para a aceitação social, mas, ao contrário, a gravidez aumenta a vulnerabilidade das mulheres à violência, pois os homens se ressentem dessa responsabilidade.

Assim, argumenta Federici (2019), a política econômica liberal tem estimulado relações familiares mais violentas, visto que “as mulheres não devem depender dos homens e devem levar dinheiro para casa, mas depois são vítimas de abusos se deixam a desejar nas tarefas domésticas ou se exigem mais poder como reconhecimento a suas contribuições monetárias” (FEDERICI, 2019, p. 99), o que é facilmente demonstrado pelos indicadores que apontam a escalada da violência contra as mulheres.

Enfim, todas as formas de integração da mulher à economia global, seja no trabalho doméstico não remunerado, seja na inserção ao mercado de trabalho “formal” – como vendedoras, comerciantes etc., em que “deixam de servir a um homem para servir a muitos [...], as formas tradicionais de coibição vêm abaixo, tornando-as mais vulneráveis aos abusos” (FEDERICI, 2019, p. 100) –, consistem em um processo violento, em misoginia agravada pelo racismo e transfobia.

A autora aponta ainda outros tipos de violência contra a mulher cometidos por meio de políticas econômicas e sociais. Entre elas, cita a pobreza gerada por corte de investimentos em bem-estar, emprego e serviços sociais, a falta de acesso à saúde, ao aborto, a militarização crescente da vida cotidiana, com a proliferação de homens armados, principalmente nos postos de trabalho disponíveis, relacionados à segurança pública ou particular, que trazem “a glorificação de modelos agressivos e misóginos de masculinidade” (FEDERICI, 2019, p. 102).

Assim, tendo em vista esse caráter difuso de diferentes violências que as mulheres sofrem, é preciso, segundo Federici (2019), que a resistência venha também a partir de múltiplas frentes. Dessa forma, a autora define como “sem futuro” a tentativa de exigir uma legislação mais punitiva. De acordo com ela, estratégias em que as mulheres assumem o controle da resistência se mostram mais eficientes, como a abertura de abrigos para mulheres que não sejam



controlados por autoridades ou a promoção de aulas de autodefesa e a realização de manifestações.

Tais táticas, no entanto, precisam, conforme Federici, ser acompanhadas de uma reavaliação da posição das mulheres e das atividades reprodutivas que desenvolvem. Elas precisam se tornar independentes dos homens, para que não sejam forçadas, a fim de garantir sua sobrevivência, a aceitar a exploração tanto no mercado de trabalho quanto nas relações familiares.

Nesse sentido, segundo Lourdes Bandeira (2019), o movimento feminista desempenhou uma atuação fundamental no combate à violência de gênero, ao retirá-la da esfera da vida privada e familiar, e torná-la um problema político e também de saúde pública. O movimento,

ao questionar o ordenamento estruturador da ordem familiar e normatizador da sexualidade e dos corpos [...], voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres (BANDEIRA, 2019, n.p.).

Apesar das lutas do movimento, a autora reconhece, assim como Federici, a permanência da violência contra a mulher. Bandeira (2019) pontua que, anteriormente, tais crimes eram considerados "crimes de honra", uma nomenclatura que deixou de ser utilizada. No entanto não houve alterações expressivas em relação aos motivos que ainda buscam "justificar" a persistência da violência de gênero: "centrando-se, ainda, na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais" (BANDEIRA, 2019, n.p.). Desse modo, verifica-se, então, que não há uma ruptura efetiva com as antigas estruturas que definiam as hierarquias entre homens e mulheres.

O que se observa, segundo a autora, é que "a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, sem os eliminar" (BANDEIRA, 2019, n.p.). Assim, afirma, as concepções existentes e dominantes acerca de feminilidade e masculinidade ainda se estruturam com base em disputas simbólicas e também materiais, as quais operam no interior da vida doméstica e se espalham por outras searas, em diferentes espaços institucionais.

Outro ponto trazido pela autora, e relevante a esta pesquisa, refere-se ao que ela denomina por lógica familista. Trata-se de um aspecto possivelmente importante porque a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, já se afirmou por diversas vezes como uma "defensora da família". Bandeira (2019), por sua vez, aponta que, se a luta

feminista é para tornar a violência de gênero um problema público e político, e não reservado à esfera familiar, o poder familiar, por outro lado, busca silenciar o problema.

A lógica familista, conforme a autora, se alia, então, aos motivos desencadeadores da violência. Desse modo, cabe à mulher, sempre, reatar relacionamentos, rejeitar separação ou divórcio e até mesmo abdicar de sua própria independência econômica e ainda encarar e aceitar a violência de gênero como uma expressão de ciúmes/amor. Por isso, argumenta Bandeira (2019), as relações interpessoais desenvolvidas nos locais privados e familiares se constituem como um lugar “propício para a instalação e a potencialização da violência contra a mulher. A célula elementar dos atos violentos são as relações de gênero, e a violência moral onipresente, considerada normal, é o cimento que mantém o sistema hierárquico e de poder” (BANDEIRA, 2019, n.p.).

As manifestações de violência contra a mulher, ainda segundo a autora, são formas de instituir relações de submissão ou poder, gerando a submissão do corpo e da mente à vontade e à liberdade de alguém, e ocasionando, assim, medo, dependência, intimidação ou isolamento para a mulher, por meio do uso de uma força real ou simbólica. Conforme Bandeira (2019, n.p.), “as instituições configuram-se em espaços privilegiados, onde os princípios da perpetuação da dominação masculina são elaborados e impostos”. Assim, este trabalho busca deter sua análise, portanto, sobre os discursos da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que, nos materiais analisados, poderá expressar elementos que indiquem a continuidade da violência contra a mulher.

Tendo em vista esses apontamentos, delimitamos, até aqui, a abordagem teórico-metodológica – com a Análise Semiolinguística do Discurso – e também a teórico-histórica referente às mulheres, as quais dão base a esta pesquisa. No próximo capítulo, voltamo-nos ao detalhamento da metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho.

### CAPÍTULO 3 - Metodologia

Desenvolvemos, neste trabalho, uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2008), essa metodologia de investigação científica, ao contrário do método quantitativo, não se volta a instrumentos estatísticos, mas busca “analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 269). A fim de cumprir esse intento, as amostras utilizadas nesse tipo de pesquisa são, ao contrário do método quantitativo, reduzidas e os dados são analisados conforme o seu conteúdo psicossocial.

Os métodos de uma análise qualitativa, ainda conforme as autoras, envolvem duas etapas diferentes. A primeira delas se constitui na pesquisa ou coleta de dados. A segunda, por sua vez, se estabelece na análise e também na interpretação dos dados coletados/pesquisados, a fim de que a pesquisa não se restrinja a uma simples descrição dos dados.

Lakatos e Marconi (2008) pontuam ainda que a pesquisa qualitativa pode se utilizar de diversos métodos e técnicas, que dependem do tipo de investigação que será desenvolvida. Neste trabalho, nosso suporte teórico-metodológico se dará sobre a Análise do Discurso da vertente Semiociuística, desenvolvida por Patrick Charaudeau.

As ciências da linguagem integram as disciplinas cujos estudos se desenvolvem a partir de *corpora*. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2020), *corpus* é a denominação que se atribui a um conjunto de dados sobre o qual se dará a descrição e análise de um fenômeno. Sua constituição é, ainda conforme os autores, “determinante para a pesquisa, pois trata-se de, a partir de um conjunto fechado e parcial, analisar um fenômeno mais vasto que essa amostra” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 137). Desse modo, também na Análise do Discurso, assim como em outras ciências sociais, o *corpus* é o que define o objeto de pesquisa.

Assim, a constituição do *corpus* na Análise do Discurso não é apenas uma obediência às exigências da epistemologia, mas uma problemática que engloba a própria noção de discursividade. Nesse sentido, a construção desse *corpus*, conforme Charaudeau (2011), depende de um posicionamento teórico associado a um objetivo de análise, o que o autor denomina "problemática".

Charaudeau (2011) propõe uma classificação de três possíveis tipos de *corpus*, que se estabelecem conforme a problemática, que pode ser do tipo cognitiva, comunicativa ou representacional. A análise deste trabalho se desenvolve sobre os imaginários sociodiscursivos relacionados às mulheres no discurso, portanto, consideraremos a problemática dita representacional e interpretativa.

Segundo Charaudeau (2011, p. 11),

O objeto de estudo dessa problemática é definido através das hipóteses de representações sociodiscursivas que se supõem dominantes num dado momento da história de uma sociedade (são, então, sócio-históricas), e que caracterizam um determinado grupo social. Sob esse aspecto, elas são interpretativas, visto que é necessário formular, de início, uma hipótese sobre o que são os “posicionamentos sociais” em relação com as “práticas discursivas” e os “tipos de sujeitos” que se acham ligados a tais posicionamentos e práticas.

Nessa perspectiva, o sujeito é portador de discursos de doxa, que circulam e se distribuem de forma não aleatória nos grupos sociais. Esse sujeito é, em certa medida, responsável por essas representações, no entanto, isso não quer dizer que isso se dê de forma consciente. Esse *corpus* se estabelece a partir de um conjunto de signos sintomas, os quais "representam de maneira emblemática sistemas de valores" (CHARAUDEAU, 2011, p. 12) e que permitem, então, estudar as representações como as que são objeto de análise deste trabalho.

A captação dos sentidos presentes nesse *corpus*, conforme Charaudeau (2011), só pode ocorrer em um jogo de construção/desconstrução, tendo por base operações de contraste, colocando-se em paralelo variadas sequências discursivas a fim de serem comparadas. Nesta pesquisa, o contraste se dá por meio de variáveis internas, com aproximações entre textos que abordam as mesmas noções, neste caso, as representações das mulheres nos discursos. Há, ainda, o contraste resultado da análise que se estabelece entre os *corpora* e a teoria de Silvia Federici a qual também se constitui como suporte teórico deste trabalho.

Para que seja estabelecida a delimitação do *corpus*, Charaudeau (2011) propõe que se proceda a partir do método do caramujo, isto é,

partir de um primeiro *corpus* nuclear determinado segundo parâmetros de tempo, espaço, gêneros, dispositivos, locutores, temas etc., em função dos objetivos de análise que foram propostos; para depois estender progressivamente esse *corpus* confrontando-o com outros, tanto quanto for necessário, em função das questões que surgem à medida que prosseguem as análises (CHARAUDEAU, 2011, p. 15).

Assim, de acordo com o autor, o *corpus* é um ponto de partida indispensável que deve ser permanentemente confrontado com outros textos e também com outros *corpora*. Desse modo, nenhum *corpus* é definitivamente fechado. O procedimento de fechamento é uma decisão provisória que se dá somente com fins operatórios.

Neste trabalho, a análise se desenvolveu sobre textos relacionados à ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, publicados por portais de notícias na internet – os critérios da constituição do *corpus* serão descritos mais à frente. Inicialmente, retomamos algumas características referentes aos textos *on-line* referenciadas por Maingueneau (2016) e Flick (2009).

Para o primeiro, "um gênero do discurso prescreve papéis para os participantes, uma finalidade, um midium, uma organização textual etc." (MAINGUENEAU, 2016, p. 137). Em virtude dessas variadas características, esses gêneros do discurso não podem ser tomados de maneira ahistórica. Desse modo, a aparição da internet teve um impacto profundo sobre as práticas e a concepção dos gêneros. Assim sendo, conforme Maingueneau (2016), mesmo quando se retoma, na web, um gênero já existente, é possível duvidar de que se trata do mesmo gênero prévio à internet – por exemplo, quando uma página de jornal impresso é reproduzida em um site.

Isso ocorre porque a web altera a concepção clássica da hierarquia de constituintes da cena de enunciação, termo que Maingueneau (2015) utiliza em face à expressão “situação de comunicação” a fim de identificar o quadro delimitado no qual uma enunciação se desenvolve. Tradicionalmente, as componentes que interagem em uma cena de enunciação estão colocadas nesta ordem: cena englobante, cena genérica e cenografia.

No entanto, na internet, conforme Maingueneau (2016), as coações da cena genérica se apresentam enfraquecidas e a cenografia desempenha um papel central: "a principal fonte é a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais" (MAINGUENEAU, 2016, p. 143). O autor distingue, então, dois níveis de cenografia, indissociáveis, no ambiente web: um deles verbal – com os escritos, a diagramação etc. –, e o outro, digital (compreende as dimensões iconotextual, com as cores utilizadas, por exemplo, arquitetural e procedimental).

Antes da internet, a oposição entre o escrito e o oral, conforme Maingueneau (2016), estruturava o universo discursivo. No entanto, com a web, veio um tipo de textualidade classificado pelo autor como "navegante", que se constitui por meio da transferência de produções orais e escritas, mas também que, assim sendo, se constituem em um outro, modificando a natureza da textualidade. Há ainda o recurso ao hipertexto, por meio do qual o próprio internauta elabora o texto que vai ler. Nesse contexto, em que a cena genérica não apresenta um papel chave, o domínio se dá, então, a partir do par hipergênero/cenografia. Isso resulta, conforme Maingueneau (2016), em uma diversificação dos domínios da fala. Se, na

generacidade clássica, há tipos de discurso e, em seu interior, falas distintas, na web verifica-se a tendência de misturas entre essas fronteiras.

Também Flick (2009), ao trabalhar as características da pesquisa qualitativa, compreende que o texto para a *web* possui algumas particularidades. Uma delas é a de que tais textos são marcados pela intertextualidade, isto é, os documentos apresentam uma conexão (eletrônica), uma espécie de referência cruzada que se estabelece de um texto ou página a outros textos ou páginas, por meio do que se denomina *hiperlink*. Além disso, conforme o autor, os textos na *web* devem ser considerados hipertextos em virtude da impermanência dos conteúdos, que podem, com frequência, ser alterados, excluídos, incluídos, o que, segundo Flick (2009), aponta para a necessidade de se referenciar as datas de acesso dos materiais.

Outra característica apresentada pelo autor em relação aos textos presentes na internet se refere à não linearidade:

Os textos tradicionais têm uma estrutura linear – um começo e um fim, muitas vezes uma estrutura temporal no conteúdo (em uma narrativa, por exemplo). A leitura do texto é normalmente orientada por essa linearidade. As páginas da *web* não correspondem mais a essa linearidade. Elas podem ter uma estrutura hierarquicamente organizada, com sua primeira página e outras páginas subordinadas. Mas não há nenhuma necessidade do usuário seguir a estrutura da forma como o autor – ou o *webdesigner* – planejou ou desenvolveu a página (FLICK, 2009, p. 250).

Outro aspecto evidenciado pelo autor diz respeito ao formato multimídia dos textos presentes na internet. A maior parte deles, segundo Flick (2009), não se restringe apenas ao formato textual, mas abrange, ainda, sons, imagens, vídeos e páginas *pop-up*, por exemplo. Apesar dessas potencialidades verificadas em textos *web*, o autor aponta que alguns problemas são trazidos à pesquisa por conta dessa característica, no que se refere, por exemplo, à sequencialidade do material analisado e aos critérios de seleção desse material.

Contudo, é possível partir de “qualquer página que pareça interessante para a pesquisa e então decidir qual ou quais delas será depois incluída na amostra, de acordo com os *insights* ou as questões não solucionadas após a análise dessa primeira” (FLICK, 2009, p. 250). O autor sugere, ainda, a utilização da ferramenta de buscas Google, a qual pode se mostrar útil para localizar páginas na internet associadas a um determinado assunto. Nesse sentido, Flick (2009) aponta a necessidade de se utilizar palavras-chave adequadas à busca. Além disso, tendo em vista a possibilidade e também a facilidade para se promover a exclusão de páginas na *web*, o autor sugere que o pesquisador mantenha cópias dos textos/páginas que vai utilizar na pesquisa.

Nossa pesquisa se desenvolveu sobre a identificação dos imaginários sociodiscursivos sobre as mulheres engendradas a partir do discurso da ex-ministra Damares Alves. Tendo em vista esse objetivo, selecionamos a análise sobre matérias jornalísticas. Tal escolha se deu em virtude da relevância do discurso jornalístico na veiculação da informação, na pauta dos temas discutidos no dia a dia, sua influência na política e, principalmente, na manutenção das representações sociais e, conseqüentemente, dos imaginários sociodiscursivos.

Na seqüência, buscamos selecionar os veículos de comunicação sobre os quais se desenvolveria a análise, presentes na internet, cujo acesso não fosse limitado a assinantes dos veículos, o que nos permitiu que fossem escolhidos veículos com um alcance de público mais amplo. A seleção dos sites se deu por meio dos números de duas listas dos sites noticiosos mais acessados do país: uma elaborada pela ferramenta Alexa, da Amazon, que mediu o tráfego na web em 2020, e outra divulgada em 2021, pela Comscore, empresa de análise de dados na internet.

Elencamos, então, os cinco primeiros: 1) Globo.com; 2) R7; 3) Metrôpoles; 4) UOL; 5) Microsoft News. Mas, considerando a multiplicidade de veículos abarcados no domínio Globo.com (como G1, O Globo, Época), que nem sempre permitem o acesso gratuito aos conteúdos, selecionamos, então, outros dois veículos incluídos na lista dos cinco primeiros para a pesquisa, a saber: Metrôpoles e R7, escolhido por integrar o grupo Record, cuja propriedade está associada ao bispo Edir Macedo, o que pode ser interessante à pesquisa, já que Damares Alves é pastora evangélica.

A constituição do *corpus* se deu, conforme a sugestão de Flick (2009), por meio do site de buscas Google. Utilizamos a ferramenta “Busca Avançada” para filtrar os resultados da seguinte maneira: a procura exibiu resultados apenas de matérias publicadas pelos sites UOL e Metrôpoles, que traziam o texto “Damares” no título da página, e que foram publicados entre o período de 2 de janeiro de 2019 (data da posse de Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) até 31 de março de 2022, quando a então ministra deixou o cargo de comando da pasta para disputar as eleições.

Tendo em vista que a busca se deu sobre matérias publicadas que trouxessem o nome “Damares” no título da página, foram desconsiderados os textos que se referiam a outras Damares que não fossem a ex-ministra. Assim, por meio da busca, chegou-se a um montante de 106 textos que correspondiam às filtragens, publicados pelo site Metrôpoles e 41 postados pelo R7. Os materiais encontrados foram dispostos pela pesquisadora em uma planilha, contendo o título da página, link, a data de publicação e também o tema central da reportagem.

A partir desses dados, foi possível fazer um novo refinamento da busca, que se deu pela seleção das notícias cuja temática englobava as mulheres. Assim, chegamos a um novo número para o *corpus*, com 17 notícias publicadas pelo portal Metrôpoles e nove divulgadas pelo site R7. A análise aqui desenvolvida considerou nove matérias: sete publicadas pelo Metrôpoles e duas pelo R7, as quais estão integralmente reproduzidas na seção de anexos deste trabalho, relacionadas a seguir, e que serão referenciadas por meio do título expresso em itálico ao longo deste trabalho.

*Texto A:* Em guerra com a Netflix, Damares já comprou briga com Frozen e Bob Esponja (Metrôpoles, 22/09/2020)

*Texto B:* “Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada (Metrôpoles, 26/09/2020)

*Texto C:* Damares faz live confeitando bolo: “Se uma menina conseguiu, você consegue” (Metrôpoles, 25/11/2020)

*Texto D:* Damares diz que Bolsonaro é “presidente mais cor de rosa da história” (Metrôpoles, 23/02/2022)

*Texto E:* Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher (Metrôpoles, 08/03/2022)

*Texto F:* 'Eu não sou feminista, sou feminina', diz ministra Damares Alves (R7, 08/03/2020)

*Texto G:* Damares: 'Governo não precisa de lei' para atender mulheres (R7, 20/10/2021)

*Texto H:* Damares: “Mulher deve ser submissa ao homem no casamento” (Metrôpoles, 16/04/2019)



## CAPÍTULO 4 - Análise

### 4.1 Análise do *corpus*: o contrato midiático e as instâncias

Será desenvolvida, nesta etapa, a análise *corpus* tendo em vista, inicialmente, o conceito de contrato de informação proposto por Charaudeau (2007). Assim, traremos uma breve apresentação dos sites de notícias Metrôpoles e R7, as instâncias de produção no caso deste trabalho.

Em seu site, o portal Metrôpoles se apresenta como “um veículo de comunicação ágil, com linguagem acessível e totalmente focada no digital”, com a cobertura dos assuntos que “bombam” na web, e cujas especialidades incluem, segundo as informações disponibilizadas, “informar, escutar, interagir, debater, denunciar, diversificar, entreter e prestar serviço à sociedade do Distrito Federal e do país”. Ainda conforme os dados presentes no website, o portal tem o acesso de 86 milhões de usuários únicos por mês e conta com uma equipe de 200 profissionais.

As informações ainda mostram que o site tem parceria com cerca de outras 60 páginas de notícias espalhadas pelo país (como o BHAZ, de Belo Horizonte), o que permite a troca de conteúdos entre esses veículos de diferentes regiões. Além do site, há ainda a Editora Metrôpoles, que publica livros escritos por jornalistas e colunistas do portal, e também a rádio Metrôpoles FM.

De acordo com uma reportagem publicada em junho de 2022 pelo site UOL, o Metrôpoles foi criado em 2015 e é de propriedade de dois filhos do ex-senador e empresário Luiz Estevão. A sede do Metrôpoles está situada em Brasília, no Distrito Federal, mas o veículo conta com sucursais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. A maior parte de seus jornalistas veio da extinta Veja Brasília e do Correio Braziliense e, conforme Junqueira e Silva (2018), o veículo representa interesses hegemônicos de direita.

Luiz Estevão foi o primeiro senador da República a ter o mandato cassado, o que ocorreu em 2000. Chegou a ser preso em 2016, pelos crimes de corrupção ativa, estelionato e peculato, por fraudes em obras do Tribunal Regional do Trabalho do estado de São Paulo, mas obteve progressão para o regime aberto em junho de 2021. O caso aparece em 4º lugar na lista dos maiores escândalos de corrupção do país, devido ao rombo de R\$ 423 milhões.

Segundo dados divulgados em março de 2022 pelo site de notícias O Bastidor, a família e empresas de Luiz Estevão têm uma dívida de quase R\$ 7 bilhões com a União, provenientes de tributos e recolhimentos previdenciários não pagos. Mesmo com o débito envolvendo a

família, eles seguem atuantes no mundo dos negócios. Foi anunciado, em 13 de janeiro de 2023, que o Metrôpoles seria o novo patrocinador do time de futebol da Portuguesa. Ainda conforme a notícia, no ano anterior, o Metrôpoles Sports pagou R\$ 6 milhões para levar a Supercopa do Brasil para a capital federal. Em junho de 2022, a família de Luiz Estevão pagou R\$ 83 milhões pelas debêntures emitidas pelo Correio Braziliense.

Sobre a relação de Luiz Estevão com o Metrôpoles, em uma entrevista concedida à revista Piauí em 2016, o ex-senador disse que apenas paga as contas do portal, mas que não interfere na linha editorial do veículo. Em um estudo de caso com observação participante sobre o portal realizado por Rodrigues (2018), a autora fez visitas e entrevistas com a redação do Metrôpoles. Segundo a pesquisadora, embora seja financiado por Luiz Estevão, a maior parte da receita do jornal vem de anúncios, com posts patrocinados e venda direta. Além disso, a maioria dos leitores chega ao site por meio de publicações nas redes sociais.

Na época, o editor de redes sociais do portal, Ataíde de Almeida, afirmou à pesquisadora que os números registrados pelo Google Analytics eram decisivos em tudo que faziam. Disse, ainda, que as notícias precisavam ser postadas de modo a atrair o clique, com títulos e fotos atraentes. Em seu trabalho, acompanhava as palavras mais buscadas no Google, verificando também o que estava nos trending topics do Twitter. Segundo o editor, o portal tinha metas de acesso estabelecidas a serem batidas todos os meses.

Para tanto, são utilizadas algumas estratégias. Os repórteres, assim que ingressam no portal, são treinados para a utilização de palavras-chave nos conteúdos publicados no site, que auxiliam na busca e acesso das notícias por meio das plataformas como Google.

Em junho de 2022, o Metrôpoles esteve envolvido em uma polêmica após divulgar, na coluna de Leo Dias, informações sigilosas sobre o caso da atriz Klara Castanho, protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Após a repercussão negativa da publicação, o portal se manifestou em nota, na qual pediu perdão à atriz, afirmando que não havia justificativa que sustentasse o interesse público no caso e admitindo ter praticado mau jornalismo. Segundo o site, havia poucas pessoas na redação quando o conteúdo foi divulgado, em uma noite de sábado, que não notaram imediatamente a matéria publicada pelo colunista.

Já o site R7, cujos materiais também estarão presentes na análise deste trabalho, integra o Grupo Record. Segundo informações do site Meios no Brasil, desenvolvido a partir do Estudo de Propriedade e Concentração de Mídia no Brasil, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o grupo tem origem na Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 por Edir Macedo e R. R. Soares, que contava, conforme o censo do IBGE de 2010, com 1,87 milhões de fiéis no país.

A emissora, fundada em 1953, foi comprada por Edir Macedo em 1990 e deixou de ter alcance apenas local, no estado de São Paulo. Segundo dados de 2013, a Record contava com 107 emissoras afiliadas espalhadas por todos os estados do Brasil, controladas por pastores de confiança de Edir Macedo. Há, além do canal Record, o canal Record News, e também empresas de outros segmentos, como emissoras de rádio, gravadora, editora, produtora de vídeo, processamento de dados e empresas de investimento.

Antes das eleições presidenciais de 2018 e 2022, o líder da Igreja Universal e proprietário do grupo Record, Edir Macedo, manifestou apoio a Jair Bolsonaro. Em 2018, Bolsonaro não participou do último debate realizado antes do primeiro turno, realizado pela Rede Globo no dia 4 de outubro. No entanto, no mesmo dia e horário, o então candidato apareceu em uma entrevista exclusiva de meia hora concedida à TV Record.

Isso fez com que a emissora fosse denunciada ao Ministério Público Eleitoral devido ao favorecimento da candidatura de Jair Bolsonaro. A denúncia foi feita pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e pelo Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Silva e Vargas (2021) analisaram as entrevistas de Jair Bolsonaro concedidas ao programa "O Voto na Record 2018" e no "Jornal Nacional" e verificaram que, na Record, os apresentadores intervêm menos na fala do então candidato do que os âncoras do jornalístico da Globo, de modo que "na Rede Globo, os mediadores foram menos tolerantes a possíveis "rodeios" do candidato, realizando mais cortes e de modo mais incisivo" (SILVA; VARGAS, 2021, p. 186). Assim, o então candidato teve, na Record, mais tempo para responder sem ser interrompido.

A partir dessas informações expostas acerca dos veículos de comunicação analisados nesta pesquisa, compreendemos que elas sugerem, por um lado, que o portal Metrôpoles parece se guiar, sobretudo, por uma linha editorial que prioriza os acessos ao site e, por consequência, o lucro do veículo – de modo que a “visada” de captação da qual fala Charaudeau (2007) parece se sobrepor à de informação. Já os dados relativos ao R7, por sua vez, podem sugerir que a produção jornalística do veículo se orienta a partir de um viés associado ao discurso religioso e também ao conservador.

#### **4.2 Análise do *corpus*: o contrato político e as instâncias**

Procedendo, neste tópico, a uma descrição relativa aos participantes do contrato político, compreendemos que o microdispositivo de interação, como condição material em que se dá a troca linguageira, pode incluir, nesta pesquisa, dispositivos eletrônicos, como computadores, celulares ou tablets, por meio dos quais se tem acesso aos sites de notícias (as quais se constituem também como microdispositivos, no interior dos anteriormente citados) dos veículos Metrôpoles e R7, os quais trazem matérias relacionadas à ex-ministra que abordem a temática das mulheres. Tendo em vista esses dispositivos, portanto, os parceiros não se encontram, necessariamente, em uma situação de proximidade física.

As instâncias que interagem no contrato político analisado são: a instância política, representada pela ex-ministra Damares Alves, a instância cidadã, composta pelo público leitor, e também a instância midiática (Metrôpoles e R7), que atua como um lugar de mediação.

Em relação ao público leitor, segundo informações disponibilizadas no site do Metrôpoles, 51% dos leitores do portal são mulheres e 49% homens. Além disso, em relação à faixa etária, 25% têm entre 25 e 34 anos, 20% de 18 a 24 anos, 20% de 35 a 44 anos, 14% de 45 a 54 anos, 11% de 55 a 64 anos e 10% têm mais de 65 anos. A maior audiência está concentrada no estado de São Paulo, com 15.502.865 usuários, seguido por Rio de Janeiro (5.743.916), Minas Gerais (4.993.196), Paraná (4.210.707), Distrito Federal (3.477.585) e Rio Grande do Sul (2.845.330). Os interesses dos leitores se voltam especialmente para a política (82,1%), seguida do futebol (25,03%), famosos (24,2%), música (23%) e televisão (17,9%). Não foram localizadas essas informações para o portal R7.

Tendo já abordado as instâncias cidadã e midiática, voltaremos agora à instância política. Por isso, traremos, a seguir, elementos da biografia de Damares Alves, que possibilitem que se desenvolva melhor a análise sobre o seu discurso.

Nascida em 11 de março de 1964, em Paranaguá, no Paraná, Damares Alves foi pastora evangélica na Igreja do Evangelho Quadrangular e na Igreja Batista de Lagoinha, em Belo Horizonte. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos e em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo. Antes de assumir o Ministério, exerceu por 20 anos a atividade de assessora parlamentar no Congresso Nacional – entre outros políticos, do pastor e ex-senador Magno Malta.

Damares Alves participou da fundação da Associação Nacional de Juristas Cristãos (Anajure), em novembro de 2012, quando atuava como diretora de Assuntos Legislativos da instituição. De acordo com Bulgarelli (2020), esse foi o berço político de Damares Alves e desde então a ex-ministra passou a ter uma importante atuação de lobby no STF e no Congresso Nacional para barrar propostas relacionadas aos direitos sexuais reprodutivos e direitos de

gênero e sexualidade, em uma tentativa de implantar uma agenda política baseada no moralismo cristão.

Conforme reportagem da BBC Brasil, Damares Alves também teve atuação na ONG Atini, cujo site aponta, entre os objetivos da organização, "promover a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre a questão do infanticídio de crianças indígenas". Desse modo, embora fosse uma desconhecida da esquerda quando indicada ao MMFDH, já era influente nos nichos conservadores.

Segundo Bulgarelli (2020), Damares Alves exerceu um papel fundamental no governo de Jair Bolsonaro devido à sua capacidade de unir grupos para além dos neopentecostais, por meio de seu posicionamento conservador, ao legitimar um discurso preconceituoso e de combate aos direitos sexuais e de gênero, que permitiu que outras pessoas assim também se assumissem publicamente. Ele afirma também que a popularidade da ex-ministra se deve ainda à maneira pela qual ela se comunica, por meio da simplificação de assuntos complexos, e pelo fato de ela ter agido como uma consciência moral do governo de Jair Bolsonaro.

Damares Alves foi uma das ministras mais populares de Jair Bolsonaro, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha em 2019. Segundo o levantamento, a gestão de Damares Alves foi avaliada como ótima ou boa por 43% dos 2.498 entrevistados. A popularidade no cargo a levou a concorrer, em 2022, a uma vaga ao Senado pelo Distrito Federal pelo partido Republicanos e ser eleita com 714.562 votos.

Compreendemos que os elementos do perfil descrito nesta seção relativos à ex-ministra podem sugerir que sua filiação se dá sobretudo a partir do discurso religioso. Além disso, embora, durante o período sobre o qual se desenvolveu nossa análise, a ex-ministra atuasse à frente de uma pasta que era, em princípio, responsável pela defesa dos direitos das mulheres, o currículo de Damares Alves traz, em contraposição, a atuação no lobby para barrar propostas relacionadas aos direitos sexuais reprodutivos e de gênero. Esses aspectos podem evidenciar um discurso em que as representações e imaginários relacionados às mulheres estão associados especialmente a discursos conservadores, o que poderá ser levantado com maior detalhamento na análise.

### **4.3 Análise do *corpus*: as visadas de credibilidade e de captação**

Retomando o que foi visto na fundamentação teórica desta pesquisa, cabe lembrar que os veículos de comunicação, ao mesmo tempo em que correspondem a um serviço em benefício da cidadania, com a divulgação de informações, como organismos especializados, ainda são

regidos por uma lógica comercial. Isso porque são, também, uma empresa comercial que está inserida em uma economia liberal. Assim sendo, precisam atrair leitores para que possam se sustentar financeiramente.

Por isso, conforme Charaudeau (2007), as mídias encontram-se em um conflito entre as visadas do fazer saber, que consiste na divulgação das informações, e do fazer sentir, por meio de recursos para captar a atenção dos leitores. Nesse sentido, identificamos em seis, das nove reportagens analisadas, a retomada de saberes de crença nos títulos:

Quadro 1 – Saberes de crença evidenciados nos títulos.

<b>Título da reportagem</b>	<b>Saberes de crença</b>
Em guerra com a Netflix, Damares já comprou briga com Frozen e Bob Esponja	Mobiliza o leitor enquanto alvo afetivo por meio do insólito no título (a então ministra brigando com desenhos animados)
Damares faz live confeitando bolo: “Se uma menina conseguiu, você consegue”	Mulher associada às tarefas domésticas, especialmente na cozinha.
“Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada	Gênero feminino associado à cor rosa.
Damares diz que Bolsonaro é “presidente mais cor de rosa da história”	
Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher	
'Eu não sou feminista, sou feminina', diz ministra Damares Alves	Retoma a oposição entre as crenças geralmente associadas às feministas e à mulher “feminina”.
Damares: “Mulher deve ser submissa ao homem no casamento”	Crença de que a mulher deve ser submissa ao homem no casamento.

Fonte: Das autoras (2023).

Essa retomada, pela instância de produção, já nos títulos dos materiais analisados, de diferentes saberes de crença pode indicar uma tentativa de mobilizar, assim, o universo de crenças dos leitores. Dessa maneira, esses leitores seriam abordados como alvos afetivos, considerando-se a fundamentação teórica de Charaudeau (2007), o qual encontra-se em interação com o alvo intelectual.

Além disso, por meio da mobilização das crenças já nos títulos das reportagens, os veículos de comunicação podem buscar a visada de captação. Ela se desenvolve por meio de uma encenação do discurso de informação, “baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam” (CHARAUDEAU, 2007, p. 92). Desse modo, indicam a existência da tensão na qual os meios de comunicação se localizam, entre os polos da credibilidade e também da captação dos leitores.

Tendo em vista que os títulos de matérias jornalísticas têm o objetivo de expressar a informação mais importante daquele conteúdo, identificamos a recorrência a uma visada de captação também ao longo dos textos. Segundo Charaudeau (2007), uma das categorias codificadas de representação das emoções por meio das quais as mídias buscam tocar a afetividade dos sujeitos alvos é através do insólito, isto é, aquilo “que transgride as normas sociais de comportamento dos seres vivendo numa coletividade que pretende ser racionalmente organizada” (CHARAUDEAU, 2007, p. 82).

Diante disso, compreendemos que a ex-ministra se apresenta, então, como uma fonte de pautas geradas a partir da mobilização dessa categoria. Isso porque Damares Alves transgride os comportamentos fixados em um imaginário a respeito daquilo que se espera de uma ministra, à frente de uma pasta que deveria representar as mulheres, as famílias e os direitos humanos. Mas, ao contrário, ela manifesta, como será visto adiante, discursos sexistas, patriarcais, e assim se torna notícia.

Por um lado, é notícia porque era uma ministra e interessava às instâncias de produção reportar aos leitores suas falas e ações, para que a instância de recepção, enquanto alvos intelectivos, pudesse acompanhar a vida política de seu país, e a instância de produção pudesse se guiar pela visada de informação. Por outro lado, essas mesmas falas geralmente se apresentavam carregadas de saberes de crença, os quais permitiam a essas instâncias de produção conseguir “cliques”, atrair a instância de recepção, mobilizando-a como um alvo afetivo e buscando, portanto, uma visada de captação.

O que verificamos, nas matérias analisadas, foi a predominância da reprodução desses discursos da ex-ministra logo no lead das matérias, espaço que compreende o fato mais

importante a ser relatado na notícia. Observemos o excerto a seguir, por exemplo, retirado do *Texto C*:

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, usou as redes sociais nesta quarta-feira (25/11) para fazer uma transmissão ao vivo, aprendendo a confeitar bolo. O cenário foi uma cozinha toda decorada na cor que a ministra aponta como ideal para as meninas: rosa (LIMA, 2020).

O lead reproduzido traz, como principal elemento da notícia, o fato de a ex-ministra ter feito uma transmissão ao vivo cozinhando. Trata-se da retomada de um saber de crença que associa as mulheres às tarefas domésticas, especialmente na cozinha. Mas, tendo em vista a visada de informação, esse, em tese, não deveria ser o foco da matéria. Isso porque a *live* foi feita em virtude de uma campanha contra a violência contra a mulher. Porém essa informação ficou restrita a um pequeno trecho da reportagem:

A *live* serviu para lançar a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que ocorre todo ano e é apoiada por diversas entidades, inclusive a ONU Mulheres. O objetivo da campanha é dar visibilidade ao tema da violência contra as mulheres (LIMA, 2020).

Desse modo, é possível identificar que a notícia se apoia com maior recorrência sobre a visada de captação, em vez da visada de informação. Isso ocorre também no *Texto D*, em que o lead dá destaque a uma fala da ex-ministra que se apoia sobre um saber de crença: “A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou, nesta quarta-feira (23/2), que o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o líder “mais cor de rosa da história” do Brasil” (BORGES, 2022). Assim, o saber de crença que associa a cor rosa às mulheres, e que por conseguinte associa o ex-presidente a elas, ganha destaque logo no primeiro trecho do texto.

Somente no fim do texto é possível encontrar trechos que se orientam prioritariamente segundo a visada de informação, conforme o excerto reproduzido a seguir:

Reportagem do Metrôpoles publicada na última segunda-feira aponta que, ao longo de todo o ano passado, em relação à dotação inicial prometida para as ações administradas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, menos da metade do planejado saiu do papel. Ao todo, apenas 43,8% dos recursos chegaram a ser efetivamente pagos (BORGES, 2022).

Apresentam-se, então, apenas no fim do texto os dados apurados pelo veículo de comunicação em relação aos gastos efetivados com as mulheres pela pasta da ex-ministra, o que indica a consulta a fontes documentais a fim de sustentar o imaginário de credibilidade sobre o qual se sustenta o veículo de comunicação:



Assim sendo, se a informação mais importante de um texto jornalístico deve estar presente no primeiro parágrafo da notícia, no lead, observamos que a visada de informação e a abordagem da instância de recepção enquanto um alvo intelectualivo ficaram restritas a um segundo plano na matéria analisada.

Esse mesmo formato descrito se manifesta também no *Texto E*, que traz no lead:

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, se referiu ao governo como “governo cor de rosa” e ao presidente Jair Bolsonaro (PL), como “presidente cor de rosa”, ao anunciar medidas que a pasta tomará em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8/3) (COSTA, 2022).

A notícia, neste caso, também dá destaque ao saber de crença reproduzido pela ex-ministra, em uma representação que associa as mulheres à cor rosa, conforme um imaginário sociodiscursivo tradicional – aspectos que serão abordados mais à frente –, de modo que a instância de produção se manifesta guiada prioritariamente pela visada de captação, mobilizando a instância de recepção como um alvo afetivo.

Por outro lado, as informações referentes às ações implementadas em virtude do Dia da Mulher estão restritas a um subtítulo que encerra o texto, de modo que a visada de informação da notícia parece também ficar restrita a um segundo plano da notícia, que caminha do mais importante ao menos importante, conforme a norma da pirâmide invertida.

Nesse outro trecho, estão as informações acerca dos programas então lançados pelo Dia da Mulher pela ex-ministra, que corresponderiam, em tese, ao interesse público central, com informações fornecidas pela Secretaria-geral da Presidência e pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o que busca garantir a credibilidade do órgão de informação, como no trecho:

Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino Brasil para Elas: O decreto consiste em um dispositivo que incentiva o empreendedorismo feminino, revestindo-se em instrumento de desenvolvimento econômico e social em apoio à mulher empreendedora. Mulheres que participam do Cadastro Único (CadÚnico), e que dependem do Auxílio Brasil também poderão participar (COSTA, 2022).

Também observamos a prevalência da visada de captação em outros textos analisados. Na sequência, reproduzimos o lead do *Texto F*:

“Eu não sou feminista, sou feminina”, afirma a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ao falar sobre o Dia Internacional da Mulher, celebrado neste domingo (8). Apesar de não se identificar com o termo, garante ser “uma mulher que luta pela pauta da mulher” (AGUIAR; LONDRES, 2020).

Embora, ao longo da entrevista, a ex-ministra tenha tratado de assuntos que pudessem ter maior relevância jornalística, interesse público, como o combate ao feminicídio, o trecho mais importante da notícia voltou-se para o destaque a um saber de crença, que diferencia feministas e mulheres “femininas”, conforme um imaginário sexista. Desse modo, percebemos que a instância de produção se guiou pela visada de captação de leitores, os quais foram prioritariamente abordados enquanto alvos afetivos.

Apenas em um dos textos analisados nesta pesquisa, *Texto B*, verificamos que a instância de produção se guiou pela visada de informação. Nesse caso, o texto traz informações obtidas por meio do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a fim de confirmar a credibilidade em relação à notícia apresentada.

De acordo com informações prestadas pelo ministério, o projeto “está em fase de conclusão”, e a primeira instalação ocorrerá em Rio Branco (AC). A pasta não respondeu, no entanto, quando esse primeiro núcleo será instalado e projetou a efetivação do projeto para outras delegacias somente para 2021 – a depender das demandas apresentadas pelos estados (LIMA, 2020).

Há, ainda, dados fornecidos pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) – o que indica a consulta a uma fonte documental – que contribuem para fornecer a prova do que é afirmado no título, de que as salas não foram construídas e o dinheiro disponível não foi gasto.

Dados colhidos pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) na sexta-feira (25/9) demonstram que, dos R\$ 63,9 milhões destinados à construção de unidades da “Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca” do Brasil, foram executados somente R\$ 11 mil, o equivalente a 0,015% da verba prevista para o programa (LIMA, 2020).

Também está presente na reportagem a fala de uma especialista – uma outra fonte consultada na matéria – que, por meio do seu título “assessora política do Inesc”, garante credibilidade à sua fala: “Para Carmela Zigoni, assessora política do Inesc, é urgente que o recurso seja executado com celeridade, “para garantir que cheguem às mulheres nos municípios e territórios vulneráveis””.

Apesar disso, o título e o texto ainda reproduzem a expressão “Salinhas cor de rosa”, evocando, assim, uma crença de que a cor rosa é associada às mulheres. Ao mesmo tempo, a expressão é grafada entre aspas, o que indica um certo distanciamento em relação ao que é dito.

Figura 3 - Captura de tela que mostra a incorporação da expressão “Salinhas cor-de-rosa”

Política

## “Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada

Pequena parte do dinheiro para prevenir a violência contra a mulher foi executada. Plano de usar “navios rosas” na Amazônia naufragou

Luciana Lima

28/09/2020 4:46, atualizado 28/09/2020 9:38

Fonte: Metrôpoles, 2020.

Além disso, verificamos que a busca da visada de captação e a abordagem da instância de recepção como um alvo afetivo também se manifestam por meio de imagens utilizadas nas matérias, reproduzidas a seguir:

Figura 4 - Foto de Damares Alves presente no Texto B



Fonte: Metrôpoles, 2020.

Figura 5 - Foto de Damares Alves presente no Texto C



Fonte: Metr6poles, 2020.

Figura 6 - Foto de Damares Alves com véu de noiva presente no Texto B



De véu, ministra Damares Alves pede que foli6es se vistam com respeito para o Carnaval — Reprodu76o/Redes Sociais

Fonte: Metr6poles, 2020.

Essas imagens utilizadas nas not6cias buscam tamb6m mobilizar a emo76o do p6blico, visto que os adere76os usados por Damares Alves fogem da indument6ria esperada para uma ministra, o que pode afetar sua credibilidade enquanto inst6ncia pol6tica.

Al6m disso, os elementos presentes nas imagens (coroa de princesa/rainha, véu de noiva) podem despertar o riso (especialmente da oposi76o), em virtude da indument6ria inesperada em rela76o ao cargo de ministra, ou podem gerar ainda a identifica76o dos apoiadores — o que se estabelece por meio da associa76o ao imagin6rio de mulheres princesas/rainhas, que buscam um matrim6nio com o pr6ncipe encantado, ao qual tais representa76es se associam.

Constatamos, assim, a recorrência frequente às crenças circulantes na sociedade a fim de atingir a instância de recepção nos textos analisados. Contudo, relembando a teoria marxista do jornalismo proposta por Adelmo Genro Filho, é preciso pontuar que o texto jornalístico deveria caminhar da informação mais importante não para a menos importante, mas para uma abordagem universal a respeito do tema tratado, de modo a expor as contradições do sistema capitalista.

No entanto, na análise das matérias, o que foi observado foi a prevalência da singularidade dos fatos, da simples reprodução ou descrição de falas da ex-ministra. Nesse sentido, é possível analisar que o jornalismo não atuou como uma ferramenta para uma apreensão crítica da realidade. Isso porque a instância de produção não se contrapôs às falas sexistas e machistas da ex-ministra, não expôs as contradições presentes em suas falas para uma ministra que, em tese, deveria defender as mulheres, as famílias e os direitos humanos. Não houve a exploração, no texto, de uma contextualização acerca de temas importantes que poderiam ser desenvolvidos a partir de “ganchos” de discursos de Damares Alves, como o debate acerca do “aprincesamento” das meninas.

#### **4.4 Imaginários e representações - Mulheres e política**

Neste tópico, já tendo realizado a análise conforme o contrato de comunicação de Charaudeau, desenvolvemos o estudo do *corpus* de acordo com os conceitos já apresentados de representações sociais e de imaginários sociodiscursivos, estabelecidos pelo mesmo autor. Utilizamos também como aporte teórico metodológico na análise os apontamentos de Federici (2017) e Saffioti (1976).

##### **4.4.1 A mulher “feminina”**

Neste primeiro recorte, identificamos três diferentes representações sociais presentes no discurso da enunciadora que se associam a um imaginário sexista – compreendemos que essas representações atuam no sentido de estabelecer diferentes papéis associados ao que é “ser mulher”, operando distinções entre os papéis de gênero.

##### **4.4.1.1 A mulher sentimental**

O *Texto B* relembra o episódio em que a ex-ministra convocou uma entrevista coletiva e ficou em silêncio. Nesse caso, a enunciadora subverteu o que se espera do gênero entrevista

e a transformou em uma peça de marketing para uma campanha sobre a violência contra a mulher. Após o silêncio, segundo a notícia, Damares Alves encenou um “um breve e sentido choro – para, segundo ela, demonstrar como se sentem as mulheres que não têm voz”. Por meio dessa representação, associa-se às mulheres um imaginário de sentimentalismo, que, diante das injustiças, sem outros recursos, se calam e choram, manifestando-se como seres emocionais.

Além disso, com frequência, nas reportagens analisadas, a enunciativa recorre à cor rosa a fim de estabelecer uma associação dessa cor com as mulheres, conforme demonstram os excertos a seguir:

- “Somos um governo cor de rosa”;
- “Damares salientou que o “presidente cor de rosa” ordenou a todos os ministros, “cuidar das mulheres de forma transversal””;
- “O presidente Bolsonaro é o homem mais cor de rosa da história, é o homem que mais investiu em mulheres”;
- “A partir de janeiro, preste atenção, todas as delegacias do Brasil também serão Delegacias da Mulher. [...] Detalhe: eu vou pintar as salinhas de cor de rosa. Yes!”;
- “Temos ainda dois navios que nós ganhamos, que estavam parados, e que nós vamos pintar de cor de rosa e vão ficar na Ilha do Marajó e na Amazônia, e esses dois navios serão a Casa da Mulher Brasileira itinerante”.

Essa associação constante à cor rosa pela enunciativa indica a retomada de um saber de crença. Uma crença, uma tradição que levava a fixar cores para os gêneros: meninas de rosa e meninos de azul. Conforme Eva Heller (2014), na obra “A psicologia das cores”, o rosa é uma cor comumente associada ao charme e à gentileza, à sensibilidade. É, ainda, tida como uma cor infantil, suave, terna, e ligada ao romantismo.

Gerou polêmica uma frase dita pela ex-ministra, em janeiro de 2019, de que “Menino veste azul e menina veste rosa”. Desse modo, a cor rosa se opõe à azul. Nesse sentido, Damares estabelece uma separação entre os gêneros, trazendo uma determinação de cores que, para além disso, aponta também para diferentes papéis e características associados a cada um dos gêneros. A cor azul, conforme a pesquisa de Heller (2014), é a preferida entre todas as cores. É a cor que em grande se associa somente a características boas, e não se associa a nenhum sentimento negativo. O azul é, também, a cor da simpatia e da harmonia, mas é também uma cor fria e distante. É tido ainda como a cor das virtudes intelectuais – inteligência, ciência, concentração e independência – e masculinas: isso porque ele simboliza a razão que se sobrepõe à paixão, que é comumente associada ao feminino.

Desse modo, a representação a partir de diferentes cores para dois distintos gêneros indica os imaginários aos quais a enunciativa relaciona homens e mulheres: eles ligados à racionalidade, às virtudes intelectuais; enquanto elas se associam sobretudo à emoção e à sensibilidade.

Em uma das fotografias que ilustra o *Texto E*, Damares Alves aparece com uma camiseta cor de rosa, conforme pode ser visto na figura a seguir.

Figura 7 - A ex-ministra no evento



Fonte: Metr p les, 2022.

Enquanto a ex-ministra da Mulher usa uma roupa cor de rosa, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, estavam com ternos pretos, como pode ser visualizado na imagem a seguir.

Figura 8 - O ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro Marcelo Queiroga no evento



Fonte: Metr p les, 2022.

Neste trabalho, já explicitamos os imaginários recuperados pela cor rosa. Cabe, agora, destacar aqueles associados   cor preta usada pelos homens. Segundo Heller (2014), o preto   a cor do poder, da autoridade e da elegância. Assim sendo, em um evento destinado a apresentar

ações para as mulheres, a cor da indumentária dos presentes recupera um imaginário em que os homens detêm o poder, e as mulheres ficam em um segundo plano, demonstrando, por meio da cor, apenas sensibilidade e gentileza.

#### 4.4.1.2 A mulher princesa

O *Texto B* analisado neste trabalho traz uma fotografia de Damares Alves usando uma coroa de princesa/rainha. A representação da ex-ministra presente na imagem se associa ao imaginário de que a mulher é uma princesa, à espera de seu príncipe encantado.

Figura 9 - Imagem de Damares presente na matéria



Fonte: Metrôpoles, 2020.

No *Texto A*, esse aspecto se evidencia de forma mais clara. A enunciativa afirma que já sonhou em ser uma princesa, quando criança, e com o seu príncipe encantado. Ao criticar o filme "Frozen", a ex-ministra disse que, quando menina, sonhou com um príncipe, mas que, por meio da produção cinematográfica, "nós estamos abrindo uma opção para a menina sonhar com princesa. Vocês estão entendendo que isso aqui é sério?". Desse modo, um dos efeitos de sentido que se pode apreender a partir da fala da enunciativa é o de que ela espera que as meninas, enquanto princesas, devem sonhar somente com o príncipe encantado. Assim, compreendemos que ela traz, mais uma vez, a representação da mulher como uma princesa.

Além disso, embora a infância seja uma época marcada por um leque de possibilidades de desenvolvimento em relação ao futuro, seja de personalidade ou de uma profissão, por exemplo, a enunciativa deteve sua preocupação com os futuros relacionamentos amorosos, buscando definir o tipo de relacionamento aceitável para uma "princesa" – no caso, o heterossexual.



Em outro trecho do mesmo *Texto A*, a fala da enunciativa traz que "Eu sonhei que meu príncipe vinha a cavalo, com aquele cabelo louro, assim, ao vento. De bota. Cavalo branco", de modo que podemos entender que essa princesa está inerte, à espera de um príncipe que venha até ela - portanto, a atitude para um relacionamento amoroso parte do homem. Além disso, na sequência, ela diz que "Meu marido chegou sem cavalo, sem bota e era careca" - o que indica que esses imaginários construídos para as mulheres, e apenas para elas, são quebrados pela realidade que se apresenta, de modo que os homens têm a liberdade de fugir da representação de príncipe esperada - e ela até reconhece que essa ruptura acontece, mas parece relevá-la. Isso porque, ainda assim, insiste nessa representação das meninas enquanto princesas à espera de príncipes: "Mas eu sonhei com um príncipe", compreendendo que é preciso que as mulheres continuem a ser princesas à espera de um príncipe.

#### 4.4.1.3 A mulher do lar

O *Texto C* narra um episódio em que a enunciativa estava confeitando um bolo. A princípio, essa ação, enquanto parte de uma ex-ministra da Mulher, já pode sugerir, como um possível efeito de sentido, a representação das mulheres como cozinheiras, associadas às tarefas domésticas especialmente na cozinha. O espaço físico em que a transmissão ao vivo foi feita, inclusive, foi todo decorado em tons de rosa, o que reforça ainda mais o imaginário de uma associação entre cozinha e mulher, visto que a ex-ministra sempre utilizava a cor rosa como cor dedicada às mulheres.

Figura 10 - Cozinha cor de rosa na foto que ilustra o *Texto C*



Fonte: Metrópolis, 2020.

O objetivo da transmissão ao vivo feita por Damares Alves era para que essa fosse um incentivo às mulheres ao empreendedorismo. No entanto, esse empreendedorismo sugerido às mulheres ainda se deu em categorias de trabalho fortemente associadas ao imaginário da mulher enquanto dona de casa. Isso porque a enunciadora sugeriu que as mulheres se transformassem em confeitadeiras, boleiras, produtoras de doces, pipocas gourmet - o que retoma, mais uma vez, o imaginário da mulher restrita ao ambiente da cozinha.

Mesmo quando sai desse lugar, as outras profissões propostas ainda são aquelas que associam as mulheres a categorias às quais estão tradicionalmente ligadas. Nesse caso, é retomado o imaginário da beleza, visto que a enunciadora aponta ainda, como possíveis atividades para as mulheres, "maquiagem e cabelo". Cabe pontuar ainda que, conforme dados do Sebrae, grande parte das empresas abertas no setor de beleza eram de Microempreendedores Individuais (MEI), o que pode sugerir uma precarização dessas profissões, em que muitas mulheres não têm acesso a benefícios previstos pela CLT. Desse modo, verificamos, como efeito de sentido, que, embora a enunciadora busque propor com seu discurso que as mulheres possam empreender, as opções apresentadas não representam uma perspectiva de emancipação concreta.

#### **4.4.1.4 O imaginário sexista**

Verificamos, ao longo das análises desenvolvidas neste tópico, que é recorrente, no discurso da enunciadora, a representação das mulheres associada à cor rosa e à sensibilidade, às emoções. Além disso, elas são ainda representadas como princesas à espera de um príncipe encantado. Também são representadas em profissões associadas ao ambiente doméstico, como cozinheiras, ou à beleza, como maquiadoras ou cabeleireiras - atividades tradicionalmente ligadas às mulheres.

Compreendemos que essas representações verificadas em diferentes discursos da enunciadora estão presentes em um imaginário sexista, que estabelece diferentes papéis e comportamentos ideais conforme os gêneros: há diferentes profissões, emoções e atitudes esperadas de homens e mulheres.

Estabeleceremos aqui uma relação com elementos históricos vistos na fundamentação teórica de Federici (2017). A autora cita que o trabalho no âmbito doméstico, no capitalismo, passou a ser visto como uma vocação natural das mulheres. "Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento,

ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio" (FEDERICI, 2017, p. 145).

Vimos que Damares Alves sugeriu que as mulheres empreendessem no ramo da culinária, um caminho que parece ser bastante natural como alternativa para as mulheres nesse imaginário. Além disso, quando aponta outras profissões, traz outras opções marcadas pela precarização das condições de trabalho, o que parece manter as mulheres em ocupações inferiores às dos homens. Questionamos, neste ponto, quais seriam as profissões sugeridas pela ex-ministra a homens - e se seriam alternativas precarizadas relacionadas à cozinha ou à beleza.

Partindo para a abordagem das representações das mulheres enquanto seres emocionais, em contraposição aos homens, racionais, retomamos os apontamentos que a teoria de Federici (2017) traz em relação aos modelos de feminilidade e de masculinidade estabelecidos no período da acumulação primitiva.

Para que elas pudessem ser privadas de sua autonomia em relação aos homens, foram submetidas a um longo processo de degradação social. Nesse processo, foi estabelecido, por exemplo, que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens, visto que eram "excessivamente emocionais, luxuriosas, incapazes de se governar - e tinham que ser colocadas sob o controle masculino" (FEDERICI, 2017, p. 201-202), além de consideradas pouco razoáveis.

Desse modo, o discurso expresso pela enunciadora é atravessado por outros discursos que também se manifestavam muitos anos atrás, na época da acumulação primitiva, em que houve a domesticação das mulheres. Assim, observamos, no discurso da enunciadora, uma interdiscursividade ao recuperar uma característica de "sentimentalismo" inerente às mulheres.

A representação da mulher como uma princesa, por sua vez, nos fez retomar a fundamentação teórica histórica fornecida por Saffioti (1976). A autora explica que a mulher branca foi socializada para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe – dos quais as mulheres negras sempre estiveram alijadas, devido ao trabalho pela força da escravização ou pela necessidade de se manter.

Ainda conforme a autora, a exploração econômica da mulher escravizada era consideravelmente mais elevada do que a do homem escravizado, tendo em vista que ela era utilizada como trabalhadora, como mulher e também como reprodutora da força de trabalho.

As mulheres brancas, por sua vez, destinadas aos papéis de dona de casa e mãe, se casavam muito jovens, por volta dos 13 anos, estando já com filhos aos 15. Por isso, aos 20 anos, se não estivessem casadas, já eram consideradas solteironas.

Por meio do casamento, elas deixavam de se submeter ao comando patriarcal dos pais para se sujeitar ao dos maridos. Essas mulheres da classe dominante, ainda, raramente saíam às ruas, "só deixando a casa praticamente para irem à Igreja, o que nunca faziam desacompanhadas" (SAFFIOTI, 1976, n.p.).

Desse modo, identificamos semelhanças entre a representação, presente no discurso da enunciativa, da mulher enquanto uma princesa - cuja principal preocupação é a busca por um príncipe e que se submete a ele após o casamento - e a retomada histórica acerca da socialização feminina descrita por Saffioti (1976). Embora pudesse centrar sua preocupação sobre a formação escolar, por exemplo, dessas meninas, a ex-ministra reforça sua atenção em relação aos possíveis futuros relacionamentos delas.

A seguir, trazemos um quadro esquemático das três representações sociais identificadas na análise relacionadas a um imaginário sexista.

Quadro 2 – As representações do imaginário sexista

<b>Representações</b>	A mulher sentimental	A mulher princesa	A mulher do lar
<b>Imaginário sexista</b>			

Fonte: Das autoras (2023).

#### **4.2.2 A mulher submissa**

Neste recorte, identificamos as representações sociais presentes no discurso da ex-ministra que se associam a um imaginário patriarcal. Nesse sentido, consideramos aqui as representações que estabelecem uma relação de poder entre homens e mulheres, trazendo, então, a ideia da mulher submissa.

##### **4.2.2.1 A mulher obediente**

Conforme um trecho presente no *Texto E*, “Damares salientou que o “presidente cor de rosa” ordenou a todos os ministros, ‘cuidar das mulheres de forma transversal’”. Pode-se verificar, do excerto, como um possível efeito de sentido, a manifestação de uma virilidade masculina. Segundo a enunciativa, um homem (no caso, o ex-presidente) deu uma ordem relacionada às mulheres, solicitando que todos os ministros “cuidassem” delas de forma

transversal. Mas era ela, a ministra, uma mulher, que ocupava o cargo à frente do Ministério da Mulher, a responsável por cuidar das mulheres no país. Nesse sentido, evidencia-se uma falta de autonomia da enunciativa, frente ao ex-presidente, que é quem assume a posição de “dar ordens” em temas relacionados às mulheres. Ela se coloca, portanto, submissa às ordens de um homem em seu campo de atuação das mulheres.

Em outra reportagem analisada, *Texto H*, essa submissão da mulher em uma sociedade patriarcal se expressa de uma forma mais explícita, conforme o trecho a seguir:

Quando questionada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) se a mulher deveria ser submissa ao homem, a ministra declarou: “Dentro da doutrina cristã, sim. Dentro da doutrina cristã, lá dentro da igreja, nós entendemos que, em um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então, essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé”.

Dessa forma, a fala da enunciativa evidencia que, em um casamento cristão, a mulher deve ser obediente ao homem. Contudo, ela afirma que sua visão de fé não a “faz menos capaz de dirigir este ministério. Não me faz mais incompetente”. Desse modo, parece tentar dissociar seu sujeito político de seu sujeito religioso.

No entanto, tendo em vista a permanente interação entre sujeito e discursos, compreendemos que a ex-ministra, enquanto também pastora, não tem a possibilidade de se dissociar de seu “lado pastora”, do seu discurso de fé, que conseqüentemente se manifesta também no discurso político, ainda que para apreendê-lo tenhamos que desenvolver uma análise.

#### **4.2.2.2 A mulher “cuidada” pelos homens**

No *Texto E*, há uma fala em que a enunciativa diz: “o presidente cor de rosa ordenou a todos os ministros cuidar das mulheres de forma transversal”. Assim, as políticas públicas de Estado que devem prestar assistência às mulheres são transferidas para um âmbito afetivo e que, conseqüentemente, retoma as emoções e trata a instância de recepção como um alvo afetivo. Desse modo, as políticas para as mulheres tornam-se um “cuidado”, que deve ser gerido por ministros em sua maioria homens (20, contra apenas 3 mulheres), o que evidencia o machismo também institucional.

A representação das mulheres brasileiras submetidas aos “cuidados” dos homens, conforme ordem do ex-presidente, se associa ao imaginário familista e patriarcal, em que os homens são os “chefes de família”, que levam dinheiro para casa, mobilizando os afetos relacionados a esse âmbito doméstico. No entanto, Federici (2017) escancara o trabalho

invisibilizado da mulher em casa: geralmente são as mulheres as responsáveis pelo cuidado com os homens (lavar as roupas, preparar as refeições etc.) e também com os filhos, com o lar e com os parentes que necessitam de cuidados, se for o caso. Desse modo, conforme aponta a autora, esse trabalho é uma forte forma de opressão para as mulheres, que são as responsáveis, não remuneradas, pela reprodução do capitalismo.

A mesma matéria também traz a seguinte fala da ex-ministra: “Este governo não deixa nenhuma mulher para trás”. Levando-se em consideração que se trata de um governo formado majoritariamente por homens (havia, na época, apenas três mulheres entre os ministros inicialmente nomeados por Jair Bolsonaro), compreende-se como efeito de sentido possível que esses homens são os responsáveis por levar as mulheres adiante, também conforme um imaginário patriarcal.

No *Texto B*, a enunciativa diz que serão pintados dois navios de cor de rosa para atendimento às mulheres ribeirinhas do Norte do Brasil, as quais seriam, segundo ela, “protegidas” pelo serviço, conforme o trecho da mesma matéria reproduzido abaixo:

Os dois navios seriam batizados como “Casa da Mulher Brasileira Itinerante”. Na época, a ministra disse que havia ganhado os navios, sem dar detalhes de quem havia doado as embarcações para sua pasta. “Temos ainda dois navios que nós ganhamos, que estavam parados, e que nós vamos pintar de cor de rosa e vão ficar na Ilha do Marajó e na Amazônia, e esses dois navios serão a Casa da Mulher Brasileira itinerante, e nós vamos proteger as mulheres ribeirinhas, mulheres que estavam esquecidas, mulheres que não tinham voz”, ressaltou a ministra (LIMA, 2020).

A origem da palavra proteção, segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, vem do latim *protectio* -onis, cujo significado, por sua vez, está associado a cobrir, abrigar, amparar, esconder, proteger, defender. Desse modo, com sua fala, a enunciativa evidencia, mais uma vez, o imaginário patriarcal no qual as mulheres estão inseridas no país, em que precisam ser “protegidas” pelos homens.

Já no *Texto D*, publicado pelo portal Metrôpoles, para além do repetido recurso à associação de cor, a enunciativa justifica que o alto investimento do governo para com as mulheres representa “amor e respeito” à mulher. O uso desses termos indica um caráter afetivo da relação entre um governo (prioritariamente comandado por homens) e as mulheres, recorrendo, mais uma vez, à mobilização dos afetos, e inserindo-as novamente sob os cuidados dos homens.

Na sequência do texto, quando fala sobre a proibição do aborto no Brasil, a enunciativa diz que se trata de “uma prova de amor à vida das mulheres” (BORGES, 2022). No entanto, é

preciso ressaltar que tal decisão envolve uma relação entre uma instância política e uma instância cidadã, e não uma relação afetiva, tal como a enunciadora pretende instaurar por meio de sua fala. Ela transfere a questão, dessa maneira, para o âmbito de um relacionamento de proximidade, de cuidado, afetivo, a fim de mobilizar as emoções, os afetos dos leitores/ouvintes, que são captados, assim, como um alvo afetivo. De forma que, mais uma vez, uma questão relacionada à saúde das mulheres recebe a “proteção” por parte dos homens.

#### **4.2.2.3 O imaginário patriarcal**

Tendo em vista as análises desenvolvidas neste tópico, retomamos novamente a fundamentação teórica e histórica desenvolvida por Saffioti (1976), em que a autora menciona que as mulheres casavam-se cedo, por volta dos 13 anos, deixando para trás o comando patriarcal dos pais para se submeter ao marido. Tal concepção vai ao encontro do discurso analisado da enunciadora, em que as representações sociais presentes são, entre outras, de uma mulher submissa e obediente aos homens.

Tal como no período histórico descrito por Saffioti (1976), em que os homens eram os únicos que tinham acesso à educação formal e promoviam inovações sociais e políticas, também no discurso da enunciadora percebemos a submissão das mulheres aos “cuidados” e à “proteção” dos homens, que são os responsáveis por “levá-las adiante” - até mesmo porque nos ministérios nomeados pelo ex-presidente eles eram maioria.

A teoria de Federici (2017) também se associa aos discursos analisados. Isso porque a autora fala de um modelo de feminilidade que surgiu após a caça às bruxas: em que a mulher e esposa ideal era, entre outras características, passiva e obediente. A queima das bruxas nas fogueiras, conforme a autora, foi um processo necessário para que se estabelecesse um regime patriarcal ainda mais opressor.

O discurso analisado da enunciadora coloca a mulher submissa ao marido no casamento. Dessa maneira, percebemos que o relacionamento afetivo é colocado sob funcionamento em uma lógica do privado, em uma lógica que Bandeira (2019) classifica como “familista” - ao contrário do que requer o movimento feminista, que traz as relações de gênero para debate público, como um tema político e de saúde pública, conforme visto no aporte teórico de Bandeira (2019) - inclusive, veremos mais adiante que Damares Alves não se classifica como uma “feminista”, mas “feminina”, o que corrobora com a visão do imaginário familista predominante em seu discurso.

Na sequência, trazemos uma síntese das principais representações identificadas na análise desenvolvida neste tópico e do imaginário a partir do qual elas são engendradas.

Quadro 3 – As representações do imaginário patriarcal

<b>Representações sociais</b>	A mulher que obedece a ordens dos homens	A mulher que precisam do afeto (cuidado, amor, proteção) dos homens
<b>Imaginário patriarcal</b>		

Fonte: Das autoras (2023).

#### 4.2.4 A mulher nacionalista

O *Texto E* analisado nesta pesquisa traz uma imagem de Damares Alves na qual ela camiseta rosa que traz a frase: “Brasil pra elas, por elas, com elas”. A peça de roupa está associada a um programa lançado pelo governo federal, intitulado “Brasil pra elas”, o qual, de acordo com o decreto de sua instituição, é uma “política pública de fortalecimento do empreendedorismo feminino como instrumento alternativo de desenvolvimento econômico e social do País”. A seguir, trazemos uma reprodução dessa imagem.

Figura 11 - A camiseta rosa usada por Damares Alves em evento



Fonte: Metrôpoles, 2022.

Segundo a expressão que dá título ao programa, é possível compreender, como efeito de sentido gerado, que o país, então, é uma unidade dissociada das mulheres (senão poderia ser “Brasil delas”). Ainda, o destaque à palavra “Brasil” (em vez de ressaltar as mulheres), que aparece em letra cursiva, cujo efeito de sentido pode retomar uma delicadeza associada às



mulheres, remete a um imaginário nacionalista, exaltando o patriotismo, o qual deve ser, assim, um valor para as mulheres, conforme o governo federal.

Esse imaginário nacionalista também pôde ser identificado no *Texto C* analisado nesta pesquisa. Nessa notícia, já discutida anteriormente, a ex-ministra aparece confeitando um bolo para lançar a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. No entanto, há um trecho da reportagem em que a enunciativa diz, ao incentivar as mulheres ao empreendedorismo, que “Sustentando a sua família, você muda a economia do país”.

Compreendemos que tal frase se associa ao imaginário nacionalista uma vez que busca ressaltar e associar a importância da atividade da mulher em um escopo muito reduzido (ao sustentar a família) em uma abrangência maior, que beneficiaria todo o Brasil. Assim, a mulher, enquanto uma patriota, contribuiria para o desenvolvimento do país.

Além disso, no *Texto E*, são descritos alguns programas em prol das mulheres que foram instituídos pelo ministério comandado por Damares. Os nomes das iniciativas são: Programa Mães do Brasil e Estratégia Brasil pra Elas - o que ocorreu também em programas de outros âmbitos, como o Auxílio Brasil. Dessa forma, verificamos a frequente recorrência ao nome do país, assim como esteve presente no slogan da candidatura do ex-presidente em 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Esse recurso frequente ao país é um elemento necessário para que se possa corresponder à tríade “pátria, família e religião”. Assim, compreendemos que o patriotismo é um valor ao qual as mulheres também devem estar associadas, bem como a família - conforme já pontuamos anteriormente, em que se coloca submissa ao marido em uma sociedade patriarcal - e a religião.

Quadro 4 – As representações do imaginário nacionalista

<b>Representações</b>	A mulher que defende o seu país
<b>Imaginário nacionalista</b>	

Fonte: Das autoras (2023).

#### 4.2.5 A mulher conservadora

Neste tópico, usaremos como referência sobretudo o que aponta Charaudeau (2018), em relação ao imaginário da tradição, o qual se opõe ao imaginário da modernidade. Conforme o autor, “o recurso a esse imaginário serve para tranquilizar as populações diante da ameaça que poderia representar esse outro imaginário que é a “modernidade” (...) ocasionando uma

subversão dos modos” (CHARAUDEAU, 2018, p. 212). Buscaremos evidenciar, então, as representações sociais que a enunciativa traz em seu discurso em relação às representações de um discurso do outro, o qual se apresenta como uma ameaça, um inimigo.

#### 4.2.5.1 A mulher contra o aborto

No *Texto D*, a ex-ministra critica a descriminalização do aborto na Colômbia, conforme o trecho a seguir:

Durante o evento, a gestora fez duras críticas à decisão da Justiça colombiana de descriminalizar o aborto até o 6º mês de gestação, anunciada na última segunda-feira (21/2). “A morte de mulheres era usada para justificar uma pauta de morte que queriam estabelecer no Brasil. Vem o Brasil nesta semana e mostra para o mundo que é assim que se cuida de mulher. Não é chancelando a morte, é chancelando a vida”, disse a gestora. “Se o governo Bolsonaro encerrasse hoje teria valido a pena tudo o que a gente sofreu até agora, todos os ataques. A gente mostra para o Brasil uma prova de amor à vida das mulheres e das crianças”, concluiu a ministra (BORGES, 2022).

Percebemos que, no discurso da enunciativa, se estabelece uma representação do aborto como uma pauta de morte. Além disso, sua proibição é representada como uma prova de amor à vida das mulheres e das crianças. Ela ainda aponta o seu posicionamento, indicando oposição à “pauta de morte que queriam estabelecer no Brasil”, de modo que compreendemos, como um possível efeito de sentido, a existência de um “inimigo” que queria implantar uma pauta “de morte” no país e que deve ser combatido.

Com seu posicionamento em relação ao aborto, a enunciativa, como instância política, evoca então o imaginário da tradição que se contrapõe às ameaças daquele da modernidade, que, com a liberação do controle da mulher sobre o seu próprio corpo, poderia alterar a reprodução, em certa medida, do sistema capitalista, conforme visto na fundamentação teórica de Federici (2017).

Verifica-se ainda a interdiscursividade que se estabelece entre o discurso da ministra e o discurso religioso, por meio dessa oposição entre morte (liberação do aborto) e vida (proibição do aborto). O discurso religioso, conforme Jarbas Nascimento (2020, p. 55), “propõe uma relação de poder, sustenta-se pelo controle e imposição sobre os fiéis e constitui um quadro de referência obrigatório aos posicionamentos ideológicos”. O debate sobre um tema de saúde pública é, assim, transferido para um campo religioso, sem que seja abordado qualquer aspecto científico a ele relacionado.

Segundo Jarbas Nascimento (2020, p. 54-55), “o discurso religioso, constrói-se sobre o teológico, assumindo-o interdiscursivamente, na medida em que, em seu funcionamento, ressignifica-o, ampliando e delimitando possíveis interações”. Desse modo, a enunciadora apoia seu discurso político/religioso sobre um discurso teológico a fim de obter a legitimidade permitida por um discurso constituinte, em vez de se sustentar sobre um discurso científico, o qual também é, conforme Maingueneau, um discurso constituinte.

#### 4.2.5.2 “Feminista não, feminina”

No *Texto F* analisado nesta pesquisa, a enunciadora afirma, em um trecho: “Não sou feminista. Eu sou feminina”. Percebemos, em princípio, a oposição que estabelece entre as representações de mulheres feministas e mulheres femininas. Por um lado, as femininas retomam o imaginário da mulher que usa rosa, é delicada e outras tantas características já mencionadas neste trabalho. Compreende-se que as feministas, por sua vez, por meio da oposição estabelecida, são mulheres que, ao contrário, não se parecem e não se comportam como princesas - não se preocupam com a “beleza” e, ao contrário da sentimentalidade esperada, elas gritam e brigam -, nem esperam o príncipe encantado - que pode ser uma princesa.

Em outra matéria analisada nesta pesquisa, no *Texto G*, a enunciadora também estabeleceu uma oposição em relação às feministas. Retomamos, para isso, o veto do então presidente em relação ao projeto que previa a distribuição de absorventes para mulheres pobres, que havia sido proposto pela deputada Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco. A ex-ministra buscou se defender das acusações de não cuidar das mulheres pobres, afirmando: “As mulheres pobres sempre menstruaram nesse Brasil e a gente não viu nenhum governo se preocupar com isso. E agora o Bolsonaro é o carrasco?”.

Na sequência, ela apresentou a foto de uma embarcação do SUS que levava atendimento às mulheres na região do Marajó. Segundo Damares Alves, havia, “na região, mulheres com pedidos de mamografia pendentes há oito anos” e a embarcação do SUS significava efetivamente, “cuidar da mulher pobre sem hipocrisia e sem mimimi”.

Compreendemos como efeito de sentido do trecho “sem hipocrisia e sem mimimi” que a enunciadora classificou as feministas como “hipócritas” e “mimizentas”, em virtude do projeto de distribuição dos absorventes, uma medida apoiada pelo movimento feminista. As feministas representam, neste caso, a “modernidade”, enquanto seu governo, que na oposição seria a tradição, buscou o atendimento em prol do atendimento às mulheres ribeirinhas.

#### 4.2.5.3 A mulher heterossexual

Verificamos ainda, no discurso da enunciadora, a reprodução somente da representação social da mulher como heterossexual. No *Texto A* analisado localizamos o seguinte trecho:

A mais poderosa das princesas da Disney – e uma das poucas que não casa com um príncipe –, Elsa foi chamada de “lésbica” por Damares justamente por terminar o longa sozinha. Em resumo, o filme conta a história de amor entre duas irmãs: elas cresceram sem os pais em um castelo e tentam se reaproximar uma da outra.

Como efeito de sentido a partir da fala da enunciadora, depreendemos a crítica à representação da mulher que foge ao modelo ideal da princesa que busca um príncipe encantado. Assim, a mulher que não se envolve em um relacionamento heterossexual e escolhe permanecer solteira é rechaçada por não corresponder ao imaginário esperado, em que a busca por relacionamento é um elemento central para a vida de uma mulher.

Ainda no mesmo *Texto A*, a enunciadora mais uma vez critica a possibilidade de que uma menina possa sonhar com uma princesa, e não com um príncipe, conforme o trecho:

Aí agora a princesa de Frozen vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso aqui é muito grave. Sabe por que, gente? Eu fui menina, eu sonhei em ser princesa. Eu sonhei com meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de 3 anos para sonhar com princesa.

A enunciadora classifica como “muito grave” a possibilidade de estabelecimento de outras configurações de relacionamento, que não o heterossexual. Desse modo, compreendemos que, assim, ela retoma o imaginário da tradição, ao qual estão associadas suas representações de relacionamento, em contraposição ao imaginário da “modernidade”, que apresenta outras possibilidades de relações afetivas. Identificamos, no discurso da enunciadora, uma representação que trata as relações de gênero de forma heteronormativa.

#### 4.2.5.4 Imaginário conservador

Identificamos, neste tópico, as representações sociais presentes no discurso analisado que se associam a um imaginário conservador - este, que se apresenta como tradicional e se opõe às ameaças trazidas pela modernidade, conforme o aporte teórico trazido por Charaudeau (2018).

Em relação à representação da mulher que se posiciona contra o aborto, retomamos a teoria de Silvia Federici (2017), que trata com profundidade desse assunto, explicitando como se deu o controle patriarcal sobre o corpo das mulheres. Conforme a autora, a condenação do aborto e da contracepção veio quando, no período da acumulação primitiva, a disciplina do trabalho exigiu que o útero fosse transformado em uma máquina que possibilitasse a reprodução do capitalismo, condenando as práticas que fossem de encontro a isso, como o aborto.

Por isso, a caça às bruxas desenvolvida para a acumulação de capital perseguia crimes reprodutivos. As bruxas, no século XVII, “foram acusadas de conspirar para destruir a potência geradora de humanos e animais, de praticar abortos e de pertencer a uma seita infanticida dedicada a assassinar crianças ou ofertá-las ao demônio” (FEDERICI, 2017, p. 324). Eram também, entre outras, as parteiras ou aquelas que tivessem conhecimento sobre reprodução. Com a queima na fogueira, segundo Federici (2017), institucionalizou-se o controle do Estado sobre os corpos das mulheres.

Observamos que também a oposição à representação da mulher feminista evidenciada no discurso da enunciadora tem raízes históricas. Isso porque, ainda conforme Federici (2017), as bruxas eram, entre outras, também as mulheres desobedientes, que ousavam subverter a nova ordem patriarcal imposta, propondo desafios à ordem de poder existente. Desse modo, a mulher feminista seria a representação desse modelo de feminilidade inadequado ao discurso conservador, que deve ser rechaçado em detrimento da mulher feminina. Devido a essa associação, as bruxas são inclusive tomadas como símbolos da revolta das mulheres contra o patriarcado e com as quais o movimento feminista se identifica.

Saffioti (1976), por sua vez, aponta o papel fundamental do movimento feminista ao trazer questões de gênero para o debate político público, em vez de que permanecesse restrito à esfera privada. Conforme a autora, a imagem da feminista “como um monstro que visa a destruir a família e a reduzir os homens a escravidão, numa completa subversão das leis divinas” (SAFFIOTI, 1976, n.p.) surgiu na Inglaterra à época da Proclamação dos Direitos da Mulher - a conquista de direitos pelas mulheres representaria a modernidade, enquanto a tradição conservadora exige a permanência do *status quo*, aspectos que também evidenciamos nos discursos da enunciadora.

Ainda retomando o discurso conservador em uma perspectiva histórica, Federici (2017) aborda o momento em que, após os concílios de Latrão de 1123 e 1139, foram condenados os homossexuais e o sexo não procriador. Assim, percebemos que, nesse imaginário, a única representação permitida às mulheres é a da mulher heterossexual. Além disso, Saffioti (1976) aborda que, na história do Brasil, o casamento se apresentou como única carreira possível para

uma mulher. Assim, se unem duas representações: a da mulher que não pode permanecer sozinha, mas deve ter como objetivo de vida o casamento, o qual deve se dar, necessariamente, com um homem.

Tendo em vista esses apontamentos, verificamos, por meio da análise desenvolvida sobre as representações e os imaginários, como o discurso da enunciadora recupera elementos históricos trazidos nas abordagens de Federici (2017) e Saffioti (1976), manifestando sua interdiscursividade. A seguir, trazemos uma representação esquemática das representações sociais associadas ao imaginário conservador, conforme a análise.

Quadro 5 – As representações do imaginário conservador

<b>Representações sociais</b>	Mulher contra o aborto	“Feminista não, feminina”	Mulher heterossexual
	<b>Imaginário conservador</b>		

Fonte: Das autoras (2023).

Ao fim da análise, identificamos, portanto, que as representações sociais trazidas no discurso da enunciadora se apoiam fundamentalmente sobre quatro categorias de imaginários sociodiscursivos: sexista, patriarcal, nacionalista e conservador.

Assim, embora no *Texto H* a enunciadora afirme que sua fé não a torna “menos capaz de dirigir este ministério. Não me faz mais incompetente”, percebemos, por meio da análise, a interdiscursividade que se manifesta no discurso político da ex-ministra por meio do discurso religioso e com os demais discursos que a atravessam, como o sexista, patriarcal, nacionalista e conservador.

Dessa maneira, percebemos que, tal como o jornalista não pode abdicar completamente de suas crenças e imaginários a fim de desenvolver sua atividade de forma “imparcial” ou “isenta”, também a ex-ministra carrega, para o discurso político, os imaginários fundados em outros discursos que consideramos “conflituosos” perante o cargo exercido por ela.

Esses imaginários retomados pela enunciadora são, ainda, reproduzidos pelos meios de comunicação. Eles, que constroem representações do mundo que serão repassadas a milhares de leitores, dão destaque, nos títulos e nos leads das matérias, aos imaginários sexista, patriarcal, nacionalista e conservador presentes no discurso da ex-ministra, com frequência sem trazer contrapontos a essas representações, o que, acreditamos, pode contribuir para o esvaziamento do debate público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise do Discurso é uma disciplina que permite apreender como se dá a construção do mundo por meio do discurso, tendo em vista que este não existe a priori, mas somente se estabelece pelos processos de significação. Nesse sentido, este trabalho buscou apreender as construções sobre a mulher presentes em discursos da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves.

Inicialmente, recuperamos, além da fundamentação teórico-metodológica, um embasamento histórico acerca da mulher. Para isso, retomamos as abordagens de Federici (2017), que pontua, acertadamente, a necessidade de se recuperar a caça às bruxas para se explicar a violência ainda existente contra as mulheres. Isso porque identificamos nos discursos analisados a interdiscursividade com os processos históricos narrados pela autora.

Saffioti (1976), por sua vez, contribuiu para este trabalho ao trazer esse processo histórico das mulheres para a abrangência brasileira, indicando como se deu a socialização da mulher no país - reclusa ao ambiente doméstico, para as funções de esposa e mãe, com a educação formal em princípio negligenciada e o difícil acesso ao mercado de trabalho. Tais elementos também foram identificados em uma manifestação interdiscursiva do discurso analisado.

A análise se deu sobre notícias veiculadas por dois meios de comunicação - uma escolha que se deu em virtude da relevância do discurso jornalístico. Verificamos, tendo por base as noções associadas ao contrato de comunicação de Charaudeau (2007), que esses veículos localizam-se na tensão que se estabelece entre as visadas de fazer saber e de fazer sentir.

No entanto, observamos que há, predominantemente, a recorrência aos imaginários a fim de mobilizar as emoções do público, com o objetivo de angariar cliques e leitores, nos títulos e leads - as partes consideradas mais importantes dos textos jornalísticos. Desse modo, as representações sociais presentes no discurso e seus respectivos imaginários funcionam como uma captação dos leitores para o acesso aos sites. A visada do fazer saber, por sua vez, nas matérias analisadas, ficou relegada a um segundo plano, mas ainda se fez presente por meio da descrição narrativa e da explicação dos fatos noticiados, embora geralmente relegada ao trecho final das reportagens.

Em relação aos imaginários sociodiscursivos, identificamos que os discursos da enunciadora retomaram imaginários sexistas, patriarcais, nacionalistas e conservadores - o que parece ir de encontro ao esperado para o comando de um ministério que se ocupa das mulheres, famílias e dos direitos humanos.

Esses imaginários se desenvolveram a partir de diferentes representações sociais da mulher presentes em seu discurso, conforme analisado. Engendradas a partir do imaginário sexista, identificamos as representações da mulher sentimental, que não ergue a voz, mas chora ou permanece em silêncio; a mulher princesa, que procura um príncipe encantado para se casar; e, a mulher do lar, que desenvolve as tarefas domésticas ou que se associam ao esperado de uma mulher.

Já em relação ao imaginário patriarcal, verificamos as representações da mulher obediente, que acata as ordens dadas pelos homens; a mulher que é "cuidada pelos homens", que são os que definem a vida política e estabelecem o rumo de suas vidas. Identificamos também o imaginário nacionalista, em que a mulher pode contribuir para o desenvolvimento de seu país.

Por fim, para o imaginário conservador, as representações sociais verificadas foram da mulher que se posiciona contra o aborto, que é heterossexual e não pode ficar solteira, mas deve buscar o casamento. Além disso, é contra o feminismo e se coloca, em oposição, como feminina, o que traz papéis e características ideais diferentes.

Tais considerações estão em consonância com o que traz Federici (2017) em sua abordagem histórica referente às mulheres. Segundo a autora, após a caça às bruxas, com o surgimento do capitalismo, erigiu também um novo modelo de feminilidade, domesticada, de uma mulher e esposa ideal: "passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre preocupada com suas tarefas" (FEDERICI, 2017, p. 205).

Cabe pontuar que, por meio das representações presentes em seu discurso, elaboradas principalmente a partir de saberes de crença, a enunciativa estabelece "normas de comportamento" para as mulheres: devem ser a esposa que se comporta como uma princesa, que não recorre ao aborto e que é "feminina", de tal modo que, como visto na obra de Federici (2017), busca-se, assim, o controle do Estado sobre os corpos, os trabalhos e os poderes sexuais das mulheres. Trata-se, como já pontuamos, de um modelo preocupante disseminado por uma figura que, em princípio, deveria buscar avanços para a situação das mulheres no país, já que estava à frente de um Ministério da Mulher.

Cabe observar ainda, em relação às representações e imaginários presentes no discurso político da enunciativa, como eles são veiculados ou meramente reproduzidos no discurso jornalístico analisado, estando presentes até mesmo incorporados nos títulos das matérias. Questiona-se, portanto, qual o valor informativo desse discurso jornalístico diante da dominante presença dos saberes de crença no discurso da ex-ministra, sem qualquer contraponto aos imaginários sexistas, patriarcais e conservadores veiculados.



Federici (2019, p. 132) diz que “a primeira contribuição das feministas, portanto, deveria ser o envolvimento com um tipo diferente de investigação, que analisasse as condições sociais que produzem as caças às bruxas”. Ao terminar esta pesquisa, verificamos que ainda persiste, por meio do discurso analisado, uma caça às bruxas, que são aquelas mulheres que se apresentam de maneira diferente às representações sociais e aos imaginários retomados pela enunciativa.

Esperamos, então, que este trabalho, por ter atingido os objetivos geral e específicos propostos, possa ter contribuído ao trazer indícios de como se opera o funcionamento dessa caça às bruxas por meio do discurso e possa abrir possibilidades para outras discussões relacionadas. Esperamos, ainda, ter evidenciado a necessidade de mais mulheres na política - um espaço ainda hoje tão restrito aos homens -, mas de mulheres que carreguem em seus discursos representações sociais e imaginários sociodiscursivos que permitam que a caça às bruxas finalmente termine.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Bárbara; MELO, Mônica Santos de Souza. Bela, recatada e ‘do lar’: uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 343-365, jan./jun. 2017.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 317-341.
- BORGES, Rebeca. Damares diz que Bolsonaro é “presidente mais cor de rosa da história”. **Metrópoles**, Brasília, 23 fev. 2022. Brasil. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/damares-diz-que-bolsonaro-e-presidente-mais-cor-de-rosa-da-historia>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BULGARELLI, Lucas. Entrevista: 'Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político', diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Rosana Pinheiro Machado. **Intercept**, 1º set. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso, controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al. **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Fale UFMG, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-23, dezembro 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.
- COSTA, Mariana. Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher. **Metrópoles**, Brasília, 8 mar. 2022. Política. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/damares-diz-que-governo-e-cor-de-rosa-ao-anunciar-acoes-para-mulher>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- EMEDIATO, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; LARA, Gláucia Muniz

Proença. **Teorias do discurso** - novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 19-56.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, Bookman, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GOSMÃO, Reynaldo de Azevedo; SANTOS, Luana Cristina de Oliveira; SILVA, Luciana Soares da. Os imaginários sociodiscursivos e o modo enunciativo nos diálogos de uma mulher no Tinder. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 8, n. 1, p. 195-217, jan./abr. 2020.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Bruna. Damares: 'Governo não precisa de lei' para atender mulheres. **R7**, Brasília, 20 out. 2021. Brasília. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/damares-governo-nao-precisa-de-lei-para-atender-mulheres-20102021>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LIMA, Luciana. “Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada. **Metrópoles**, Brasília, 26 set. 2020. Política. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/salinhas-cor-de-rosa-de-damares-ficam-no-discurso-nenhuma-foi-instalada>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Gêneros do Discurso e Web: existem os gêneros web?. **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 3, p. 135-160, jul./dez. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. O discurso teológico como discurso constituinte. In: **Discursos constituintes**. NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (org). São Paulo : Blucher Open Access, 2020. p. 34-59.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHUQUEL, Thayná. Damares sobre veto de Bolsonaro: “Mulheres pobres sempre menstruaram”. **Metrópoles**, Brasília, 8 out. 2021. Brasil. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/brasil/damares-sobre-veto-de-bolsonaro-mulheres-pobres-sempre-menstruaram>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política:** representação, gênero e violência no discurso jornalístico. São Paulo, 2013. 230 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

## ANEXOS

### ANEXO A - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: Em guerra com a Netflix, Damares já comprou briga com Frozen e Bob Esponja

Subtítulo: Nos últimos anos, ela vem usando lives e entrevistas para questionar o enredo de vários clássicos infantis

Data de publicação: 22/09/2020

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Alves, abriu fogo contra a Netflix por causa do filme *Mignonnes* (Lindinhas, na versão em português), uma produção franco-senegalesa acusada pela ministra de sexualizar crianças.

Em ofício encaminhado à Comissão Permanente da Infância e Juventude, ao qual o Metrôpoles teve acesso na segunda-feira (21/9), o ministério pede a suspensão da oferta do longa no Brasil como também que seja apurada a responsabilidade pela distribuição do filme, considerado “pornográfico” por Damares.

Mas a briga de Damares com produções audiovisuais infantis não é de hoje. Desde quando tomou posse, a ministra se manifesta publicamente contra longas e desenhos animados clássicos.

Nos últimos anos, ela vem usando lives e entrevistas para questionar o enredo de algumas histórias. Normalmente, as críticas aparecem acompanhadas de comentários preconceituosos sobre questões de gênero e sexualidade. “Eu fui menina, eu sonhei em ser princesa. Eu sonhei com meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de 3 anos para sonhar com princesa. Isso aqui é indução”, disse Damares sobre o filme *Frozen 2*, que conta a história de duas irmãs.

Confira uma lista com os personagens mais criticados pela ministra:

Bob Esponja

Damares já se voltou contra o personagem mais alegre da Fenda do Biquíni, classificando-o como gay. Segundo a ministra, o protagonista tinha um relacionamento amoroso com a estrela-do-mar, Patrick – seu melhor amigo no desenho animado. “Todo mundo pensa que é um programa infantil. Olha as imagens do Bob Esponja namorando o coleguinha. Ninguém está vendo isso”, disse.

O criador de Bob Esponja, Stephen Hillenburg, já havia dito que o carismático personagem era assexuado, exemplificando a forma como ocorre a reprodução das esponjas-

do-mar, espécie da qual Bob faz parte. Mais recentemente, a Nickelodeon, emissora oficial do desenho, publicou fotos para comemorar o mês do orgulho LGBTQ+ e confirmou que Bob Esponja fazia parte dessa comunidade.

#### Frozen

A mais poderosa das princesas da Disney – e uma das poucas que não casa com um príncipe –, Elsa foi chamada de “lésbica” por Damares justamente por terminar o longa sozinha. Em resumo, o filme conta a história de amor entre duas irmãs: elas cresceram sem os pais em um castelo e tentam se reaproximar uma da outra.

Em Frozen, Elsa escolhe se isolar depois de falhar na tentativa de controlar os próprios poderes congelantes. Anna, sua irmã caçula, começa uma jornada para resgatá-la.

Damares apareceu em uma gravação, antes do lançamento de Frozen 2, preocupada com a continuidade da história e a possibilidade de acontecer um “beijo gay” em um próximo filme.

“Acredite. Gente, eles estão armados, articulados. O cão é muito bem articulado. E nós estamos alienados. Aí agora a princesa de Frozen vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso aqui é muito grave. Sabe por que, gente? Eu fui menina, eu sonhei em ser princesa. Eu sonhei com meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de 3 anos para sonhar com princesa. Isso aqui é indução. Eu sonhei com um príncipe. Eu sonhei que meu príncipe vinha a cavalo, com aquele cabelo louro, assim, ao vento. De bota. Cavalo branco. Meu marido chegou sem cavalo, sem bota e era careca. Mas eu sonhei com um príncipe. Nós estamos abrindo uma opção para a menina sonhar com princesa. Vocês estão entendendo como isso aqui é sério?”, falou na época.

#### Popeye

O comedor de espinafre mais famoso do mundo, Popeye, já foi acusado de ser um exemplo de violência doméstica devido às brigas entre o marinheiro e Brutus pela atenção de Olívia Palito. “Eles lutavam por aquela mulher. Ela era esticada, ela era um objeto, e eu questionei tudo aquilo naquela época”, disse Damares.

#### Pica-pau

“Arrogante, egoísta, malcriado, desobediente, malvado” foram as palavras usadas por Damares para se referir ao Pica-pau. A ministra critica, principalmente, a versão do Pica-pau Biruta, que é alvo de vários memes na internet.

Desenhado pelo animador Emery Hawkins, o design perdurou nas produções entre 1940 e 1950, que mostram o personagem mais violento, com diálogos surrealistas e episódios memoráveis com certo grau de suspense.

“O Pica-pau de hoje é bonzinho diante do que tem por aí, mas naquela época era um desenho agressivo”, opinou a ministra, comparando-o com a versão mais recente da animação, em que o personagem tem um ar mais familiar, namora e interage com os sobrinhos.

Lindinhas

No filme lançado na plataforma da Netflix em agosto deste ano, a protagonista, Amy, de 11 anos, se revolta com as tradições conservadoras da família muçulmana e entra para um grupo de dança na escola.

Polêmico na internet, o filme foi sucesso de crítica, vencendo o prêmio do júri de Direção no Festival de Sundance, além de obter uma pontuação de 88% no Rotten Tomatoes, principal agregador de críticas do mundo. Lindinhas é alvo de petições pedindo sua retirada em todo o mundo, nas principais plataformas de abaixo-assinado.

Parte da polêmica deve-se à repercussão negativa que o pôster de divulgação da estreia teve. Nele, o grupo de meninas de 11 anos aparece usando roupas curtas e fazendo poses apontadas como sensuais. O cartaz motivou um pedido de desculpas pela plataforma.

“Lamentamos profundamente a arte inadequada que usamos para ‘Mignonnes/Cuties’. Não estava o.k., nem representava esse filme francês que ganhou um prêmio no Festival de Sundance. Agora atualizamos as fotos e a descrição”, publicou a Netflix em sua conta no Twitter na última quinta-feira (20/9).

Dameres movimentou o ministério que dirige para retirar o filme da Netflix do ar. A própria ministra fez várias postagens em sua conta no Twitter contra o longa. Sua pasta, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pediu à Comissão Permanente da Infância e Juventude que entrasse com medidas judiciais a fim de suspender a exibição no Brasil. Além disso, o ministério quer apuração da “oferta e distribuição de conteúdo pornográfico envolvendo crianças”.

A pasta sustenta que o filme apresenta cenas de pornografia infantil, entendida como: “qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais implícitas ou explícitas, reais ou simuladas, ou exibição de órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais”, diz o texto, citando o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ofício do MMFDH faz críticas diretas e indiretas a algumas das cenas do longa. “São múltiplas as cenas com close-ups das partes íntimas das meninas, enquanto estas reproduzem movimentos eróticos durante a dança, se contorcem e simulam práticas sexuais; tudo levando à normalização da hipersexualidade das crianças”, diz o ofício, e completa: “Há uma cena, aos 68 minutos de filme, que sugestiona, inclusive, a ‘oferta de sexo pela menina’ a um homem

adulto, em troca de um aparelho celular, fato que, obviamente, excede o limite da liberdade de expressão para incitar a pedofilia e a exploração sexual de crianças”.

A diretora do longa, Maimouna Doucouré, disse em um painel do Festival de Cinema de Toronto que o filme é “ousado e feminista”. Ela defende que a intenção é exatamente o oposto do motivo pelo qual vem sendo criticado. “Eu espero que essas pessoas possam ver o filme que agora foi lançado. Estou ansiosa para ver suas reações quando eles perceberem que estamos do mesmo lado na luta contra a hipersexualização de crianças”, enfatizou a diretora.



## ANEXO B - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: “Salinhas cor-de-rosa” de Damares ficam no discurso. Nenhuma foi instalada

Subtítulo: Pequena parte do dinheiro para prevenir a violência contra a mulher foi executada.

Plano de usar "navios rosas" na Amazônia naufragou

Data de publicação: 26/09/2020

As “salas cor-de-rosa” prometidas pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, para atendimento da mulher em todas as delegacias do país a partir de janeiro ficaram apenas em seu discurso inflamado ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), em novembro do ano passado, no Palácio do Planalto.

Nove meses depois da data prometida por Damares, para que todas as delegacias passassem a fazer o atendimento, nenhuma unidade do denominado Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Nuim) ficou pronta.

De acordo com informações prestadas pelo ministério, o projeto “está em fase de conclusão”, e a primeira instalação ocorrerá em Rio Branco (AC). A pasta não respondeu, no entanto, quando esse primeiro núcleo será instalado e projetou a efetivação do projeto para outras delegacias somente para 2021 – a depender das demandas apresentadas pelos estados.

“O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), trabalha para que outras unidades sejam instaladas no próximo ano, conforme as demandas dos estados interessados”.

A cerimônia no Planalto ocorreu no dia 25 de novembro de 2019, com direito a peças publicitárias estreladas pela cantoras sertanejas Simone e Simaria. Tudo foi especialmente preparado para que a ministra lançasse uma campanha da pasta, marcando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, comemorado no dia 25 de novembro.

“Salinha pequetitica”

Damares prometeu que mesmo que fosse numa “salinha pequetitica”, em janeiro de 2020 todas as delegacias do país funcionariam como Delegacia da Mulher. Marcando bem sua intenção de descentralizar o atendimento especializado, a ministra ainda evocou a cor que considera adequada às meninas.

“A partir de janeiro, preste atenção, todas as delegacias do Brasil também serão Delegacias da Mulher. Pronto! Vamos capacitar todos os agentes de delegacias do Brasil, todos os delegados. Nem que seja uma salinha desse tamanho, nem que seja uma salinha ‘pequetitica’,

todas as salinhas desses país estarão capacitadas para receber mulheres. Detalhe: eu vou pintar as salinhas de cor de rosa. Yes!”, disse, ao lado de Bolsonaro, arrancando aplausos da plateia.

#### Naufrágio

No dia do lançamento, a ministra ainda surpreendeu os presentes afirmando ter recebido dois navios. Segundo ela, ambos seriam também pintados de rosa e seriam destinados à proteção das mulheres ribeirinhas, na Amazônia e na Ilha do Marajó.

Os planos de se ter os navios atendendo as mulheres no início do ano, no entanto, também naufragaram. De acordo com o MMFDH, “o projeto da Casa da Mulher Brasileira (CMB) itinerante está em fase de estruturação e avaliação de viabilidade técnica e econômica”, respondeu a pasta. “No entanto, estamos, paralelamente, avaliando a instalação de CMBs de pequeno porte para atender as regiões”, informou a assessoria de Damares.

Os dois navios seriam batizados como “Casa da Mulher Brasileira Itinerante”. Na época, a ministra disse que havia ganhado os navios, sem dar detalhes de quem havia doado as embarcações para sua pasta. “Temos ainda dois navios que nós ganhamos, que estavam parados, e que nós vamos pintar de cor de rosa e vão ficar na Ilha do Marajó e na Amazônia, e esses dois navios serão a Casa da Mulher Brasileira itinerante, e nós vamos proteger as mulheres ribeirinhas, mulheres que estavam esquecidas, mulheres que não tinham voz”, ressaltou a ministra.

#### Performance

Foi neste mesmo dia que a ministra fez uma performance, convocando uma coletiva com os jornalistas presentes, não falando uma só palavra, e encenando um breve e sentido choro – para, segundo ela, demonstrar como se sentem as mulheres que não têm voz.

Meia hora após o silêncio da entrevista, Damares postou o vídeo do que seria a entrevista em suas redes sociais.

Na época, ao explicar o silêncio, a ministra gravou um vídeo explicando o motivo do silêncio. “Para que vocês sintam como é difícil uma mulher ficar em silêncio. Quando eu queria falar tanto para vocês hoje, dizer para vocês dessa campanha belíssima, eu preferi o silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher. Era esse o recado que eu queria dar, e muito obrigada por terem participado voluntariamente ou involuntariamente da campanha”, explicou.

#### Dinheiro tem

Damares tem se notabilizado como uma das ministras mais influentes junto ao presidente Jair Bolsonaro e com uma grande capacidade de articulação em uma rede que inclui igrejas, conselhos tutelares, polícia, militantes e toda a chamada ala ideológica do governo.

Apesar de seu destaque midiático e seu prestígio junto aos bolsonaristas, a pasta que conduz apresenta desempenho baixo de execução dos projetos para assegurar direitos.

Dados colhidos pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) na sexta-feira (25/9) demonstram que, dos R\$ 63,9 milhões destinados à construção de unidades da “Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca” do Brasil, foram executados somente R\$ 11 mil, o equivalente a 0,015% da verba prevista para o programa.

Houve um empenho nesta ação, no valor de R\$ 35,6 milhões (55%). No entanto, de acordo com a metodologia utilizada pelo Inesc, esse valor ainda não pode ser considerado como executado, já que pode ser cancelado pela pasta. O empenho é o compromisso assumido pelo órgão, mas não significa que as compras ou serviços já foram feitos, ou mesmo obrigatoriamente serão.

Para as políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres foram autorizados R\$ 24,7 milhões no Orçamento deste ano. O recurso executado (pago + restos a pagar pagos), no entanto, totaliza R\$ 1,5 milhão, ou seja, 6% de execução.

A pasta ainda não gastou os R\$ 176,6 milhões autorizados neste ano para ações de “promoção e defesa de direitos para todos”, na qual políticas para mulheres podem também ser inseridas. Nesse caso, foram executados R\$ 9,1 milhões (5%).

Houve empenho de R\$ 53,6 milhões (30%), dos quais R\$ 20,7 milhões para a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (Despesas Diversas), mas nada foi pago ainda.

Dos R\$ 566,9 milhões autorizados para a pasta em 2020, foram executados apenas R\$ 128,4 milhões. A pasta tem até o dia 31 de dezembro para executar o recurso. Neste ano, devido a pandemia do coronavírus, não houve contingenciamento de recursos que justificasse a costumeira economia feita pelos governos nos primeiros seis meses de cada ano. Além disso, houve flexibilização de contratos e licitações, bem como a suspensão de parte das restrições fiscais.

Para Carmela Zigoni, assessora política do Inesc, é urgente que o recurso seja executado com celeridade, “para garantir que cheguem às mulheres nos municípios e territórios vulneráveis”.

## ANEXO C - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: Damares faz live confeitando bolo: “Se uma menina conseguiu, você consegue”

Subtítulo: Em uma cozinha toda cor-de-rosa, a ministra aproveitou a transmissão para divulgar o disque 180, canal para denúncia de violência

Data de publicação: 25/11/2020

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, usou as redes sociais nesta quarta-feira (25/11) para fazer uma transmissão ao vivo, aprendendo a confeitado bolo. O cenário foi uma cozinha toda decorada na cor que a ministra aponta como ideal para as meninas: rosa.

A live serviu para lançar a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que ocorre todo ano e é apoiada por diversas entidades, inclusive a ONU Mulheres. O objetivo da campanha é dar visibilidade ao tema da violência contra as mulheres.

Em meio à aula de confeitaria, Damares aproveitou para divulgar o disque 180, canal do governo para denúncias de violência contra a mulher. Em um momento da transmissão, a ministra, que propagandeou não ter muita habilidade na cozinha, avisou para as pessoas que assistiam à live: “Se uma menina conseguiu fazer, você consegue”, disse a ministra, em tom de incentivo.

O slogan da campanha foi colocado, em tons de prateado, no topo dos bolos produzidos pela ministra e pela instrutora.

### Empreendedorismo

Durante a live, a Damares explicou que o motivo de estar aprendendo a fazer bolo é para incentivar as mulheres a empreender e, assim, sustentar as famílias. “Sustentando a sua família, você muda a economia do país”, defendeu.

“E aí, instituições do Brasil? Façam contato conosco para a gente levar esse programa para sua cidade. Eu repito: tem uma agência poderosa no Brasil que são as igrejas . Igrejas, venham conosco. Às vezes, tem uma mulher todo dia na igreja, uma senhorinha que sabe fazer bolo. Ela pode ensinar as outras. Bora [sic]?”, chamou a ministra.

Damares ainda falou sobre a produção de outros doces, pipoca gourmet e deu dicas para que as mulheres procurem ganhar dinheiro como maquiadoras ou cabeleireiras. “Maquiagem e cabelo dá dinheiro”, enfatizou.

## ANEXO D - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: Damares diz que Bolsonaro é “presidente mais cor de rosa da história”

Subtítulo: Em evento nesta quarta-feira, Damares Alves afirmou que o governo de Jair Bolsonaro é o que mais investiu nas mulheres na história do país

Data de publicação: 23/02/2022

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou, nesta quarta-feira (23/2), que o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o líder “mais cor de rosa da história” do Brasil.

A declaração foi dada durante o anúncio do repasse R\$ 1,5 bilhão do Ministério da Saúde para investimento na rede de atenção materna e infantil. No evento, Damares afirmou que o governo de Bolsonaro é o que mais investiu nas mulheres.

“O presidente Bolsonaro é o homem mais cor de rosa da história, é o homem que mais investiu em mulheres. Nós fizemos uma somatória no mês passado de quanto foi investido em mulheres nos três anos do governo Bolsonaro. Passamos de R\$ 240 bilhões [em investimentos] para mulheres. E aqui a gente vem hoje e apresenta uma ação que vai chegar a R\$ 1,5 bilhão. O que é isso? Amor e respeito à mulher”, afirmou Damares.

Durante o evento, a gestora fez duras críticas à decisão da Justiça colombiana de descriminalizar o aborto até o 6º mês de gestação, anunciada na última segunda-feira (21/2).

“A morte de mulheres era usada para justificar uma pauta de morte que queriam estabelecer no Brasil. Vem o Brasil nesta semana e mostra para o mundo que é assim que se cuida de mulher. Não é cancelando a morte, é cancelando a vida”, disse a gestora.

“Se o governo Bolsonaro encerrasse hoje teria valido a pena tudo o que a gente sofreu até agora, todos os ataques. A gente mostra para o Brasil uma prova de amor à vida das mulheres e das crianças”, concluiu a ministra.

### Recursos de 2021

Reportagem do Metrôpoles publicada na última segunda-feira aponta que, ao longo de todo o ano passado, em relação à dotação inicial prometida para as ações administradas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, menos da metade do planejado saiu do papel. Ao todo, apenas 43,8% dos recursos chegaram a ser efetivamente pagos.

A pasta, sob o comando da ministra Damares Alves, fechou o terceiro ano de gestão com mais dinheiro parado do que gasto em ações que favoreceriam mulheres, crianças, idosos

e grupos minoritários. Ao todo, somente R\$ 211,4 milhões tiveram destinação cumprida, dos R\$ 482,7 milhões inicialmente planejados.

Nas redes sociais, Damares comemora a atuação do ministério. Em publicação feita em janeiro deste ano no Instagram, uma fotografia da ministra ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL) tem como legenda a informação de que 98% dos recursos foram executados.

Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, analisados pelo (M)Dados, núcleo de análise de grande volume de informações do Metrôpoles, mostram que a conta não bate: de todas as ações para assistência às mulheres, houve, na verdade, empenho de 87,3%. No entanto, apenas 19,3% tiveram pagamento efetivo.

## ANEXO E - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: Damares diz que governo é “cor de rosa” ao anunciar ações para mulher

Subtítulo: Durante a solenidade, presidente Jair Bolsonaro utilizou uma gravata rosa em cima da gravata que utilizava com o terno

Data de publicação: 08/03/2022

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, se referiu ao governo como “governo cor de rosa” e ao presidente Jair Bolsonaro (PL), como “presidente cor de rosa”, ao anunciar medidas que a pasta tomará em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8/3).

“Todos os ministros têm ações e iniciativas voltados para as mulheres. O ministério da Mulher terá que fazer um evento à tarde para anunciar as ações do ministério. Somos um governo cor de rosa”, disse a ministra. Durante a solenidade, Bolsonaro utilizou uma gravata rosa em cima da gravata que utilizava com o terno.

Ao mencionar a quantidade de registros de casos de violência doméstica, Damares salientou que o “presidente cor de rosa” ordenou a todos os ministros, “cuidar das mulheres de forma transversal”. “Este governo não deixa nenhuma mulher para trás”, finalizou Damares.

Em sua fala, a ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, enfatizou a quantidade de mulheres no alto escalão do governo, em especial, nos ministérios: são 22 homens e apenas 3 mulheres. “Sou a única mulher ministra aqui no Planalto”, disse a ministra.

Flávia Arruda, ministra-chefe da Secretaria de Governo; Tereza Cristina, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos compõem as pastas governamentais, mas apenas Flávia despacha do Palácio do Planalto, ao lado do chefe do Executivo.

“Temos tido voz, respeito e lugar nos espaços de decisões. Bolsonaro nos respeita em cada espaço e cuida para que aquele ou esse discurso machista não nos intimide”, finalizou a ministra, dizendo se orgulhar de compor o governo.

### Projetos do Dia da Mulher

Além da portaria que regulamenta a distribuição gratuita de absorventes para pessoas em situação de pobreza menstrual, que foi assinado durante o evento “Brasil pra elas, por elas, com elas”, o governo também apresentou as iniciativas Programa Mães do Brasil e Estratégia Brasil pra Elas.

Veja as medidas assinadas:

### Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino Brasil para Elas

O decreto consiste em um dispositivo que incentiva o empreendedorismo feminino, revestindo-se em instrumento de desenvolvimento econômico e social em apoio à mulher empreendedora. Mulheres que participam do Cadastro Único (CadÚnico), e que dependem do Auxílio Brasil também poderão participar.

Além disso, o dispositivo também cria o Comitê de Empreendedorismo Feminino, colegiado permanente, de natureza consultiva, vinculado à Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, que tem o intuito de propor, monitorar, avaliar e articular a implementação do projeto.

“De acordo com o Ministério da Economia, a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino potencial de impactar diretamente e imediatamente as mulheres, beneficiando as que já empreendem e que irão receber maior capacitação e apoio financeiro, por meio de cursos e crédito para seu negócio”, diz comunicado do governo.

### Programa Mães do Brasil

O Programa Mães do Brasil é atrelado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e prevê articular, consolidar e fortalecer, segundo a Secretaria-Geral da Presidência, as políticas de proteção e assistência integral à gestante e à maternidade no país.

A medida rege sobre a gestação e à maternidade, para garantir, segundo o órgão, os “direitos da criança e do nascituro, o nascimento seguro e o desenvolvimento saudável”, bem como “fomentar a inserção e a reinserção das mulheres mães no mercado de trabalho, a conciliação trabalho-família e a equidade e corresponsabilidade no lar”.

Segundo a pasta, as ações serão executadas pela União, facultada a participação dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das entidades públicas e privadas, formalizada por meio de instrumento próprio.

### Empregada gestante não imunizada

A sanção presidencial ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, proporcionará o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, que não estiver imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2.

Segundo a Secretaria-geral da Presidência, essas trabalhadoras serão poupadas das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.

### Lei Maria da Penha – Medidas protetivas



Esta alteração na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, tem o objetivo de determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência dada à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.

Na prática, após a concessão de medidas protetivas de urgência, será necessário efetuar registro em banco de dado, que ficará a cargo do Conselho Nacional de Justiça. Assim o Ministério Público, a Defensoria Pública e todos os órgãos de segurança pública e de assistência social poderão acessá-los.

Para as pastas envolvidas na propostas, com a sanção presidencial, haverá o “fortalecimento da fiscalização” e a “efetividade das medidas protetivas”.

## ANEXO F - MATÉRIA ANALISADA DO SITE R7

Título: 'Eu não sou feminista, sou feminina', diz ministra Damares Alves

Subtítulo: Apontada em pesquisas como a segunda mais popular do governo de Jair Bolsonaro (sem partido), ministra reconhece os altos índices de feminicídio

Data de publicação: 08/03/2020

“Eu não sou feminista, sou feminina”, afirma a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ao falar sobre o Dia Internacional da Mulher, celebrado neste domingo (8). Apesar de não se identificar com o termo, garante ser “uma mulher que luta pela pauta da mulher”.

Apontada em pesquisas como a segunda ministra mais popular do governo de Jair Bolsonaro (sem partido), Alves reconhece os altos índices de feminicídio – o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo – e diz que é preciso “entender o fenômeno” para que este possa ser combatido.

“Nós precisamos, então, fortalecer a rede de proteção”, defende, sugerindo que cada delegacia tenha um núcleo de atendimento especializado em violência contra a mulher.

Na tentativa de diminuir as disparidades entre os gêneros no campo da política, a ministra anuncia ao R7 Planalto que irá viajar na próxima semana para Camaçari, município baiano com quase 300 mil habitantes, para dar início a sua campanha que incentivará mulheres a participarem do pleito eleitoral. Neste ano, os 147 milhões de eleitores votarão para prefeitas (os) e vereadoras (es).

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista com Damares Alves:

- No 8 de março é comemorado o Dia Internacional da Mulher. É preciso defender a luta das mulheres? A senhora se considera uma feminista?

Eu sou uma mulher que luta pela pauta da mulher. Uma mulher que entende que precisamos avançar e muito nessa pauta. Ainda tem muita violência contra a mulher no Brasil. Precisamos entender esse fenômeno e atuar para erradicar, porque a violência se apresenta de diversas formas – física, psicológica, patrimonial, política, o não acesso à saúde, a falta de saneamento básico.

- Mas a senhora se considera feminista?

Não sou feminista. Eu sou feminina.

- A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica no Brasil. Por dia, 180 são vítimas de estupro, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Quais são os acertos e erros cometidos pelo governo federal em relação ao combate desses crimes?

Nós recebemos um país que é o quinto que mais mata mulheres no mundo. Por outro lado, nos esforçamos para oferecer a melhor lei de proteção da mulher. Essa equação não está fechando. Nós temos uma rede estabelecida, mas que está fragilizada. Precisamos, então, fortalecer essa rede. Apenas 9% dos municípios do Brasil tem uma Delegacia da Mulher. Quantos anos vamos levar para construir Delegacias da Mulher em todas as cidades? 400 anos? Então estamos revendo a rede de proteção da seguinte forma: por que toda delegacia de polícia não pode ter em suas instalações um núcleo de atendimento especializado em violência contra a mulher? Quando o presidente (Jair) Bolsonaro fala ‘mais Brasil, menos Brasília’, é exatamente isso. A violência acontece lá na ponta. Nós estamos trabalhando muito para fazer esse caminho inverso. Descentralizar o sistema em Brasília e ir lá nos rincões, lá onde a mulher precisa ser protegida.

- Quais são os principais desafios em políticas públicas para as mulheres, como os programas Casa da Mulher Brasileira, Salve uma Mulher?

O maior desafio é a universalização desses programas. O governo Bolsonaro só este ano vai dar início a 25 novas Casa da Mulher Brasileira. E aí que está o maior desafio, nesse país que é continental, plural, com tantas dificuldades. Logística, por exemplo, na região amazônica. Como levar uma delegacia para um rio? Nós temos regiões em que as ruas da cidade são rios. Nós estamos trabalhando para que esses programas cheguem nas regiões ribeirinhas. Nós temos duas embarcações da Casa da Mulher Brasileira itinerantes na região da Amazônia.

- Está marcado para este domingo, no Dia Internacional da Mulher, um protesto em defesa das mulheres. A senhora endossa o movimento?

Todo movimento que visa proteger a mulher é legítimo. Eu não conheço quem está organizando, mas se o foco é defender a mulher da violência do dia a dia, eu apoio. Eu sou do movimento mais conservador e há movimentos com pautas de esquerda, mais segmentados. Mas é claro que, no fundo, o que todos queremos é a mulher protegida. O que nos une é maior do que aquilo que nos separa.

- As mulheres estão cada vez mais presentes em cargos de chefia, mas pesquisas mostram que elas ainda ganham bem menos do que os homens. O que pode ser feito para mudar isso?

Temos o Ministério Público do Trabalho. A gente reconhece o trabalho feito, mas precisa ser mais atuante. Nós temos leis que precisam ser cumpridas. As nossas leis falam que

a mulher, na mesma função de homem, não pode ganhar menos. E mais do que isso, precisamos de grandes campanhas de conscientização para que a igualdade no trabalho seja uma realidade no Brasil.

- E a representatividade da mulher na política? A senhora acha que nessas eleições ela será maior?

Isso é urgente. Nós temos em torno de 1.400 municípios no Brasil que não têm uma única vereadora. Precisamos trabalhar para que tenhamos mais mulheres no pleito eleitoral. O TSE lançou uma campanha ontem extraordinária chamando as mulheres para a política. Nós vamos lançar nas próximas semanas também. Temos que correr, porque o prazo vai até o dia 4 de abril. Precisamos incentivar as mulheres a participarem do processo seletivo.

- A senhora disse que o Ministério irá lançar um programa com essa causa. Quais serão as ações?

Na próxima semana vamos lançar, no nosso Ministério, uma campanha para motivar mais mulheres a participarem do processo eleitoral. Não sei o nome ainda, mas vai ser nessa perspectiva de incentivar mulheres a procurarem partidos e que elas podem e devem ir ao pleito. Se tivermos uma mulher eleita como vereadora em cada município, vai ajudar muito a termos representatividade.

- Tem alguma ação concreta?

Além das campanhas, eu vou viajar semana que vem para Camaçari, no interior da Bahia. Vou viajar pelo Brasil motivando mulheres a se candidatarem.

- A campanha 'Tudo tem seu tempo', que visa educar jovens sobre sexo e gravidez na adolescência, foi lançada no início de fevereiro. Quais os avanços produzidos por esse programa?

O maior avanço é que essa informação foi disseminada. Nós trouxemos um debate amplo para a sociedade, inclusive com o apoio da imprensa, sobre o sexo precoce. E vamos ter que apresentar um plano de ação para prevenção ao sexo precoce. Essa campanha fez todo mundo debater: especialistas, sociedade, recebemos contribuições de médicos, psicólogos, segmentos diversos. O maior efeito, para nós, foi uma discussão séria sobre o sexo precoce no Brasil. Em relação aos números, precisamos esperar os dados do Ministério da Saúde.

- A senhora é a segunda ministra mais popular do governo Bolsonaro. Como avalia essa popularidade?

E a ministra mais bonita. Corrija sua pesquisa aí (risos). Está todo mundo enganado. Eu não sou popular, é o Ministério. Talvez a minha diferença em relação aos outros ministros é

que eu falo com muito coração da pauta. As nossas pautas, a forma como o Ministério foi construído, ele caiu no coração do povo, caiu no gosto do povo. Então, popular é o Ministério.

- A senhora tem ambições políticas? Pretende disputar eleições?

Não, nenhuma. Não pretendo. Nunca tive interesse de passar pelo pleito eleitoral. A única candidatura que eu posso pensar é numa rede, numa casa na beira da praia, na minha cidade, Aracaju. É só o que eu penso.

## ANEXO G - MATÉRIA ANALISADA DO SITE R7

Título: Damares: 'Governo não precisa de lei' para atender mulheres

Subtítulo: A ministra, que apoiou o veto a distribuir absorventes gratuitos, justificou que o governo prepara distribuição de absorventes

Data de publicação: 20/10/2021

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou, nesta quarta-feira (20), que "o governo Bolsonaro não precisa de lei para nos obrigar a cuidar de mulher". A fala foi dita no contexto da polêmica envolvendo o veto presidencial ao projeto que previa a distribuição gratuita de absorvente à população vulnerável.

"Fomos acusados nos últimos dias por não cuidar de mulheres pobres por conta daquela história dos absorventes", disse Damares, antes de opinar que a referida lei não seria necessária no atual contexto. "Mal sabiam eles que já estávamos organizando um programa de distribuição de absorventes", completou a ministra.

Segundo ela, o governo "já cuida de todas as mulheres". Anteriormente, quando comentou o veto do presidente, Damares afirmou que o Brasil precisava escolher prioridades. "Hoje a gente tem que decidir: a prioridade é a vacina ou é o absorvente?", argumentou. Na ocasião, ela ainda disse que esse não era um problema da atual gestão. "As mulheres pobres sempre menstruaram nesse Brasil e a gente não viu nenhum governo se preocupar com isso. E agora o Bolsonaro é o carrasco?", questionou.

Na fala desta quarta-feira (20), durante evento que mostrou o balanço de ações do governo de combate ao câncer de mama, em celebração ao Outubro Rosa, Damares mostrou fotos de uma embarcação do Sistema Único de Saúde (SUS) que leva atendimento a mulheres na região do Marajó. "Encontramos mulheres com pedidos de mamografia de oito anos [...]. Essa é a realidade do meu país. É isso que nós estamos enfrentando."

Damares afirmou que o Ministério da Saúde está em busca de mulheres da região ribeirinha que foram "inviabilizadas, esquecidas e abandonadas". "Isso que é cuidar de mulher pobre, sem hipocrisia, sem mimimi."

### Recomendação da Defensoria Pública da União

Após a polêmica do veto, a Defensoria Pública da União (DPU) encaminhou ao Ministério da Saúde nesta segunda-feira (18) recomendação para que o governo implemente política pública nacional de higiene menstrual que inclua o fornecimento gratuito do absorvente.

Entre as medidas recomendadas, estão também a realização de atos administrativos necessários ao acesso universal ao insumo e a instituição do Programa Nacional de Higiene Menstrual, destinado a estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, bem como a mulheres em situação de rua, privação de liberdade ou em situação de vulnerabilidade social. A Defensoria Pública recomendou ainda a incorporação do absorvente à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) do Sistema Único de Saúde (SUS).

## ANEXO H - MATÉRIA ANALISADA DO SITE METRÓPOLES

Título: Damares: “Mulher deve ser submissa ao homem no casamento”

Subtítulo: Ministra se também pronunciou sobre o aborto: "Tenho muitos assuntos para discutir no ministério, que não vou fazer discussão sobre o tema"

Data de publicação: 16/04/2019

A ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou nesta terça-feira (16/04/19) que, em sua “concepção cristã”, a mulher deve ser submissa ao homem no casamento. A declaração foi feita durante audiência da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres na Câmara dos Deputados, que debateu o plano do governo para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Quando questionada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) se a mulher deveria ser submissa ao homem, a ministra declarou: “Dentro da doutrina cristã, sim. Dentro da doutrina cristã, lá dentro da igreja, nós entendemos que, em um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então, essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé”.

Damares completou, dizendo que nem todas as mulheres devem ser submissas e “abaixar a cabeça para o patrão, para o agressor e para os homens que estão aí”. “Mas, na minha concepção, isso é uma questão de fé”, completou a ministra.

“Isso não me faz menos capaz de dirigir este ministério. Não me faz mais incompetente”, arrematou Damares.

### Armamento

Quanto ao assunto posse de armas em relação ao feminicídio, Damares disse que prefere “deixar suas intenções pessoais sobre desarmamento para um segundo momento”.

“Podemos fazer um debate bem técnico sobre o impacto disso [posse de armas] na violência contra a mulher. Não dá para dizer ainda se impactou. É tudo uma expectativa que pode aumentar. Mas o homem mata com dentes, com mão, com pau. A violência contra a mulher se configura de diversas formas”, ressaltou a ministra.

### Aborto

Damares reforçou sua opinião contrária à legalização do aborto, mas afirmou que sua posição não vai nortear as políticas do ministério. “Tenho tantas coisas para fazer naquele ministério, que o tema aborto eu não vou fazer discussão. É assunto do Parlamento e agora, do Judiciário”, disse Damares.